



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0374/17	DATA: 03/05/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h07min	TÉRMINO: 22h49min	PÁGINAS: 187

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Votação do parecer do Relator.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenções inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve tumulto no plenário.
Houve manifestação no plenário.
Houve intervenções ininteligíveis
Há oradores não identificados.
A reunião foi invadida por manifestantes.
A reunião não foi encerrada formalmente devido à invasão.



(...)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...Comunico que está disponível para V.Exas. a lista com a sinopse do expediente recebido. *(Pausa.)*

Até hoje tivemos audiências proveitosas e respeitosas. Como hoje há um número maior de pessoas — inclusive de jornalistas — que nos prestigiam, eu gostaria de dizer que nós faremos absoluta questão do silêncio. Não serão permitidas, por parte da plateia, manifestações que venham causar constrangimento a nenhum dos Parlamentares. Nós estamos num ambiente com acústica diferenciada, no qual qualquer fala tem o efeito imediato de atrapalhar. Eu não quero fazer o que não precisamos fazer até hoje, que é solicitar que alguém se retire deste plenário, mas nós o faremos, se for necessário. Por isso, eu gostaria que todos ficassem atentos à exigência de silêncio. Trata-se de uma sessão de votação de uma Comissão que, obviamente, vai cumprir o seu dever nesse dia e vai votar.

Foi celebrado há poucos instantes aqui um acordo com os seguintes pontos.

No encaminhamento em relação à proposta global, serão concedidos 20 minutos para cada uma das correntes de opinião. Esses 20 minutos poderão ser divididos por até quatro Deputados.

Todos os destaques de bancada terão votação nominal. Está concedida a votação nominal para todos os destaques de bancada, cabendo à bancada indicar um dos debatedores para falar a favor da proposta. Além disso, mais um Parlamentar falará a favor e dois Parlamentares falarão contra o destaque, cada um pelo tempo de 5 minutos.

Os destaques simples terão votação em globo e simbólica.

Esse foi o acordo celebrado, e eu entendo que ele é pertinente. Estavam aqui presentes praticamente todos os Parlamentares, então fica comunicado a todos que esse será o procedimento.

Questões não resolvidas no acordo serão dirimidas ao seu tempo.

O Presidente vai poder votar, obviamente, e votará.

As questões de ordem têm precedência. Agora, vamos ter o cuidado...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem, art. 162, inciso II.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vão falar a Deputada Jandira Feghali, o Deputado Onyx Lorenzoni e o Deputado Ivan Valente, que levantaram o braço. Serão questões prévias, não vamos entrar ainda no mérito.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - É uma questão prévia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra é sua, Deputada Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Antes de entrar no art. 162, inciso II, Presidente, quero apenas perguntar se vamos abrir a votação sem a presença do Relator, sem que ele fale.

É uma coisa inacreditável, eu nunca vi isso! Como é que o Relator, depois de um debate de 4 dias, não tem nada a dizer para este Plenário e não está presente na hora da votação? Eu não consigo entender isso. Então, eu acho um absurdo!

Eu acho que o Presidente deveria chamar o Relator antes de abrir a votação da matéria. Ele tem que estar sentado aqui para falar e abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Assim será. Na verdade, nós estamos discutindo questões prévias no momento. No momento da votação...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não. V.Exa. já ia dar a palavra ao primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, eu não ia conceder a palavra ao primeiro inscrito, mas aos inscritos que levantaram a mão fazendo questão de falar.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Tenho uma solicitação, com base no art. 162, inciso II.

Antes de iniciar o processo de votação, que já são os encaminhamentos à votação, eu gostaria que a Mesa lesse todos os destaques existentes para sabermos quantos destaques serão apreciados e qual o conteúdo deles.

Isso é fundamental, de acordo com o art. 162, inciso II, do Regimento Interno. Queremos que o Presidente liste quais são os destaques, para que possamos localizar o substitutivo do que nós vamos tratar. Ou nos mande cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O meu pensamento, salvo melhor juízo, é que o recebimento de destaques vai se encerrar no momento em que o Relator concluir sua leitura e terminar de usar a palavra.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Antes de começar a votação. E aí V.Exa. dará conhecimento ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Darei o tempo de 5 minutos para a apresentação de destaques. Ou não! Encerrou...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O Regimento determina, no art. 162, que antes de iniciar o processo de votação, que inclui os encaminhamentos e os votos, nós precisamos ter conhecimento dos destaques que deram entrada, para que possamos localizar a matéria e decidir de que forma vamos nos distribuir no debate dos destaques.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, tenho uma solicitação nesse sentido do que a Deputada Jandira falou. Eu peço a V.Exa. e à assessoria da Comissão que entreguem aos Deputados membros a lista dos destaques, como se faz no plenário, com a ordem de votação dos destaques, para nós nos organizarmos na inscrição e na defesa. Isso vai facilitar nossa organização, porque estamos perdidos na ordem dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós queremos ter todos os destaques recebidos, para que possamos organizá-los, até porque dois ou três podem versar sobre a mesma matéria. Assim que todos esses destaques forem recebidos, teremos alguns instantes de suspensão, para que tudo seja organizado. Se dois ou três destaques versarem sobre o mesmo tema, nós não faremos duas ou três votações.

Então, antes do início do processo de votação, V.Exas. receberão, de forma organizada, todos os destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deixe-me recuperar a ordem. O próximo inscrito...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tratarei do mesmo assunto.

Eu queria pedir a V.Exa. que, quando distribuir a lista dos destaques, nos dê 5 minutos de prazo para que, se houver destaque repetido, nós possamos fazer a troca do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, isso eu não farei. Recebidos os destaques, nós vamos organizá-los.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas V.Exa. tem que dar conhecimento deles ao Plenário, pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós não faremos substituição de destaque. Nós não abriremos novo tempo para a apresentação de novos destaques.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Presidente, que não se dê novo tempo, mas, se por acaso o Relator fizer uma modificação que diga respeito a um destaque da bancada de um partido, nós precisamos de pelo menos um tempinho para readequar o destaque. O tempo não é para modificar totalmente o destaque, é para readequá-lo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Se o Relator renumerar um artigo, se ele mudar o texto, nós temos que conhecer as modificações. Por isso, ele precisa estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, vamos acordar no seguinte: após a conclusão da fala do Relator, nós daremos um tempo de 5 minutos para encerrarmos a votação de destaques. Positivo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Para encerrarmos a apresentação de destaques!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso, encerraremos o recebimento de destaques.

Muito obrigado, Deputada. V.Exa., hoje, está me orientando bem. Estou feliz.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - E depois disso, Presidente? V.Exa. vai receber os destaques. E depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Receberemos os destaques, teremos um tempo para que a Mesa organize esses destaques, quando poderemos almoçar ou alguma coisa nesse sentido, e retornaremos à reunião, já para o processo de votação. Positivo? Está bom assim?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, numa reunião desta Comissão, V.Exa. me desafiou, em virtude de algumas críticas que fiz, a apresentar



uma proposta. Na última quarta-feira, à noite, eu expus aqui a proposta da aposentadoria física, que foi apresentada por um grupo de São Paulo naquele seminário internacional.

Eu quero dizer a V.Exa. que tomei o seu desafio como uma coisa positiva e eu trouxe uma contribuição para o debate. Como essa matéria ainda vai para o plenário da Câmara, eu quero comunicar a V.Exa., a todos os membros da Comissão e ao próprio Governo que, às 15 horas, eu farei um pronunciamento no Grande Expediente, em que vou apresentar mais detalhadamente todo o conceito da aposentadoria física e também da criação da poupança individual para a aposentadoria. Isso poderá, Sr. Presidente, agora ou no futuro, ser um novo caminho para o Brasil.

Então, eu quero agradecer a V.Exa. pelo desafio e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Aceitando o desafio de V.Exa., estarei hoje, às 15 horas, no plenário da Câmara, apresentando o detalhamento da proposta, que poderá ser, se o Governo tiver bons ouvidos — quem sabe? —, uma boa contribuição para a continuação do debate da reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, sempre que eu faço um desafio, tenho o objetivo de engrandecer o papel dos Deputados. Então, não há surpresa pelo fato de V.Exa. até se sentir grato pelo desafio que lhe fiz. É sempre esse o meu objetivo. Jamais diminuí o papel do Parlamentar, independentemente de as nossas ideias serem as mesmas ou não. Foi esse o meu objetivo, e eu acompanhei atentamente na última quarta-feira, à noite, se eu não me engano, a apresentação da sua proposta.

Vamos em frente. O próximo a falar...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, um minuto...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, vou passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concederei a palavra ao Deputado Ivan Valente e, depois, ao Deputado Pompeu de Mattos.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, que a tinha pedido.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, a minha questão é a mesma da Deputada Jandira Feghali: eu quero que os trabalhos só possam começar com a presença do Relator, com a apresentação das modificações que ele vai fazer ou não no relatório. E é só aí que nós vamos passar ao debate e ao encaminhamento da votação.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não podemos começar o debate sem a presença do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E não começaremos.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, ontem eu sentei ao lado de V.Exa. e fiz uma declaração um pouco semelhante àquela do Deputado Onyx Lorenzoni: nós temos diferenças, temos divergências, mas podemos ter convergências. Eu lhe apresentei algumas ideias sobre a questão dos prazos, tanto da idade mínima de 65 anos quanto dos 40 anos de contribuição. Os dois somados dão 105 anos. A lei atual diz que, para as pessoas se aposentarem, elas precisarão que a soma da idade com o tempo de contribuição seja igual a 100 em 2027. Na proposta que o Governo está apresentando, esse número chega a 105. Então, a diferença é só de 5 pontos, ela não é grande. Falei isso a V.Exa. ontem, V.Exa. é testemunha.

Depois que V.Exa. saiu, Sr. Presidente, eu falei com o Relator e expliquei isso a ele. O Relator ficou um tanto curioso, eu diria assim. Não sei se ele ficou interessado. Se o Relator se debruçar e realmente se interessar por esse tema, nós podemos chegar a um senso e a um ponto comum. Afinal de contas, a lei já diz que o homem terá que somar 100 pontos em 2027. Se nós trouxermos isso para o presente, seria um grande avanço, uma grande contribuição. A lei já contempla isso, Sr. Presidente, só que os 100 pontos vão ser em 2027. Se trouxermos isso para 2018, praticamente está feita a reforma, no que diz respeito ao tempo de contribuição e à idade mínima.

Então, eu quero trazer essa contribuição, para não dizerem que a Oposição fala mal, que a Oposição critica, que a Oposição não sugere, que a Oposição não traz contribuição. Então, Sr. Presidente, se essa contribuição for levada à reflexão



de V.Exa. e à reflexão do Relator, V.Exas. verão que a diferença é pequena e que dá para fazer um entendimento, dá para avançar e fazemos algo que seja bom para o País, bom para os aposentados, bom para a economia, bom para a Previdência Social.

Esse é o desafio que eu deixo a V.Exa. e ao Relator, Sr. Presidente: vamos sentar e dialogar. A diferença é só de 5 pontos, volto a dizer.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, tenho uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está pronto para começar, Relator? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Pepe Vargas e, na sequência, ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, os jornais e vários outros meios de comunicação de ontem e de hoje divulgam que o Relator fará alterações no texto, mas nós desconhecemos quais seriam elas. Então, nós estamos trabalhando com o texto de 2 semanas atrás. Se for feita alguma alteração, nós precisamos ter acesso ao novo texto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Precisamos adequar os destaques, não é, Deputado Pepe Vargas?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Para nós podermos ver exatamente que alteração foi feita, não pode ser... Obviamente, não temos o objetivo de obstruir, isso é uma questão de segurança legislativa. Como nós vamos falar de um texto que foi alterado — falando e destacando, obviamente, se for o caso —, um texto que nós não conhecemos?

Então, precisa haver a oferta do novo texto, do novo relatório, para que nós possamos analisá-lo. É essa a questão preliminar que eu levanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vejam bem...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu queria agregar uma sugestão, Sr. Presidente.

Eu apresentei um voto em separado. O Deputado Onyx Lorenzoni apresentou uma proposta. Eu não sei se há outros votos em separado. Nós precisamos tomar



conhecimento disso. Precisavam ser distribuídos à Comissão os votos em separado e as propostas.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vai ser providenciado...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, os jornais colocam a alteração...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu quero um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, eu consultaria o Relator se realmente o que os jornais estão dizendo em relação às alterações é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Relator vai falar a seu tempo. Não é o momento de fazer perguntas ao Relator. Ele vai falar no momento da sua fala.

O próximo orador é o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria a atenção do Relator Deputado Arthur Oliveira Maia.

Na última conversa que nós tivemos sobre o texto da reforma, nós fizemos uma sugestão ao Relator que, a princípio, foi acolhida. Ela não iria trazer nenhum agravamento, nenhum ônus para o programa, nem para as contas da Previdência. Trata-se da disposição de um sistema especial de contratação do trabalho de pessoas acima dos 50 anos.

Se nós admitirmos como argumento reitor do debate que a “etariedade” aumentou, então a “etariedade” produtiva do trabalhador também aumentou. Nós ainda vemos na sociedade brasileira um preconceito muito grave e muito forte contra a absorção de mão de obra daqueles que estão acima de 50 anos. Então, não teria sentido o Governo rejeitar uma proposta de estabelecer um programa de contratação de trabalho para pessoas acima dessa idade.

O Relator admitiu e concordou com a proposta, e pediu apenas que nós fizéssemos a ênfase, neste momento do debate, para poder incorporar isso. Eu queria apenas ouvir do Deputado Arthur Oliveira Maia se isso foi abrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Relator Deputado Arthur Oliveira Maia falará a seu tempo. Está registrada a questão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, algumas questões de ordem já foram levantadas sobre isto: não dá para iniciar o debate sem saber as mudanças que foram propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obviamente, o debate não vai se iniciar. Por isso, nós não estamos fazendo o debate. É o açodamento dos colegas que está levando ao início do debate. Nós estamos aqui com manifestações prévias. O Relator fará a leitura das suas considerações.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós só queremos saber por enquanto quem ganhou e quem perdeu cargo.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou aqui avaliando. A palavra está com o Deputado Davidson. Na sequência, vão falar o Deputado Edmilson e o Deputado Marcos Abrão.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - E, na sequência, Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - E a relação dos cargos, Presidente?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, registro também que, no debate aqui sobre a Previdência, o Relator Arthur Maia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Arthur Maia vai falar ao seu tempo, enquanto eu estou aqui para responder as suas perguntas a respeito de encaminhamentos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Só quero alertá-lo para quando ele for ler o relatório e suas mudanças. Foi dito aqui, Deputado, que um dos problemas principais da reforma da Previdência seria exatamente o caixa público, o déficit público. Como a aposentadoria determina o fim das relações de trabalho, as verbas rescisórias não têm nada a ver com despesa pública, principalmente porque elas atingem o Regime Geral de Previdência. Então, já que se tem justificativa em



relação à dívida pública, ou ao possível déficit público, pergunto se V.Exa. retirou isso do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Edmilson.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, eu notei que o Relator chegou sem o relatório na mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O relatório tem que estar no coração do Relator, não precisa estar na mão.

Passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu tenho informação, mesmo considerando...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que seja garantida a palavra ao Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho informação — e sei que o Regimento permite — que alguns partidos, de forma autoritária, colocaram para representá-los novos Deputados, que não acompanharam esses meses de debate, por desconfiança de que os que aqui estavam votariam criticamente ou contra o relatório que aqui for apresentado.

Eu queria que V.Exa. dissesse quais foram as mudanças nas últimas 24 ou 48 horas, quais são os novos companheiros de Comissão que vão ter a tarefa de nos ajudar a reprovar essa proposta de destruição dos direitos previdenciários.

Eu queria um segundo esclarecimento, olhando no olho o nosso Relator. V.Exa. tem o relatório, tem o texto?

Como é que nós vamos iniciar um debate de coisa tão importante, se sequer o Relator tem relatório? Não adianta dizer que sim e não apresentar. Nós queremos cópia. Nós não somos vagabundos remunerados, como o Deputado diz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ninguém é.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu estou aqui trabalhando para representar o interesse da soberania popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Estão anotadas as suas considerações.



Passo a palavra ao Deputado Marcos Abrão. Peço que lhe seja garantida a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros da Comissão da Reforma da Previdência, eu peço um pouco de compreensão e atenção.

Gostaria que fossem garantidas aos agentes penitenciários as mesmas condições de aposentadoria reservadas aos policiais. A categoria dos agentes penitenciários é uma das mais expostas do Sistema Nacional de Segurança Pública. Nós passamos por uma crise penitenciária, e esses profissionais, que trabalham expostos, com suas famílias expostas, não podem, de forma alguma, ser excluídos de um regime de aposentadoria diferenciado, como o das forças policiais.

Por isso, eu peço deferimento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agora, eu vou usar a palavra. Permitam-me falar.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - A reunião tem que ser suspensa até chegar o relatório. O Relator chegou sem relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por que eu vou suspender a reunião? As pessoas estão falando, estão se manifestando. Isso é positivo para o debate.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Isso não é o debate.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, há uma sequência de oradores para falar. Eu queria que V.Exa. a seguisse.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, na sequência do que disse o Deputado Marcos Abrão...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Ele está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, ele não está inscrito.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Major Olimpio, nós acabamos de ouvir as considerações do Deputado Marcos Abrão. Eu quero fazer uma manifestação a respeito disso. A verdade tem que ser dita — não adianta escondê-la — e tem que prevalecer. Essa é uma situação...

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRÃO - Isso já estava acordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Essa situação já estava consolidada. Foi consolidada em dois momentos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRÃO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ontem, talvez até por incitação indevida, houve uma invasão do Ministério da Justiça. Os ânimos estavam exaltados, coisas foram quebradas. Isso não pode mais fazer parte da nossa atuação legislativa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRÃO - Sr. Presidente, mas isso não pode servir de argumento para retirar uma categoria de um acordo tão importante.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ontem, eu dialoguei com os agentes penitenciários. Aqui esteve o Presidente da Federação Nacional, e foi emitida uma nota, lamentando os episódios e lamentando até a incitação indevida, porque improdutiva. Eu quero me somar a essa manifestação neste momento.

Sr. Relator, eu gostaria de retomar as conversas do ponto em que paramos, antes de os agentes penitenciários, que até então manifestavam seus pleitos de forma ordeira, terem sido incitados a cometer esse ato insano que traz hoje um grande prejuízo para a classe.

Eu tenho agora a mesma opinião que eu tinha ontem, antes desse fato, considerando o repúdio e a razão de V.Exa. não querer mais atender a categoria, depois do que aconteceu. Não é certo que as pessoas que venham aqui quebrar janelas tenham mais direitos do que quem vem aqui ordeiramente. Também não é certo que, para o exercício dos nossos mandatos ou para a conquista de novos mandatos, possa ficar “bonitinho” para alguns de nós que seja promovida a esculhambação. Não é por aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente Marun...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, eu reforço o pleito feito pelo Deputado Marcos Abrão, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Presidente Marun, aqueles que não participaram do movimento não podem ser penalizados pelo ato de um ou outro.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O principal é a reivindicação justa desse segmento, que sofre os mesmos riscos dos policiais, que já estão incluídos no texto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Parabéns, Presidente!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Ministério foi desocupado ontem...
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, eu reforço o argumento do Deputado Marcos Abrão para que seja aplicado ao texto esse pleito legítimo dos agentes penitenciários.

Nós não podemos comprometer, por conta da ação tensa ou até excessiva de um ou outro, um conjunto do segmento que está absolutamente correto no seu pleito de ser abrigado em condição similar à dos policiais nesse tratamento que o projeto está dando. Então, eu renovo o apelo do Deputado Marcos Abrão nesse sentido.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Esse é um pleito do PPS?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É um pleito do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou vendo o Líder, o Deputado Marcos Abrão. Esse é um pleito do PPS?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Inclusive, isso será objeto do nosso destaque.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso não é questão de ordem.

Os próximos inscritos são o Deputado Lelo, o Deputado Luiz Sérgio e o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, eu compreendo que esta reunião será prolongada até o final do dia e começo da noite. V.Exa. tem competência e capacidade para organizá-la bem.

Este momento que nós estamos vivenciando está trazendo, antes do tempo, debates que nós vamos fazer no decorrer do dia. O próprio Presidente acabou de se envolver com um tema legítimo, mas na hora errada. Então, eu sugiro que o Presidente dê início aos trabalhos, passe a palavra ao Relator e siga as inscrições.

O SR. DEPUTADO BEBETO - V.Exa. está presidindo.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Quem quiser falar defendendo qualquer pessoa, qualquer segmento, que o faça no seu tempo, na sua hora.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Destituí o Deputado Marun da Presidência!

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não é destituição do Deputado Marun, pelo contrário, é elogio ao trabalho dele.

Peço que, neste momento crucial e importante, nós tenhamos a maestria da sua condução consolidada a partir de agora.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Destituição pública, Deputado Marun!

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Por favor, iniciemos o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Lelo, o Relator está aguardando a chegada do texto. Não é por outro motivo que eu não iniciei o processo. Assim que o texto chegar, eu vou passar a palavra ao Relator.

Agora, já que estamos aqui...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Mas, se o Relator não fez modificações substantivas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. quer que eu suspenda a reunião?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - De maneira alguma. Eu quero que V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Continue, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Então, nós estamos antecipando o debate, é isso? Nós vamos fazer *pot-pourri* aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estamos trocando ideias.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Nós vamos fazer um *pot-pourri* aqui?

O SR. DEPUTADO BEBETO - Suspenda, Sr. Presidente! Passe-me a Presidência!

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, o Deputado Lelo está com a razão. Ou V.Exa. começa a reunião ou a suspende. Vamos começar logo a peleja. O Deputado Lelo está com a razão. O bate-boca aqui está violento e não está levando a nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, está suspensa a reunião por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A leitura vai ser feita agora. Vamos iniciar a leitura.

Prezado amigo Deputado Arlindo Chinaglia, vamos fazer a leitura.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Aquele momento da reunião se encerrou. Como houve o encerramento naquele momento, nós vamos agora retomar a reunião de onde ela deveria ter começado.

Concedo a palavra...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não vou lhe conceder a palavra, nem ao Deputado Arlindo. Não há por que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos providenciar a distribuição de cópias.



O relatório está sendo colocado na Internet, e nós distribuiremos cópias do relatório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não é possível colocarmos o relatório no telão. Ele só pode disponibilizado no telão quando for autenticado, e ainda não foi. Está sendo providenciada a autenticação. Portanto, faz-se necessária a distribuição de cópias.

Deputado Arlindo, vamos dar andamento à leitura. Após a leitura, nós interromperemos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu fiz minha manifestação na forma de questão de ordem e agora vou explicar o porquê. Nós não tivemos acesso ao texto antes, nós não sabemos o que foi mudado. Há diferença entre o Relator fazer a leitura e termos o relatório em mãos. Deixamos de lado aquilo que já conhecemos a respeito do que o Relator vai apresentar e vamos seguindo com a leitura. Então, não há nenhum outro objetivo, a não ser entendermos a dimensão das eventuais mudanças promovidas. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou passar a palavra ao Relator.

Está encerrado o momento anterior. Por solicitação dos próprios Deputados, foi encerrado o momento anterior. Voltamos à reunião de onde ela devia ter começado.

Tem a palavra o Relator. A partir daqui, estarão garantidas as palavras de todos, que poderão fazer as suas manifestações.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - *(Intervenção fora do microfone.)* V.Exa. falou em incitação à ocupação do prédio do Ministério. Não são coisas verdadeiras. Aliás, *(inaudível)*. É bom que isso fique muito claro. Não há que se penalizar os agentes penitenciários, pelo desespero e pela irresponsabilidade.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui iniciando a leitura desse relatório, e quero dizer a todos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, V.Exa. tem que distribuir o relatório!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui iniciando a leitura desse relatório e quero dizer a todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Os agentes penitenciários sabem quem realmente está trabalhando por eles e quem está fazendo demagogia e não compromete o *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu não estou fazendo demagogia! Eu não admito V.Exa. falar assim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, por favor, sente-se! Vamos continuar a reunião! Sente-se e vamos continuar a reunião!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Abra os portões, vamos discutir isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não vou abrir! Não vou abrir! Vou passar a palavra para o Relator.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - V.Exa. está tentando induzir os Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está aqui atrapalhando. Já atrapalhou ontem quando tratávamos a questão dos agentes penitenciários.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não atrapalhei coisa nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Hoje V.Exa. não vai atrapalhar a reunião.

A palavra é do Relator.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - *(Ininteligível)*, não houve incitação a nada, ao contrário, *(ininteligível)* V.Exas. não consideram a vida deles!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui, apesar daqueles que querem fazer deste momento um palco para demonstrações públicas.



Penso que todos os Deputados que estão aqui têm uma grande responsabilidade com o Brasil. Não há dúvida de que este é o momento mais importante da nossa Nação, ao longo de todo este ano. Afinal de contas, desde o início das reformas propostas pelo atual Governo, sabíamos que teríamos, na reforma da Previdência, o ponto mais alto de toda essa trajetória.

Quero dizer a V.Exas. que foi enviada a esta Casa uma proposta de reforma da Previdência pelo Governo Federal. Essa proposta trazia uma série de pontos que, sem sombra de dúvida, apesar de necessários e justificáveis, teriam um efeito muito forte sobre setores mais pobres da sociedade. Esse projeto de lei chegou aqui, e depois instalamos esta Comissão Especial, iniciando um longo debate, em que tivemos a oportunidade de ouvir a opinião dos mais diversos segmentos da sociedade civil organizada, do Governo, dos sindicatos e dos Parlamentares.

Ao longo desse processo, como Relator da proposta, tivemos a condição de elaborar um texto que pudesse compatibilizar, de um lado, a necessidade fiscal do País, a necessidade que temos de fazer com que o nosso País recupere a sua capacidade econômica e evitar que a Previdência Social no Brasil chegue ao colapso.

Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, quero dizer que aqui, durante o debate, foi muito discutido se a Previdência Social, de fato, tem um déficit ou não. Essa discussão foi sempre permeada de alguns aspectos de natureza técnica que, muitas vezes, dificultam a compreensão popular. É difícil para a pessoa comum saber o que é superávit fiscal, saber o que é orçamento da Seguridade Social separado do da Previdência, etc. Eu vou simplificar tudo o que foi aqui posto e trazer um dado da maior relevância.

No ano passado, em 2016, o nosso País arrecadou 1 trilhão e 241 bilhões de reais — 1 trilhão e 241 bilhões de reais! Eu pergunto a quem está agora me ouvindo em casa, pela *TV Câmara*, pergunto às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados: quanto cada um dos senhores imagina que foi gasto...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, com todo o respeito, nós queremos conhecer o relatório e as modificações e não um discurso político e ideológico aqui!



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu quero dizer, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Usar a *TV Câmara* para fazer ideologia pura?! Qual é o conteúdo do relatório? Nós temos o direito a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor! A palavra está com o Relator. Ninguém tem condições de lhe tolher a palavra. Eu não vou dizer a V.Exa. o que falar, e o Relator fala o que quiser! Por favor! Vamos em frente!

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Então, Sr. Presidente, continuando a minha explanação, quero dizer que, de 1 trilhão e 241 bilhões de reais, nós tivemos 55% gastos com pensões, aposentadorias e BPC.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - E com juros...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - E com juros também. E com juros, além desses 55%...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Todos esses 50% com juros. Foram 50% com juros.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Esses 55% não foram gastos com juros, não. Os 55% foram gastos com aposentadoria, pensão e BPC. Sobraram 45%.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - E com juros?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Para V.Exas. terem ideia dessa divergência, com a saúde pública foram gastos 8% de tudo o que arrecadamos e com a Previdência, 55%. O pior é que essa proporção cresce a cada ano e de maneira rápida. Com certeza, em um espaço de tempo muito pequeno, nós teremos a totalidade da arrecadação do Governo Federal destinada a pagar previdência social. Portanto, urge que façamos as reformas.

Eu quero dizer a V.Exas. que, em nosso relatório, destacamos uma série...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É a primeira vez que eu vejo um Relator defender um relatório fantasma, porque está defendendo um relatório que...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Nós tivemos uma série de modificações...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Cadê o relatório, Sr. Presidente?

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso é uma falta de respeito!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Nós tivemos uma série de modificações...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Onde está o relatório, Relator?

(Manifestação no plenário: Queremos relatório! Queremos relatório!)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, o relatório já está aqui na nossa mão e já deve estar na rede comum, conseqüentemente, todos Deputados têm acesso.

Mas se não estiver disponível, não há problema. Eu acho que podemos, Sr. Presidente, levantar a sessão durante 10 minutos, até que o relatório conste na Internet, para que todos tenham conhecimento dele. Não tem problema, se V.Exa. concordar, eu proponho isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Atendendo à solicitação da Oposição e do Relator, suspendemos a reunião por 10 minutos, até que o relatório seja disponibilizado. *(Palmas.)*

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Colegas, nós já temos condições de colocar no telão — e já está disponível na Internet, na página da Comissão, em destaque — o relatório.

Pelo meio físico, considerando que são 60 cópias e que são cerca de 1.000 páginas, vai demorar de 5 a 10 minutos.

Gostaria de ter a licença dos senhores, obviamente se houver concordância, para que, localizada a complementação de voto, nós possamos reiniciar os trabalhos.

Há objeção? *(Pausa.)*

A Deputada Jandira me informa que não está disponível na Internet. *(Pausa.)*

Já está? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, estou só reafirmando aqui que o art. 128 estabelece que tem que ser por escrito. Gostaria



que isso fosse cumprido. Iniciaremos quando estiver por escrito na mão de cada Parlamentar. Aqui está o art. 128: *“Nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente, exceto nos casos previstos neste Regimento”*. E não há nenhum caso previsto que não seja este aqui.

Então, gostaria que V.Exa. cumprisse isso fielmente. Que se distribua o parecer físico para cada Parlamentar, para iniciarmos o debate, portanto.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Internet é escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Era isso que eu ia dizer. Escrito não quer dizer que tenha que ser no papel.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Primeiro, a Internet não está nem funcionando. O equipamento aqui não está nem funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tudo bem. Aí eu concordo. Se não está funcionando o equipamento, eu concordo. Mas o escrito pode ser na Internet, pode ser no WhatsApp. Está escrito. Onde mais?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Na lousa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Na lousa, conforme o Prof. Jordy nos alerta.

Por favor, eu peço à assessoria que me informe se está disponível nos computadores.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, só o original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só o original. Positivo.

Então, iniciaremos assim que estiver disponível.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - De fato, a cópia não está aqui, não.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Bom, já está disponível aqui, escrito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não está nada. Aqui não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos aguardar até estar disponível.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Nós precisamos por escrito, Sr. Presidente. Só no telão não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, assim será.



(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vai ser disponibilizado na ordem do dia, na tela individual, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Na página da Comissão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Estão aqui: votação do parecer do Relator, a proposta de emenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está aí?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas não chegou aqui ainda, não. A última coisa que há aqui é a vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A Deputada Jandira Feghali nos informa que a Internet está lenta, está conectando.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não entra nem o cursor para digitar o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obviamente, isso aí também está disponível para a sociedade.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O cursor nem vai para o ponto.

Deputado Carlos Marun, suspenda a reunião, almoce e volte com tudo organizado. Isso está uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Informam aqui que no meu gabinete já conseguiram acessaram. Então, talvez, já esteja disponível, sim.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, nós estamos olhando aqui na tela da Comissão os votos em separado que foram apresentados. A nossa bancada apresentou um voto em separado, mas não está constando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Foi apresentado quando?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Foi apresentado hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas há quanto tempo?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Alguns minutos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, V.Exa. há de convir, diante do princípio da razoabilidade, que são necessários alguns minutos para que ele conste. Assim, daqui a pouco ele vai constar.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo!



Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. já têm o texto disponível?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Está uma vergonha isso! Arrume a Casa, depois chame...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está dando erro quando se entra na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A questão é que nós estamos com excesso de acessos, o que está dificultando. Então, pelo jeito, nós vamos aguardar a chegada do meio físico. Mais 5 minutos, e isso estará resolvido. *(Pausa prolongada.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O meio físico resolve o problema. O antigo ultrapassa a Internet.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta e, eventualmente, uma sugestão.

Eu não tenho nada contra nós ficarmos esperando o Relator fazer a leitura. Em algum momento, a não ser que todo mundo vá para o pão de queijo, é possível que se tenha que dar um tempo para alguém comer alguma coisa.

Pois bem. Nesse sentido é a minha sugestão. Não seria melhor V.Exa. suspender a sessão agora e retomá-la umas 13 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eminentíssimo Deputado Arlindo Chinaglia, nós teremos a seguinte programação.

O Relator fará a leitura e as suas considerações. Nós não podemos aqui dizer *“Você pode falar isso, não pode falar aquilo”*. Não! O Relator usará a palavra. Ao fim da sua palavra, nós teremos um tempo de 5 minutos, acordados, para a apresentação de destaques. Findos esses 5 minutos, eu vou suspender a sessão para almoço e organização dos destaques, em conformidade com o que acordei com V.Exas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou prevendo o tempo de 1 hora. Nesse prazo, nós almoçaremos. Eu também almoço, tenho o hábito. *(Riso.)* Pelo menos umas 4 vezes por semana eu também almoço. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Percebe-se muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Percebe-se bem, não é?



É esse o nosso pensamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. foi econômico com os almoços, mas não vou dizer que foi econômico com a verdade. Falou a verdade.
(*Riso.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pode ser um lanche, Sr. Presidente. Pode ser um lanche, não precisa mais do que isso. Trinta minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente Marun, aproveitando que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, a reunião está suspensa. Eu vou atender a um telefonema e já o ouço.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente! Sr. Presidente! Presidente Marun, fora da pauta, eu queria dialogar com V.Exa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, posso dar uma informação aqui? Com tristeza, recebi agora uma ordem do meu partido, o PR, para retirar o Destaque nº 77, que estava sendo proposto hoje aqui na Comissão.

Fico triste porque esse é um assunto que estava já fechado dentro da base e dentro do partido. E não é só o PR, os outros partidos da base vão retirar os seus destaques. Eu não sei qual é o objetivo.

No momento em que nós estamos discutindo a reforma da previdência, os destaques são muito importantes para que possamos embasar o relatório que está sendo proposto hoje.

Então, fico triste em anunciar que os partidos da base estão retirando os destaques, mas tenho a promessa de que no Plenário serão recolocados. Eu não sei como ficará daqui por diante. Infelizmente, eu não sou o dono do partido, eu não sou o Líder oficial do partido. Fica só a minha tristeza em anunciar que uma proposta tão boa, para regulamentar a situação das nossas polícias, está sendo retirada, por conta da retirada do Destaque nº 77, que foi colocado pelo Partido da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Vejam bem, a sessão continua suspensa. Estou abrindo uma exceção a V.Exa., considerando que V.Exa. vai trazer algum assunto pertinente para um momento de suspensão da sessão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Fora de pauta, fora de pauta.

V.Exa. que está em momento de destaque, mesmo que estejamos em campos opostos no que diz respeito à reforma da previdência.

Uma notícia importante que os jornais de hoje trazem é que o Hamas, na Palestina, e temos que respeitar a soberania dos povos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O que houve, desculpe-me?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho respeito, às vezes posso divergir, mas respeito a decisão do Hamas, por exemplo, de reconhecer que o Estado de Israel não precisa ser destruído para que o Estado da Palestina possa se viabilizar plenamente.

Sei que V.Exa. é um defensor dessa causa. Então, espero que se criem condições... E o Brasil tem uma importância nessa luta, para que seja garantido o direito ao povo palestino à autodeterminação e à soberania territorial.

Ao mesmo tempo em que isso ocorre na Palestina, Sr. Presidente, quero complementar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estava ficando muito faceiro com a sua fala.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É para complementar. Em São Paulo, houve uma marcha contra a imigração.

Sr. Presidente, o assunto tem a ver com tema.

Em São Paulo, ontem, houve uma marcha contra os imigrantes. Eu até respeito quem tem opinião contrária a essa riqueza do Brasil, de ser um país multiétnico e multicultural, mas dois palestinos, inclusive um deles comerciante lá do Bexiga, foram presos sem que tenha sido comprovada qualquer ação deles contra os que estavam em marcha. Sr. Presidente, foram dois palestinos presos: o Zarif é um empresário e um amigo que foi espancado e teve que ser levado ao hospital. Isso aconteceu sem que tivesse tido qualquer manifestação contrária à marcha contra a imigração que aconteceu ontem em São Paulo.



Eu sei que nós estamos em campos diferentes, mas não é admissível que não tenhamos atenção a esses sinais, que podem ser muito tristes para a história do Brasil no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está registrado — o senhor sabe — o meu pensamento em relação ao tema.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Existirem divergência ideológicas, políticas, tudo bem! Mas não se pode admitir violência contra imigrantes, muito menos contra aqueles que já se estabeleceram e são empresários aqui. São irmãos palestinos que vivem em São Paulo! Existem mais palestinos em São Paulo do que na Palestina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.

Todos já têm disponibilizado por meio eletrônico e alguns por meio físico... Os gabinetes estão trazendo...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu preciso receber por meio físico, Sr. Presidente, pois eu fui premiado: o meu computador não funciona. Está estragado o computador. Preciso receber por meio físico, porque o computador pifou. Ganhei um prêmio negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, alguém...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Posso iniciar?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não, Sr. Presidente. Espere aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, houve uma distribuição inicial aqui. Foi apenas para a primeira fila; faltou para o restante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra o Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O Deputado Pompeo de Mattos disse que o computador dele não está funcionando. O meu também está com esse problema.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O meu não funciona.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Parece que o problema é no teclado. Gostaria de receber uma cópia física.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, alguém providencie uma cópia física para o Deputado Pompeo de Mattos e para o Deputado Pepe Vargas, que estão com problemas nos seus computadores.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso. Obrigada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Para mim também. Eu também preciso de uma cópia física, em papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para o Deputado Arnaldo Jordy, da mesma forma.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, quero só fazer um alerta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Major Olimpio também precisa.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma alerta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Também para os Deputados Onyx Lorenzoni e Luiz Sérgio. São cinco cópias por enquanto.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, as primeiras cópias que foram distribuídas para alguns não vieram com as páginas pares. Então, que tenham cuidado para não repetir isso, pois vai faltar metade do relatório. Já me deram um aqui completo. As páginas faltantes não estavam impressas no verso. É preciso ver agora se vão distribuir o completo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, qual vai ser o roteiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já está sendo providenciada a entrega.

O Deputado Luiz Sérgio, o Deputado André, o Deputado Pepe Vargas, o Deputado Major Olimpio, o Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado Onyx Lorenzoni solicitaram. Portanto, seis Deputados solicitaram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, qual vai ser a sequência?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concederei a palavra ao Relator. Ao final, haverá 5 minutos para apresentação de destaques; depois, suspensão da sessão. Aí, eu vou deliberar aqui com a Mesa o tempo que necessitamos para retomar, de 30 minutos a 1 hora.

Podemos iniciar? *(Pausa.)*

Está reiniciada a sessão.

Passo a palavra ao Relator e peço, agora, diante da imensa responsabilidade que neste momento ímpar na história da Pátria recai sobre os ombros de cada um de nós, que respeitemos a palavra do Relator.

Solicito ao Deputado Julio Lopes que assuma a Presidência por alguns instantes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reinicio a minha fala. Em relação a todo o debate que tivemos aqui, apesar dos diversos argumentos, às vezes muito complexos para as pessoas comuns entenderem, a respeito de termos como déficit da Seguridade Social, ou não déficit, ou déficit de orçamento, etc., o fato concreto e objetivo é que nós temos 55% de tudo aquilo que foi arrecadado pelo Brasil no ano passado para pagar a previdência social. Sobram 45% para pagar a saúde, a educação, a segurança pública, a manutenção de estradas e de outros equipamentos públicos. Todas as outras ações custaram 45%.

Por óbvio, da forma como está avançando o crescimento desse gasto, chegaremos em breve a uma condição em que 100% da arrecadação do Governo Federal terá que ser utilizada com o gasto de previdência. Daí termos feito essa reforma; reforma que propõe algumas mudanças que vêm, sobretudo, no sentido de garantir aos mais pobres a preservação do seu direito de receber a previdência.

Vejam só: essa reforma determina que, depois da sua aprovação e terminada a fase de transição, nenhum brasileiro, seja ele Deputado, Senador, promotor de justiça, juiz, nenhum brasileiro poderá receber uma aposentadoria superior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Lopes) - Senhores, silêncio na sala, por respeito ao Relator, que faz uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Obrigado, Sr. Presidente.



Ninguém poderá receber acima do teto constitucional. Ninguém! Nós vamos acabar, definitivamente, a partir dessa reforma, com salários pagos pela Previdência no valor de 25 mil, de 30 mil, de 40 mil reais. Depois dessa reforma, nenhum brasileiro poderá se aposentar com menos de 62 anos, se for mulher, e com menos de 65 anos, se for homem. Isso é um avanço extraordinário, que já foi alcançado por vários países. Mas o grande mérito dessa proposta é que vale para todos. Não existem mais regalias e privilégios para uns em detrimento da vida de outros.

Quero dizer aos senhores que, quando fizemos o nosso parecer, que foi apresentado na quarta-feira passada, realizamos profundas modificações em relação ao texto inicial. Portanto, eu vou listar aqui quais foram as mudanças que fizemos já no relatório apresentado antes do debate aqui na Comissão.

Em primeiro lugar, há a questão do trabalhador rural. A proposta inicial trazia a sugestão de 25 anos de contribuição e de 65 anos de idade para homens e mulheres. Modificamos essa proposta do Governo e mantivemos a idade de 60 anos para os homens, exatamente como é hoje, e também para as mulheres, porque houve um aumento em relação à regra geral de 60 anos para 65 anos, no caso dos homens, e de 55 anos para 57 anos, no caso das mulheres. Mas isso só acontecerá no crescimento da razão de 1 ano para cada 2 anos do calendário a partir de 2020. Portanto, a mulher rural só vai precisar se aposentar com 57 anos daqui a 7 anos.

Quero dizer que nós fizemos uma modificação em relação também ao tempo de contribuição. A proposta inicial era de que o tempo de contribuição fosse para 25 anos. E nós mantivemos exatamente como é hoje: 15 anos de contribuição para o trabalhador rural. Entretanto, tínhamos que fazer alguma mudança no que diz respeito ao modelo de contribuição.

Demos agora ao trabalhador rural o direito de fazer a sua autodeclaração perante o INSS, sem precisar de declaração do sindicato, porque, depois que o sindicato dá a declaração para o trabalhador rural receber a sua aposentadoria, pelo resto da vida do trabalhador, um percentual de seu salário vai para o sindicato. Encerramos essa realidade. Basta apresentar a autodeclaração do trabalhador ao próprio INSS, junto com toda a documentação que ele já reúne hoje para provar que é trabalhador rural, além de fazer uma contribuição que nós imaginamos semelhante àquela que é feita hoje ao sindicato, algo em torno de 1,5% do salário mínimo.



Essas foram as mudanças que nós fizemos e que adequam perfeitamente a realidade do trabalhador rural à necessidade de reforma da previdência. Não há, portanto, praticamente nenhuma mudança, nenhuma alteração, sobretudo no que diz respeito à idade e ao tempo de contribuição.

Outra crítica que foi feita contra o projeto do Governo, de maneira muito incisiva, por vários Deputados desta Comissão, meu caro Líder Arnaldo Jordy, foi sobre a desvinculação do BPC do salário mínimo. V.Exa. foi um dos que, como meu Líder, mais se ergueu contra essa luta. Quero também dar destaque à minha querida amiga Deputada Mara Gabrilli e à Deputada Rosinha da Adefal, que defenderam a tese de preservação da vinculação do salário mínimo ao BPC.

Mantivemos essa vinculação e avançamos mais ainda na PEC, trazendo, a pedido desses Deputados que citei, a incorporação do conceito biopsicossocial para definir os benefícios. Esse é um avanço extraordinário para os deficientes. A vinculação do BPC ao salário mínimo, portanto, continua absolutamente preservada.

Hoje o idoso carente, sem pagar nada, quando chega aos 65 anos, tem direito ao BPC. Tivemos que mudar essa idade para 68 anos, porque não é justo que quem pague pela aposentadoria se aposente aos 65 anos e quem não pague também se aposente aos 65 anos. Então, aumentamos 3 anos. Mesmo assim, existe ainda uma regra de transição para que se atinja essa idade lá adiante, no futuro.

Em relação às pensões, o projeto inicial trazia a proposta de nenhum tipo de acumulação entre pensões e aposentadorias. Entretanto, apesar das críticas que foram feitas aqui, nós reconhecemos que existe de fato uma realidade do mais pobre, em que marido e mulher vivem com a renda de dois salários mínimos. Se um dos dois falecer, será muito duro para o outro reduzir essa renda pela metade.

Considerando, caros Deputados e Deputadas, que 65% dos brasileiros que estão recebendo aposentadorias pelo RGPS — eu estou falando de quase dois terços dos brasileiros, 65% — recebem um salário mínimo, nós avançamos para permitir a acumulação de pensão e aposentadoria até o limite de dois salários mínimos. É um avanço extraordinário, no sentido de garantir que dois terços dos brasileiros filiados ao RGPS estejam resolvidos com essa questão.

Outro ponto modificado pelo nosso relatório diz respeito à segurança de que a pensão nunca será inferior ao salário mínimo. A proposta de cálculo da pensão, que



é de 50%, mais 10% para a viúva, mais 10% para cada dependente, reduz o valor da aposentadoria e poderia jogar esse valor para menos do que é hoje o valor do salário mínimo. Então, nós asseguramos que o piso da pensão será de um salário mínimo. Ninguém vai receber nenhuma pensão inferior ao valor do salário mínimo. Essa foi outra mudança significativa que nós fizemos.

Outra mudança que foi trazida pelo nosso relatório diz respeito às aposentadorias especiais, tanto de policiais quanto de professores, que foram aqueles que mais solicitaram, até por uma questão histórica e por, na regra atual, já terem direito a esse tipo de condição especial.

Deputado Bessa, que tanto lutou pela aposentadoria dos policiais, eu quero destacar que nós fizemos essa modificação no sentido de garantir aos policiais que pudessem se aposentar aos 55 anos atualmente e que tivessem direito à integralidade de salário. Esse é um reconhecimento à função dos policiais e representa um avanço extremamente significativo no sentido de construir essa alteração.

Quero aqui logo registrar a primeira mudança que nós fizemos em relação ao texto que apresentei e ao texto que trazemos hoje. Ela diz respeito às mulheres policiais, porque, para se aposentarem, hoje elas têm que ter 25 anos de contribuição, sendo 10 anos fora da polícia e 15 anos em atividade policial. No relatório que apresentei na quarta-feira, nós colocávamos 25 anos de atividade policial a todas as mulheres, para terem direito à sua aposentadoria. E isso causava certa injustiça, porque no caso de uma mulher em que estavam faltando 2 anos para se aposentar, passavam agora a faltar 12 anos, uma vez que estávamos aumentando em 10 anos o tempo de atividade policial.

Então, fizemos uma mudança para que a mulher precise de 20 anos para sua aposentadoria e mais uma regra de transição para atingir a idade. Isso também é uma mudança significativa e favorável às policiais brasileiras.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - De 25 para 20 anos?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sim, de 25 para 20 anos.

Em relação aos professores, a proposta que existe hoje contempla idades diferentes em relação ao serviço público e o privado. O professor da rede pública já tem como exigência os 60 anos de idade. Nós igualamos professores e professoras



para o mesmo patamar de 60 anos, homens e mulheres, tanto na rede pública, quanto na rede privada, mas modificamos profundamente o projeto inicial que previa 65 anos para professores de ambos os sexos, tanto na rede pública, quanto na rede privada. Mantivemos a idade de 60 anos. Portanto, avançamos com uma concessão de 5 anos para ajudar a reconhecer o trabalho do professor.

Ainda em relação às aposentadorias especiais, a PEC já trazia uma referência aos trabalhadores que têm uma relação direta com aqueles que são vinculados à atividade de risco, aqueles que estão submetidos à periculosidade, etc., como os mineiros.

Quero aqui destacar o papel importante do Deputado Ronaldo Benedet, que me procurou para tratar desse assunto. Nós também avançamos no sentido de melhorar as condições dos trabalhadores das minas, dos que têm atividades insalubres, dando a eles uma condição também de precocidade na sua aposentadoria, dadas as condições difíceis do trabalho desempenhado por essas pessoas.

Avançamos ainda mais em relação às regras de transição. A regra de transição trazida inicialmente propunha que apenas aqueles que tivessem mais de 50 anos pudessem ser absorvidos pela transição, pagando um pedágio de 50%. Fizemos uma profunda mudança, porque nós diminuimos este pedágio de 50% para 30%. Mais do que isso: demos a possibilidade de que todos aqueles que estão trabalhando hoje, todas as pessoas, possam se beneficiar desta regra de transição, respeitada a idade mínima que, no caso dos funcionários públicos, em função da lei anterior, é de 55 anos para mulher e 60 anos para homem — isso já existe, nós mantivemos —, na iniciativa privada é de 53 anos para as mulheres e de 55 anos para os homens, ambos evoluindo para 65 anos.

É importante aqui, meu caro Deputado Molon, dizer que, quando falamos que as mulheres chegarão a 62 anos e os homens chegarão a 65 anos, isso só acontecerá daqui a 20 anos — daqui a 20 anos!

A transição que existe para atingir 65 anos não é, Deputada Alice Portugal, um fato que vai acontecer na hora da promulgação da lei. Não, não é. Vai haver, a partir de 2020 — a partir de 2020 —, portanto, daqui a 3 anos, o início de uma escala de crescimento, para chegarmos lá na frente e atingirmos esse patamar de



65 anos. Portanto, não se deve dizer que foi promulgada a lei e todo mundo tem que se aposentar, no caso da mulher, com 62 anos e, no do homem, com 65 anos. Isso não é verdade. É bom que isso fique esclarecido.

Existe uma transição para que cheguemos a essa idade. Ou seja: suponhamos que hoje uma mulher tenha 54 anos e esteja na expectativa de se aposentar no ano que vem. Ela vai passar por uma transição e, lá adiante, é que ela vai chegar aos 65 anos, não é uma coisa imediata. A conclusão dessa transição acontece muito mais adiante.

Além desses cinco pontos que eu já destaquei aqui, talvez o tema mais reclamado pelos Parlamentares, sobretudo da Oposição, ao longo dos debates desta Comissão, diz respeito àquela regra anteriormente apresentada pelo Governo de que os trabalhadores só poderiam adquirir os 100% da sua média salarial se tivessem contribuído 49 anos para a Previdência.

Essa crítica foi difundida por todo o território nacional. Muitas pessoas se queixaram disso, caro Deputado Pauderney Avelino, que tanto contribuiu comigo na elaboração desse parecer. Quero dizer que mudamos, também, essa regra dos 49 anos. Fizemos uma nova formulação, para que o trabalhador que hoje só pode se aposentar com 35 anos de contribuição possa se aposentar com 25 anos de contribuição. Qualquer um já poderá se aposentar com 25 anos, desde que tenha, também, a idade mínima — mas chegará a essa aposentadoria recebendo 70%.

É óbvio que quem trabalha durante 25 anos haverá de ter uma aposentadoria menor do que a de quem trabalha durante 30 anos. Não é justo que um trabalhador que contribua por 25 anos e outro que contribua por 30 tenham a mesma média salarial. Não é justo que isso aconteça. Porém, aumentamos 1,5% a cada 5 anos, até a pessoa chegar a 30 anos. Depois, aumentamos 2% a cada 5 anos, até a pessoa chegar a 35 anos de contribuição e 2,5% a cada ano, durante 5 anos, até a pessoa chegar aos 40 anos. Aos 40 anos, a pessoa terá direito a 100% da sua média salarial — 100% da sua média salarial. Uma regra, diga-se de passagem, muito mais favorável do que a que existe hoje na nossa legislação — muito mais favorável.

Mais do que isso, é importante destacar... *(Pausa.)*



Eu pediria, Presidente Marun, que se fizesse aqui um pouco mais de silêncio, para que pudéssemos concluir. A zoada não é nem dos Deputados. Inclusive, eu imagino que os Deputados estejam tendo dificuldade, porque há um burburinho aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço-lhe desculpas. Eu mesmo estava conversando com o Deputado aqui.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não. É o pessoal aqui da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que as portas permaneçam fechadas, para que o som externo não atrapalhe o andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O interno também.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O som interno, principalmente, o interno. Ao pessoal da Mesa, eu pediria que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, a conversa da Mesa está atrapalhando o andamento aqui, certo?

Positivo? Posso seguir em frente? *(Pausa.)*

Sr. Relator, a palavra é sua.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Então, além dessas questões do tempo de contribuição para a aposentadoria, há um ponto extremamente relevante trazido aqui por várias mulheres, que é a necessidade de que houvesse uma diferenciação de idade entre homens e mulheres.

Quero reconhecer que esse é um tema deveras polêmico. Existem muitos homens e muitas mulheres que não concordam com essa diferenciação — muitos homens e muitas mulheres que não concordam. Mas, reconhecendo uma tradição antiga que existe no Brasil, de diferença de idade para homens e mulheres, nós chegamos a um meio-termo, qual seja, preservar essa diferença, mas reduzindo o seu tamanho.

Então, se hoje a diferença de idade para a aposentaria entre homem e mulher é de 5 anos, os homens com 60 e as mulheres com 55, modificamos isso para 3 anos. Os homens se aposentarão com 65 anos e as mulheres com 62 anos, destacando mais uma vez e repetindo com clareza — e eu peço que todos tenham



no debate a lealdade para colocar isso claramente — que isso só acontecerá 20 anos adiante. Isso só acontecerá muito lá na frente. Nenhuma mulher vai precisar se aposentar agora com 62 anos. Nenhum homem vai precisar se aposentar agora com 65 anos. Não! Existe uma transição, que vai ser iniciada no ano de 2020, e daí haverá uma longa jornada até chegar aos 62 anos e 65 anos. O Governo não está fazendo nenhuma alteração brusca e abrupta do dia para a noite.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, esse foi o parecer que nós apresentamos na quarta-feira passada. De lá para cá, resolvemos fazer pequeníssimas modificações, entre elas, incluir, porque já tem idade privilegiada e antecipada na lei, a Polícia Legislativa daqui do Congresso Nacional, que permanentemente está em confronto, como o que tivemos, inclusive, recentemente, em uma invasão ao Congresso durante a elaboração deste nosso parecer. Então incluímos, com as condições da aposentadoria especial, a Polícia Legislativa.

E, atendendo ao apelo de vários Srs. Parlamentares que aqui se manifestaram antes da minha leitura, reconheço que, como bem colocou o Presidente Carlos Marun — estávamos eu, ele e outros Parlamentares debatendo o assunto dos agentes penitenciários, e vários foram os Parlamentares que me trouxeram essa argumentação razoável —, talvez o agente penitenciário, de fato, tenha risco e periculosidade maiores do que o próprio policial que está atuando na rua. A todo momento nós vemos na mídia, nas televisões, nos jornais, notícias de motins em presídios, com dezenas, centenas de pessoas mortas. E, realmente, o Deputado Bessa foi um dos que mais gritou a favor dessa tese, assim como o Deputado Francischini, o Deputado João Campos. E aqui certamente já estou cometendo algumas injustiças, porque muitos outros Parlamentares se manifestaram nesse sentido, como o Deputado Aluisio e tantos outros. Mas quero dizer que nós realmente reconhecemos que o agente penitenciário tem uma função de risco e periculosidade, como poucas profissões neste País.

Acontece que, infelizmente, quando estávamos com este assunto fechado, Deputado Jordy — V.Exa. se manifestou neste instante a esse respeito —, houve uma invasão, de fato, motivada por pessoas mal-intencionadas, que fizeram arruaça ontem no Palácio do Ministério da Justiça, o que constrangeu a todos nós.



Eu, como Relator, realmente, afirmei o meu desejo de excluir os agentes penitenciários desta condição, por conta da invasão que houve no Ministério da Justiça. Mas recebi o apelo de vários Deputados, de vários partidos diferentes, fazendo a seguinte colocação: *“Deputado, aqueles que fizeram aquela ação não são a totalidade, não representam o conjunto da classe. Nós não podemos punir o bom por conta daquele que comete um equívoco, que comete um erro”*.

Com este apelo, reconhecendo aqui a boa vontade e a palavra sincera de tantos Deputados que se colocaram hoje ainda nesta sessão e que se dirigiram a mim, pessoalmente, pedindo que fossem incorporados na condição dos policiais os agentes penitenciários, e eu próprio estando convencido de que o agente penitenciário tem uma vida de risco, fizemos esta mudança neste momento no nosso relatório.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Faltaram os guardas municipais, Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Quanto aos guardas municipais, Deputado, veja só, foi trazida essa discussão para cá. Os guardas municipais têm a função de proteção do patrimônio público, mas não têm uma função de risco, como os outros.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Não é verdade, não tem mais. Sr. Relator, o guarda municipal, hoje, tem papel de polícia.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso mudou. Isso mudou desde que eles passaram a andar armados. Quem é que em Vitória assegurou a segurança?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Srs. Deputados, isso será oportunamente discutido. Eu estou lendo o meu parecer, de acordo com o meu juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos respeitar a palavra do Relator, o momento da discordância vai chegar. Este não é o momento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Peço aos senhores que, democraticamente, apresentem os seus destaques, que serão na forma...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Deputado Arthur, e a pensão do servidor público?



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Posso voltar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Quero dizer a todos que cada um, naturalmente, tem o seu juízo de valor. O meu juízo de valor, com todo o respeito aos guardas municipais, é que eles não têm a ação comparável à ação do policial e à ação do agente penitenciário. De fato, eles têm poder de polícia, mas é importante dizer — as pessoas que têm formação jurídica sabem disso — que poder de polícia não tem nada a ver com ação policial.

O Direito Administrativo tem um conceito específico para poder de polícia, que é dado a praticamente todo servidor público, mas poder de polícia é uma coisa, ação policial é outra completamente diferente.

Apenas quero registrar que, se dermos a condição de aposentadoria especial aos guardas municipais, que são aqueles responsáveis pela proteção do patrimônio público municipal, certamente, também teremos que dar essa mesma condição aos seguros privados, aos seguros de bancos, etc.

Então, este é o meu juízo de valor, mas obviamente existirão destaques a respeito desta matéria que haverão de ser julgados por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nós vamos brigar por isso, respeitosamente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Respeito a sua postulação, Deputado.

Então, quero dizer que esta questão será exatamente nesse sentido.

A minha conterrânea, a Deputada Alice Portugal, pergunta-me em relação à pensão dos servidores públicos. A pensão dos servidores públicos está naquela mesma regra que foi lida aqui anteriormente. Ela não poderá ser inferior ao salário mínimo e poderá haver acumulação até o limite de dois salários mínimos. Em relação à não acumulação, valem as regras tanto para o servidor público, quanto para o trabalhador da iniciativa privada.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Relator, só complementando essa pergunta, e no caso dos cargos em que se pode acumular pela Constituição, como professores e profissionais de saúde?



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso está preservado, porque a Constituição assim o assegura.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Está preservado na aposentadoria, mas, na pensão, não. Isso não está claro.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sim, mas uma coisa é aposentadoria, outra coisa é pensão. Estamos falando aqui...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Se ele soma os valores para se aposentar, é uma única aposentadoria dos dois cargos. Na hora em que morre, ele só pode optar por uma pensão. Aqui não está dito que se pode somar.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - A pessoa tem o direito, Deputada Feghali, pode até vir uma emenda de redação para isso, mas, na minha compreensão, o que estamos tratando é de não acumulação de pensão e aposentadoria, ou seja, a pessoa não pode ter uma pensão e uma aposentadoria acima de dois salários.

Em momento nenhum se está dizendo que uma pessoa não pode ter duas pensões. Obviamente que se é permitida a algumas atividades, como professor, médico, etc., a possibilidade de fazer duas contribuições e de ter duas pensões, a minha compreensão é a de que o beneficiário dessa pensão poderá acumular as duas pensões, mas poderá ser feita...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - No texto está vedado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Relator, tenho uma dúvida.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu não vou polemizar essa questão.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não é polemização, é um esclarecimento, porque, no texto, está vedado acumular duas pensões.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Relator, peço a palavra só para tirar uma dúvida, não é para debater com V.Exa. Eu vou falar mais tarde.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Em relação aos servidores que ingressaram antes de 2003, o último relatório de V.Exa. não previa regra de transição para a idade mínima nova. Eu não entendi na apresentação se V.Exa. mudou alguma coisa em relação a isso ou se manteve.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado Molon, nós fizemos de ontem para cá um esforço brutal — e quero aqui render a minha homenagem ao Deputado Pauderney Avelino — para tentar chegar a um acordo em relação a esse assunto.

O atraso que aconteceu aqui hoje para o início desta sessão se deveu a uma reunião que tivemos com representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, tentando construir um caminho nessa direção.

O que o Deputado Molon pergunta — para as pessoas que não estão acompanhando esse tema com a mesma atenção que ele — é o seguinte: aqueles servidores que ingressaram antes de 2003 têm direito à integralidade, e, no nosso parecer, diz que, para atingir essa integralidade, eles terão que trabalhar até os 65 anos.

Entretanto, havia uma proposta nossa para uma modificação. Seria dada a esses servidores a possibilidade de atingir a integralidade pagando um pedágio maior, de 50%, e uma idade mínima de 60 anos para homens e 57 anos para as mulheres.

Apesar da boa vontade das categorias que discutiram conosco, como Relator, eu coloquei que não faria essa modificação se não fosse algo combinado, que fosse satisfatório para eles. Essa foi a minha proposta. Eu não vou ficar mudando o relatório para não atingir o fim colimado, qual seja, construir uma composição. Entretanto, essa nossa hipótese não foi aceita, mas também não foi rejeitada, de sorte que a questão ficou em aberto.

Este Relator naturalmente exaure a sua possibilidade de modificar esse relatório neste momento. Eu não tenho mais a possibilidade de fazer esse tipo de modificação, mas obviamente que, no futuro, em destaques no plenário, o Plenário decidirá, e já não dependerá mais exclusivamente do Relator.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado pelo esclarecimento. Se V.Exa. me permite, eu gostaria de esclarecer outra dúvida, também não é debate. V.Exa., no BPC, dividiu em dois incisos diferentes o idoso e a pessoa com deficiência. Eu quero apenas entender qual a motivação de separar os dois casos.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É porque o idoso vai se aposentar aos 68 anos, ele tem acesso ao BPC aos 68 anos, enquanto o deficiente



não tem nenhuma idade para requerer o BPC. Ele pode requerer até no nascimento. Se for uma pessoa que nasceu com problema de deficiência intelectual, tão logo seja comprovada essa deficiência os pais passam a ter direito a receber o benefício.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Já é assim. E os dois, hoje, estão no mesmo inciso. A redação...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas 68 anos a partir de quando?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É uma questão apenas de técnica legislativa, mas, na prática, não há nenhum tipo de mudança.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não há intenção depois de alterar um dos dois apenas?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Pepe Vargas tem uma questão, pede um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O esclarecimento que lhe peço, Sr. Relator, é o seguinte: na fala de V.Exa., houve uma afirmação peremptória de que, a partir da aprovação do seu relatório, caso seja aprovado, nenhuma categoria, ninguém mais no Brasil aposentar-se-á acima do teto do Regime Geral de Previdência Social.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Exceto quem está na regra de transição, obviamente.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - V.Exa. colocou os Deputados na regra de transição?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É claro, Deputado. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - A leitura que faço aqui, salvo engano, é que os atuais optantes do Plano de Seguridade Social Parlamentar poderão continuar se aposentando acima do teto do Regime Geral de Previdência.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Como todos os funcionários públicos, Deputado. Não é privilégio de Deputado, não. Não é privilégio de Deputado, faço questão de dizer e agradeço, primeiramente, a V.Exa. pela



oportunidade de esclarecer isso. Todos os que estão atualmente no Brasil trabalhando têm direito a uma regra de transição — todos! Os servidores públicos, todos os que estão trabalhando, têm direito a uma regra de transição, regras, inclusive, diferentes.

Não é justo que um promotor de Justiça, por exemplo, que vem contribuindo com a expectativa de receber o seu salário máximo, já contribuiu por 30 anos, faltam 5 anos para se aposentar, tenha agora que receber o teto da Previdência, que é de 5 mil reais, quando ele contribuiu durante 25 anos e espera receber o salário que recebe atualmente.

Isso vale também para os Parlamentares. Os Parlamentares que estão contribuindo por um longo tempo na Previdência aqui do Congresso Nacional — é importante que se esclareça de maneira muito minuciosa como isso acontece hoje — também terão direito a uma regra de transição. Os próximos eleitos não terão mais nenhuma possibilidade de ingressar nesse sistema que existe de Previdência.

Imagine V.Exa. que há Deputados que estão aqui que contribuem com esse sistema há 20 anos, 25 anos, há vários mandatos. Então, por óbvio, enquanto ele for Deputado — e apenas enquanto ele for Deputado —, tem direito a continuar contribuindo.

Qual é o critério de aposentadoria que existe hoje em relação ao Congressista? Ele tem que contribuir durante 35 anos para receber uma aposentadoria proporcional ao tempo que ele foi Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com a idade de 60 anos.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - E com a idade de 60 anos.

Então, por exemplo, se alguém foi Deputado por um mandato, para se aposentar, ele terá que ter 31 anos de contribuição ao INSS, para somar aos 4 anos que ele tem de Deputado, e ter hoje 60 anos para receber 4/35 do salário de Deputado...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E não estar no mandato.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O que equivale hoje, aproximadamente, a 3.600 reais. Essa é a regra, e isso continua valendo para quem é Deputado e não existirá mais para o próximo mandato. Entretanto, mesmo para os atuais, que estão contribuindo para a Caixa de Previdência Parlamentar, para a



seguridade parlamentar, nós mudamos a idade de 60, no caso dos homens, para 65 anos, e, no caso das mulheres, para 62 anos.

Modificamos, portanto, estabelecendo uma regra absolutamente clara, objetiva e igual para todos os brasileiros.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Porém não isonômica ao Regime Geral de Previdência, no qual, mesmo na regra de transição, haverá perda de valor da aposentadoria de quem se aposenta pelo Regime Geral de Previdência. Este é o grande problema...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não há isonomia com o Regime Geral de Previdência.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. está fazendo uma comparação diferente. A pessoa que entrou...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - No Regime Geral, todo mundo que se aposentar, mesmo que cair na regra de transição, vai se aposentar ganhando menos do que pela regra atual.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não, Deputado. Eu vou explicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - É esse o meu questionamento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Depois do debate, entramos nisso...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu vou fazer essa colocação para V.Exa. com toda a clareza.

Os que aqui se aposentam com a integralidade, V.Exa. sabe disso, representam uma ínfima parte dos Deputados. Acho que, para um Deputado se aposentar com a integralidade, ele tem que ter nove mandatos — nove mandatos! Portanto, se a pessoa tem que ter nove mandatos para se aposentar como Deputado, por óbvio, terá que ter entrado já há algum tempo, antes de encerrar este mandato, para se aposentar com integralidade.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - São 36 anos.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Portanto, antes, até... E não seria o caso de 2003, porque nós não sofremos nenhum tipo de modificação em 2003, mas é uma regra semelhante ao que existe.

Eu não sei se hoje, dos 513 Deputados Federais, existem cinco ou seis que têm nove mandatos. Eu não creio que existam cinco Deputados entre nós que tenham nove mandatos. Eu me lembro de que o Deputado Simão Sessim pode ter...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Deputado Miro Teixeira...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado Miro Teixeira, Deputado Paes Landim... Vêm-me à cabeça esses três e certamente não há mais que três Deputados que tenham nove mandatos, entre os 513 Deputados e dos 81 Senadores.

Portanto, essa regra só valerá, no máximo, para esses Deputados, porque eles já estão contribuindo há mais de oito mandatos, Deputado. E eles, sim, terão direito a essa condição. Eu não vou ficar debatendo com V.Exa., e V.Exa. poderá falar a seu tempo.

Então, para concluir, eu queria apenas dizer que não há...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Relator, eu queria que V.Exa. me tirasse uma outra dúvida, que ficou no caminho e que é importante para V.Exa. e para nós.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - V.Exa. disse que os rurais vão contribuir por 15 anos — é isso?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem.

Os rurais hoje contribuem, na verdade, através do FUNRURAL. Agora, então, eles passam a contribuir através da contribuição direta ao INSS. A dúvida que ficou para todos nós aqui e que fica latejando é se vão continuar contribuindo para o FUNRURAL e mais os 15 anos para o INSS, ou se um substitui o outro. É muito importante nós termos isso claro.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos. A boa vontade e a boa-fé de V.Exa. me motivam, com muita alegria, a lhe dar uma resposta. V.Exa. tratou do tema muito seriamente. Apesar da



sua condição de ser contra a reforma, V.Exa. foi um companheiro que sempre debateu com este Relator com muita lealdade, durante todo esse processo.

Quero esclarecer a V.Exa. que não existe mais essa necessidade de contribuição que chamam de FUNRURAL, que é de 2,1% da produção, ficando exclusivamente o valor pago ao INSS daqui para frente, que será em torno de 1,5% do salário mínimo.

Agora, quero registrar o seguinte: todos aqueles... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, não é possível. Não são os Deputados. Os Deputados estão aqui querendo ouvir e debater, mas está difícil. Não são os Deputados.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Então, eu quero dizer o seguinte, Deputado: todos aqueles que até agora contribuíram diretamente, por meio daquela certidão do sindicato, têm o seu direito preservado. Quem contribuiu por 5 anos, por 10 anos, por 15 anos, tudo isso vale. Tudo isso vale e continuará valendo assim, até que uma lei que virá depois da nossa aprovação da PEC regulamente inclusive como será a contribuição individual. Então, tudo para trás vale e, depois que for aprovada a referida lei, não será mais necessário esse tipo de contribuição.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Relator, eu queria um esclarecimento sobre a questão da filantropia.

No art. 195, § 11-B, o texto é dúbio, e inclusive isso motivou uma errata falando das isenções constitucionais.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Qual é o parágrafo?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Art. 195, § 11-B.

O assunto é tão controverso, pela forma como está construído o texto, que foi apresentada às entidades filantrópicas e ao FONIF uma errata sobre as isenções constitucionais, sobre as imunidades constitucionais, para ser preciso tecnicamente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Repita o artigo, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Art. 195, § 11-B.



Se o texto ficar como está, sem uma referência específica às imunidades constitucionais, há a probabilidade de, em algum momento, haver qualquer risco para as entidades que trabalham com filantropia.

Nós já fizemos esse debate aqui, fizemos esse debate na Comissão de Educação, V.Exa. trouxe a problemática...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado, V.Exa. está fazendo uma confusão de isenção com imunidade.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, não estou fazendo confusão nenhuma. Tanto é que já se fez uma errata para as instituições, e é por isso que eu estou perguntando.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado, veja bem...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não estou fazendo confusão nenhuma!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Aquilo foi tirado do texto. V.Exa. está lendo aqui...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E também não foi tirado do texto coisa nenhuma!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. está lendo aqui "isenção".

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - "Isenção". O que existe, em relação às entidades filantrópicas — e nós não mexemos —, está exatamente... Nós excluímos do nosso texto. O que a princípio, inclusive, nós colocamos no texto e depois retiramos foi a imunidade. O que trata da entidade filantrópica é a imunidade. Imunidade e isenção são diferentes. Imunidade é uma coisa; isenção é outra. A entidade filantrópica tem imunidade.

O que nós colocamos nesse artigo — e isso inclusive foi um assunto que eu banquei, como Relator, até de maneira muito individual — foi a proibição de que, daqui para frente, qualquer Presidente da República possa enviar para esta Casa uma proposta que fale em isenção com tributos previdenciários. A imunidade das entidades filantrópicas está fora dessa PEC. Eu resolvi não tratar desse assunto,



expliquei isso aqui no dia em que apresentei o meu parecer e não tem nada a ver com essas isenções. Uma coisa é imunidade; outra coisa é isenção.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso está claro. Eu gostaria de lhe passar às mãos uma errata que nós recebemos da sua assessoria, tratando desse assunto. Está aqui.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, eu vou lhe apresentar. Não quero trazer agora para V.Exa. uma polêmica desnecessária. Vai haver um intervalo, e nós podemos dialogar sobre isso. Agora, o que nós desejamos é a garantia de que não haja qualquer dúvida no texto que possa afetar as entidades filantrópicas.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não há, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Bom, isso nós vamos discutir.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Tenho certeza de que não há. As isenções...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu não quero fazer nenhuma polêmica desnecessária.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu entendo perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Estou até concedendo a V.Exa. a possibilidade de um diálogo, no momento do intervalo, para ver se pode haver no texto alguma ressalva, alguma observação. Eu adianto a V.Exa. que já há três destaques para retirar todo o texto, o que seria muito ruim para V.Exa., porque estou entendendo o que V.Exa. quer fazer.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não tem problema. Cada destaque será votado, e eu acato a decisão da maioria. Não é prejuízo algum para este Relator.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas o que eu estou...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O que eu quero dizer a V.Exa. é o seguinte...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Relator, permita-me concluir, senão V.Exa. responde sem me deixar terminar.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É o seguinte: o que nós estamos falando é que, se houver no texto a referência a que não há nenhuma relação com as imunidades constitucionais para o setor filantrópico, esses destaques não poderão ser retirados, e V.Exa. dará o trânsito da ideia que está trazendo, que eu acho positiva. Estou querendo ajudar nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu agradeço a sua colaboração.

Apenas para esclarecer ao Plenário: as isenções são dadas por lei; as imunidades estão na Constituição. Quem tem imunidade não pode ser cobrado em nenhum momento. Quem tem imunidade de imposto, por exemplo, são as igrejas. As igrejas têm imunidade; as entidades filantrópicas também têm imunidade. O que nós estamos falando aqui é de isenção.

Isenção é quando o Governo resolve, como nós estamos fazendo nesse texto, acabar com a isenção referente às exportações. Isso, por exemplo, é uma mudança. Mas imunidade e isenção são duas coisas diferentes. É claro que, se puder aprimorar o texto com uma redação...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é essa a minha contribuição a V.Exa. porque, por um lado, eu tenho preocupação com as Santas Casas, com as universidades, com as escolas. Por outro lado, eu acho que V.Exa. está correto e concordo com V.Exa. nisso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Perfeitamente. Vendo a preocupação e a boa vontade de V.Exa., se for para fazermos uma questão redacional para aprimorar a mensagem não há nenhuma dificuldade, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dizer que essa é a nossa...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Relator, só para fazer o registro, já o fiz pessoalmente, de que possamos trabalhar, não sei se é no campo da redação ou se é no campo de um debate mais acompanhado em plenário, o comprometimento desse tema que V.Exa. acabou de tratar, do art. 195, § 11-B, que envolve comprometimento ao ato cooperativo.



Então, nós precisamos tratar desse tema com mais debate. Não será agora, porque o tempo ficou vencido neste momento, mas que possamos tratar desse tema no decorrer do debate e em plenário.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Perfeitamente.

Então, Sr. Presidente, dito isso...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Apenas no § 4º, só para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer o seguinte: vou passar a palavra ao Deputado Major Olimpio, e nós vamos, a partir daí, fazer...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Os Deputados Major Olimpio e Arnaldo vão falar, e eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou passar a palavra ao Deputado Major Olimpio e ao Deputado Arnaldo, por deliberação do Relator.

E passaremos, a partir da agora, a contar o tempo de 5 minutos para a apresentação de destaques. Terminados esses 5 minutos, ao findar a palavra do Relator, já estará cumprido. O Relator já concluiu, está tirando agora dúvidas de alguns Parlamentares. Então, estão valendo os 5 minutos para apresentação de destaques, conforme combinado no início.

E eu pretendo, às 13h30min, encerrar essa parte e dar 1 hora para o nosso almoço, a fim de que a Mesa organize os destaques e para que, no nosso retorno, tudo já esteja disponibilizado e nós não tenhamos o constrangimento de precisar aguardar alguma coisa. Positivo então?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Major Olimpio, V.Exa. tem a palavra por 2 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Apenas para contribuir, Relator, V.Exa. falou do acolhimento da pretensão dos agentes penitenciários. Mas no § 4º-A, está dizendo:

Art. 40.....

.....



§ 4º-A Os limites de idade previstos na alínea “a” do inciso I do § 1º poderão ser reduzidos por lei complementar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A sessão não está encerrada. A sessão não está encerrada, por favor.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra é sua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Está dizendo que poderão ser reduzidos por lei complementar, então, não estão efetivamente fora. Repito:

Art. 40.....

.....

§ 4º-A Os limites de idade previstos na alínea “a” do inciso I do § 1º poderão ser reduzidos por lei complementar para agentes penitenciários, agentes socioeducativos e policiais dos órgãos previstos nos arts. 51, IV, 52, XIII, e 144, I, II, III e IV, desde que comprovados pelo menos vinte e cinco anos de efetivo exercício de atividade policial (...).

Sr. Relator, para efeito de técnica legislativa, muito embora até o Presidente da Casa tenha dito ontem ao Ministro da Justiça e a agentes penitenciários da pretensão de pautar a PEC 308/04, que cria a Polícia Penal, se dissermos aqui pelo menos 25 anos de efetivo exercício de atividade policial, os agentes penitenciários não o terão. Então, nós precisamos alterar o texto e garantir 25 anos de atividade policial ou como agente prisional ou socioeducativo.

E, no art. 3º, nós precisamos também incluir também nas regras de transição os agentes penitenciários e socioeducativos, que não estão inclusos.

E faço uma última ponderação a V.Exa. A Lei nº 13.022, que foi sancionada em 2014, estabeleceu e regrou a atividade das Guardas Municipais, dizendo que as Guardas Municipais fazem atividades de policiamento ostensivo. Então, não há mais essa dúvida, em virtude da lei aprovada nesta Casa e sancionada, quanto a atividade da Guarda Municipal ser de risco e de igual comprometimento físico, como a das polícias brasileiras.



Obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Aliás, o projeto de lei é do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Trata-se da Lei nº 13.022, de 2014, que dá poder de polícia às Guardas Municipais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É o Estatuto das Guardas.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Inclusive, com o poder de andar armado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em seguida nós encerraremos este momento. Nós temos ainda 2 minutos para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra é sua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria sugerir a V.Sa. que, nessa questão de destaques, deixe o prazo até as 13h30min, porque, como há destaque cumulativo, podemos aproveitar em outro sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Até as 13h30min?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até as 13h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está aceita a sua sugestão, sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente, era isso o que eu queria propor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao Relator, então, para suas considerações pré-finais e retornaremos às 14h30min.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, só esclareça uma coisa quanto aos destaques. Só peço a V.Exa. para esclarecer a todos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Relator, sobre o FUNRURAL, continua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou ouvindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nós temos destaques de bancada e temos também destaques individuais a serem apresentados. Como a Mesa pretende fazer? Por exemplo, a bancada pode apresentar o número de



destaques de acordo com o número de Deputados. O meu partido, o PDT, pode apresentar um destaque. Mas, individualmente, por exemplo, no caso das Guardas Municipais, por exemplo, eu pretenderia apresentar um destaque individual. Como a Mesa vai apreciar os destaques individuais? Vai dar importância a eles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em globo. Foi acertado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aí morreremos todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas há os outros momentos. Todos os destaques de bancada serão apreciados e votados nominalmente. Os destaques individuais são ilimitados, mas reservamos a prerrogativa de votá-los em globo. Foi um acordo, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Acordo a gente cumpre.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, eu compreendo. Só quero dizer a V.Exa. que vou apresentar um destaque individual, que é enxugar gelo, fazer buraco n'água, porque não vou conseguir aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Neste momento, mas pode servir como referência para o futuro do País.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quanto à questão das Guardas Municipais que levantei aqui, quero que possamos apresentar nem que seja destaque individual para depois podermos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Apresente. V.Exa. tem até às 13h30min.

Com a palavra o Sr. Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, é só uma dúvida que quero tirar com o Relator. É sobre a questão do agricultor e da agricultora familiar.

V.Exa. disse que ela passa a contribuir com 1,5% do salário mínimo. Mas sobre a tributação de 2,5% sobre produção...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Acaba.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eles estão isentos da contribuição sobre produção.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deixa de existir. Deixa de existir na hora em que for... Veja bem, essa contribuição...

Quero responder ao Deputado Reginaldo Lopes, que fez uma pergunta séria, mas precisa haver silêncio para o Deputado poder...

Deputado, na lei estamos dizendo que esse assunto vai ser regulamentado por uma lei posterior. Enquanto essa lei não for aprovada, prevalece o mesmo modelo de hoje. Na hora em que a lei for aprovada, existe a contribuição individual, mas não existe mais a necessidade de fazer esse recolhimento que existe hoje.

Obrigado.

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito em relação à minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Temos, então, até às 13h30min para apresentação de destaques. Encerrado o destaque.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está encerrado o prazo para o recebimento de destaques. Há ainda na mesa. Positivo.

Deputado Julio Lopes, V.Exa. tem algum destaque a fazer? Alguma consideração neste momento?

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pergunto se já está concluída. *(Pausa.)*

O do Deputado Bessa não precisa ser aceito.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Declaro encerrado o prazo para o recebimento de destaques.

Foram recebidos 59 requerimentos de destaque.

Retornaremos os trabalhos às 14h30min, a partir da distribuição desses destaques aos Srs. Parlamentares.

Deputado José Mentor, V.Exa. tem alguma orientação a fazer a este Presidente? Está tudo tranquilo? Há destaques?

Nós vamos agora abrir a lista de fala de Liderança. Está aberta. Está bom? Positivo. Até o retorno.



Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A sessão vai ser suspensa e reiniciada no dia de amanhã, porque estava marcada para as 14h30min e já são 16 horas. O mais correto é suspender e reiniciar amanhã cedo.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - É porque estão fazendo novas modificações. Devem ser novos pitos no relatório. A nova colcha de retalho deve vir por aí.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Deve estar esperando a Casa Civil consolidar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Reiniciamos os trabalhos da Comissão.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela manhã, nós apresentamos aqui no nosso voto final a inclusão das categorias dos policiais da Polícia Legislativa e dos agentes penitenciários, na forma que expus aqui claramente para todos os Srs. Deputados e todas as Sras. Deputadas.

Quero dizer a todos que, desde o início deste parecer, como tem sido do conhecimento geral, tenho buscado construir este parecer ouvindo os Parlamentares. Estive na maioria das bancadas da Câmara dos Deputados, conversei com V.Exas., ouvi críticas, recebi apoio. E, hoje, em função do que vinha sendo construído, inclusive ontem, e do apelo que foi feito aqui por vários Srs. Parlamentares, indiquei a nossa ideia, a nossa decisão, de incluir dentre os policiais os agentes penitenciários.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É isso aí!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Entretanto, desde o momento em que acabei de ler o meu parecer, recebi uma centena, pelo menos, de mensagens de WhatsApp, de mensagens de Parlamentares absolutamente revoltados com essa condição, alegando que se trata de uma genuflexão do Legislativo a um movimento que foi feito ontem contra a lei brasileira, em desrespeito ao Poder Federal, em desrespeito ao Ministério da Justiça.



Diante desse quadro, não serei eu, o Relator, que vou me insurgir contra a vontade de todos. Vou deixar este assunto para ser resolvido pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É isso aí!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O Plenário decidirá. Já observei que existe emenda nesse sentido. Portanto, estou retirando do texto os agentes penitenciários.

Existe, entretanto, um destaque nesse sentido que será apreciado. Na apreciação do destaque, nós teremos, portanto, a expectativa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O destaque é de quem, Relator?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Há o número do destaque. Qual é o destaque? É um destaque de plenário. Qual é a emenda? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Precisa saber se há destaque. Já encerrou o prazo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Existe! Existe uma emenda que pode ser destacada no plenário. Existe uma emenda que pode ser destacada no plenário.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Só uma dúvida, Presidente. Nessa emenda de destaque que vai ser votada, incluem-se os agentes que cuidam do sistema socioeducativo?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não. Existe uma emenda que estou tratando aqui. A única questão, Deputado, em que poderia haver algum prejuízo, é se, nesse caso que eu citei, não houvesse uma emenda que permitisse a discussão desse assunto no plenário. Em relação aos agentes socioeducativos, eu não tratei... Se o fizeram ou não, eu não sei.

Mas o que quero dizer é o seguinte: esse tema se transformou em uma polêmica muito grande, e eu não vou transformar este relatório, que até agora foi construído dentro de um clima de cooperação, de compreensão, de entendimento, diante de um assunto dessa natureza, em função de um fato que aconteceu ontem, não vou transformá-lo em uma polêmica desnecessária.



Então, como existe toda a condição de os agentes penitenciários terem a sua condição definida no plenário, em uma votação democrática, da qual participarão todos os Parlamentares, este Relator quer se eximir desta decisão neste momento.

Portanto, Presidente, quero retificar o nosso parecer, excluindo da condição de aposentadoria especial os agentes penitenciários.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, reabra o prazo para apresentação de destaque, não é, Relator? Tem que reabrir o prazo! V.Exa. encerra o prazo para apresentação de destaques, e vem agora e muda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra está com este Presidente no momento.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, o socioeducativo já está incluído no texto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, nós vamos lhe responder, Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Relator, o socioeducativo já está incluído no texto novo, ouviu?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Está mantido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vejam bem, o que acontece? Eu defendi e defendo há muito tempo que os agentes penitenciários e os socioeducativos, inclusive, tenham tratamento semelhante, igualitário ao dos policiais. Acredito até que a inclusão, no dia de hoje, em seu relatório de segmento, tenha se dado tanto pelo pleito do PPS quanto pelo pleito pessoal que eu fiz ao Relator, em nome do trabalho que realizamos aqui conjuntamente, no sentido de que esse atendimento se estabelecesse. Fiz um pleito pessoal, em nome do trabalho que realizamos conjuntamente. E defendo e continuarei defendendo porque acho até que é justo isso.

Todavia, eu me rendo às manifestações que recebi me alertando para o fato de que nós estávamos passando à sociedade uma imagem equivocada. A partir do momento em que ontem aconteceu um quebra-quebra — ontem se quebrou pouca coisa, mas foi uma invasão, um movimento violento, eu vi fotos hoje —, o fato de estarmos cedendo hoje estava sendo interpretado por muitos como uma rendição da



Câmara a uma situação que não é admissível, que é o fato de uma pressão ilegal que ontem se estabeleceu.

Dessa forma, por entender que existe razão também nessas manifestações que chegaram a mim, eu apoio — nem precisaria, o Relator faz o seu relatório — o Relator nessa situação, até porque se transformou em uma questão basilar do Estado de Direito. Pode vir aqui fazer um quebra-quebra e no outro dia ser atendido? Que mensagem nós vamos passar para a sociedade?

Isso não pode mais ser colocado e definido no âmbito desta Comissão. Isso vai ao plenário. No plenário, eu já tenho a minha posição, que é aquela que considero justa, mas concordo que isso não deve mais ser debatido nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Assim sendo, faço o meu registro de apoio, e nós vamos dar continuidade ao trabalho aqui.

Pediram pela ordem o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado Davidson Magalhães, Deputado Luiz Sérgio e Deputado Major Olímpio.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É a PEC da desgraça.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, regimentalmente, nós só temos uma situação pendente de solução.

A partir do momento em que informação do Relator suprime algo do relatório depois de encerrado o prazo de DVS, cria-se um fato regimental equivocado. A não ser que V.Exa. admita apenas o destaque dessa matéria feito pelo PPS, nós poderemos votar aqui. Agora, depois de o relatório apresentado e já encerrado o prazo, suprimir essa questão é antirregimental.

Então, V.Exa. teria que validar o DVS antigo do PPS, no sentido de votar, aqui na Comissão, esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou lhe dar a resposta em breves instantes.



Tem a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, no mesmo sentido, primeiro, nós estamos discutindo o sistema previdenciário brasileiro. Mas se faz juízo de valor e se debate se algo é justo para determinado segmento. O fundamento de uma ação desenvolvida ontem por um grupo, por uma parte, desmerece o mérito do debate sobre o conteúdo, a importância e a justeza do que foi colocado no relatório? Quer dizer, nós não estamos fazendo uma discussão conjuntural. O próprio Relator justificou essa questão da reforma da Previdência como um problema estrutural de longo prazo.

Ao se tratar dessa questão da movimentação que foi feita ontem — não entro no mérito dela —, descaracteriza-se o conteúdo, a formulação, a fundamentação do que foi colocado no relatório. Sinceramente, estamos apequenando esse debate que já está pequeno.

E quero dizer que esse relatório não é fruto de consenso, não foi construído consensualmente. Ele é altamente divergente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Está registrado o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Nesse sentido, eu gostaria que fosse aberto de novo o prazo para apresentar destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

V.Exa. apresentará questão de ordem...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...ou vai fazer um comentário?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com todo o respeito que tenho por V.Exa., não é possível a condução dos trabalhos dessa forma. O Relator coloca um posicionamento, e V.Exa., como Presidente, pega a palavra e, por 5 minutos, defende a proposta que o Relator colocou. Onde é que está o contraditório? Onde nós vamos nos inscrever, então, para apresentar um posicionamento contrário a esta questão, até porque nós temos um caso aqui de questão regimental.



Ao ler o relatório e encerrar o prazo para a apresentação de destaques, o Relator trouxe um novo relatório, porque, na medida em que ele retira (*ininteligível*), é um novo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Está registrado o seu pensamento, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, nós precisamos de novo prazo para destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, até pelo esclarecimento e pela verdade dos fatos, eu pediria aos Srs. Deputados que eu pudesse falar.

Ontem, por volta das 21h30min, 22 horas, os agentes penitenciários ocupavam um dos salões do Ministério da Justiça. A partir de solicitação minha e do Deputado Lincoln Portela, foram recebidos pelo Ministro e pelo Departamento Penitenciário Nacional. E, após, senhores, o Ministro ter ligado para o Presidente da Câmara, que se comprometeu também a, terça-feira, no Colégio de Líderes, pautar a PEC 308, a PEC da Polícia Penal, o Ministro se comprometeu e disse que era óbvio que o trabalho dos agentes penitenciários e socioeducativos seria categorizado como atividade de risco.

Eu não sei quem disse a V.Exa. — no princípio da manhã até ainda fui conversar com V.Exa. — algo no sentido de que insuflaram os agentes penitenciários. Eles estão desesperados, porque, se não tivessem ido ontem ao Ministério, nem aquela conversa existiria.

Então, é bom que fique muito claro, Srs. Deputados, quem está dobrando os joelhos agora. Os do Legislativo não dá mais para dobrar, porque ele está jogado no chão.

Agora, depois de toda essa construção que foi feita, peço a V.Exas. que conversem com o Ministro da Justiça e com o Presidente da Casa. Foram eles que se compromissaram ontem. Foi o Governo, na figura do Ministro da Justiça, e foi o Presidente da Casa, por telefone com ele, com as Lideranças; não foi com o Deputado Major Olímpio, não foi com o Deputado Lincoln Portela, não.



Então, um pouco de respeito com os 150 mil profissionais! Vai perder o Relator. Se estão mandando um WhatsApp, dizendo que houve pressão, e V.Exa. joga o seu trabalho todo no lixo, o seu trabalho está muito mais adequado do que o WhatsApp do Deputado que tem que depositar o seu voto para poder ver os carguinhos contemplados. Vamos dizer a verdade do que está acontecendo aqui.

Então, eu peço aos Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço para encerrar a fala, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu já estou encerrando.

Eu peço aos Srs. Deputados, que, em nome da verdade, consultem o Ministro da Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional e o Presidente da Casa. Se o Presidente se dobrou? Ele ainda não se dobrou, não. Ele ainda ofereceu, além da votação aqui da Previdência, a votação da Polícia Penal, a PEC 308.

Que a verdade se restabeleça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Que eu saiba, o Presidente não cancelou a agenda da terça-feira. Que eu saiba, essa agenda não está cancelada, só para lhe informar.

Deputado Julio Lopes, está encerrada essa parte. É o único a falar...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu me inscrevi primeiro aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou responder a questão de ordem do Deputado Arnaldo, e nós vamos seguir em frente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, respeitosamente, eu fiz uma ponderação ao Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor. A palavra é do Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu queria, primeiro, lamentar os decibéis que o nosso colega usa, que são exagerados para a saúde dos nossos ouvidos. É absolutamente impossível de se ter salubridade com esse nível de decibéis que usa o Deputado aqui.



Eu gostaria de me manifestar favoravelmente ao pleito dos agentes penitenciários e da Polícia Federal.

Ainda assim, Deputado Marun e Relator, Deputado Arthur Maia, considero que, de fato, os atos ontem praticados levam ao melhor juízo de que nós aqui nessa posição não façamos essa votação hoje.

Manifestando-me favoravelmente à classe, quero dizer que os atos ali praticados são absurdos e que o Brasil por inteiro condena esse tipo de violência, condena esse tipo de desrespeito. A ordem e a lei devem ser preservadas sempre, e essa é uma prerrogativa que não pode ser quebrada, Deputado Marun.

Portanto, quero hipotecar a minha absoluta solidariedade à conduta da não admissibilidade desses destaques, dizendo, ainda assim, que sou favorável ao pleito, tanto dos agentes penitenciários quanto dos policiais federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vamos em frente, então.

Eu respondo a questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá, reabrindo o prazo para que seja apresentado um destaque em relação a essa questão, o que considero correto, até porque constava do relatório, e não deveria ser motivo de destaque.

Vamos seguir em frente, por favor.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, mas tem a ver com a sua decisão.

Veja bem, o Regimento Interno, Presidente, diz que podem ser apresentados destaques até a abertura da votação. Inclusive, a rigor, já podia ser apresentado um novo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós fizemos um acordo. Nós celebramos um acordo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sem dúvida, o acordo foi feito e está sendo cumprido. Não está havendo nenhuma manobra procrastinatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos manter.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O que eu quero lhe dizer, Presidente, é que inclusive outros destaques, se quisermos, podem ser apresentados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas estão descumprindo o acordo que nós fizemos, tempo colocado, tudo bem posto.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Aí nós vamos ir por um caminho que eu acho que não leva a lugar nenhum.

Vamos em frente! Vamos entrar em processo...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O Relator alterou o parecer dele e pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele alterou o parecer nesse ponto. Então, nesse ponto, nós vamos admitir que seja apresentado um destaque nos próximos 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu fiz uma fala sobre a questão da filantropia. E o Relator ficou de se posicionar sobre isso.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu quero só levantar uma questão para contribuir.

V.Exa. vai abrir um prazo de 10 minutos. Há bancada querendo trocar o seu destaque. Se V.Exa. vai abrir o prazo, dentro do mesmo número, pode-se trocar o destaque. Isso é regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas há um acordo que nós celebramos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Ninguém está infringindo o acordo. Quem reabriu o prazo foi o Relator, que mudou o relatório, Sr. Presidente. Não fomos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É um acordo que está sendo feito.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, nesses 10 minutos, a bancada que quiser trocar o destaque pode trocá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós aceitaremos e iniciaremos o processo de votação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para encaminhar a votação contra a matéria...



Nós votaremos agora o texto. E no devido momento, vamos passar à votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero só registrar uma informação sobre o art. 195. Eu conversei com a assessoria do Relator, que sugeriu uma alteração no § 7º do art. 195. É só isso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu conversei com a assessoria técnica. Trata-se de uma questão de redação. E a assessoria tem a opinião de que o texto está transparente e claro. Eu li o texto e concordo com eles. Então, a nossa decisão é manter o texto como está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Respondida a questão ao Deputado Onyx Lorenzoni, vamos à votação.

Para encaminhar a votação contra a matéria por 5 minutos, eu convido o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de o Deputado Alessandro Molon falar, eu quero só fazer um encaminhamento.

Sr. Presidente, foi acordado no começo que o prazo para encaminhamento da votação seria de 20 minutos, sendo que quatro oradores de cada lado poderiam usar a palavra. Então, V.Exa. já poderia citar a ordem e se será intercalada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu decidi alternar a palavra de 5 em 5 minutos. A ordem será a seguinte: Deputado Alessandro Molon, Deputado Pauderney Avelino, Deputado Pepe Vargas, Deputado Marcus Pestana, Deputada Jandira Feghali, Deputado Julio Lopes, Deputado Ivan Valente, Deputado Darcísio Perondi.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Os Líderes falam a qualquer momento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Os Líderes falam a qualquer momento. Em conformidade com a ordem, os inscritos poderão falar.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Então, vamos lá!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, não haverá problema se for necessário somar o tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pode somar o tempo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. quer somar o seu tempo?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Talvez. Deixe-me ver o andamento. Se for necessário, eu peço a V.Exa. no fim da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo!

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu peço silêncio, porque está todo mundo falando muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu volto a pedir silêncio. Senhores e senhoras que nos prestigiam, aqueles que estão fazendo...

O que está acontecendo à minha esquerda, que tanto barulho tem gerado?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É a rebelião, Presidente, contra a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou solicitar que as pessoas que estão à minha esquerda se retirem, por favor. *(Pausa.)* Ah, estão fazendo a emenda? Então, a emenda se faz com a mão e não com a boca! Discutam lá fora! Não atrapalhem o serviço aqui! Não atrapalhem o serviço aqui! Vão ali e tragam a emenda!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, deixe-me fazer uma sugestão para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A emenda se faz com a mão, não com a boca!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, deixe-me fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra é do Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, quanto mais elevado V.Exa. falar — é um esforço inusitado! —, mais à vontade os outros se sentem para gravar, para falar, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. acha que devo falar baixinho?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Minha sugestão: fale baixinho!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu?!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Fale baixinho, que vai conquistar o silêncio do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, sou criado do lado de uma cachoeira.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas olha como já se fez silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não estou me ouvindo!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas olha como já se fez silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Deputado Molon, vamos em frente! Está resolvida a questão aqui ao lado? (*Pausa.*)

Deputado Molon, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, antes de entrar no mérito da proposta e nas premissas do debate, eu quero lamentar a ação do Governo para tentar fabricar um resultado artificial nesta Comissão. Eu me refiro à substituição de colegas. Por divergirem do parecer do Relator, eles foram retirados da Comissão, para que o Governo pudesse passar a falsa imagem de uma maioria, que ele não tem nesta Casa.

O Governo tem feito pressão sobre Deputados, substituições, ameaças, chantagens; tem chamado colegas de infiéis. Os colegas que são contra a reforma não são infiéis. São fiéis à população brasileira. Não querem ser infiéis ao povo brasileiro que os colocou aqui.

Portanto, qualquer que seja o resultado, saiba o povo brasileiro e entenda bem o mercado que acompanha essa votação: esse resultado é artificial, é falso. Não refletirá o número que, hoje, teríamos no plenário e que derrotaria a proposta aqui apresentada.

Segundo ponto, é claro que qualquer país cuja população envelhece tem que rediscutir as regras previdenciárias. A questão é como fazer essa adaptação, essa mudança. E essa proposta continua sendo inteiramente injusta. Ela se baseia num modelo atuarial falso, como provaram professores doutores de economia em artigo publicado nesta semana. Eu me refiro, entre outros, à Profa. Dra. Denise Gentil.

Há ausência de dados, despesas superestimadas, receitas subestimadas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, eu só vou dar continuidade à reunião no momento em que este agrupamento aqui deixar de existir, com todo o respeito. Peço à Polícia Legislativa que proíba a entrada. Só permaneçam aqui os Deputados que estão elaborando esse destaque, por favor. Positivo?

Reponham o tempo de 30 segundos...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Presidente. Então, o modelo atuarial, Presidente, induziu o Relator a uma conclusão equivocada, como mostram os professores doutores de economia, ao criticar o modelo atuarial trazido pelo Governo, tardiamente, a esta Comissão, um modelo falho.

Uma correção foi feita pelo Relator, uma correção importante. O piso de salário mínimo foi restabelecido para pensões e benefícios. Isso foi descoberto aqui nesta Comissão, Presidente, quando o Ministro Meirelles veio aqui. Nem sequer ele sabia que o piso estava sendo retirado. Foi minha a pergunta. E o Ministro Meirelles reagiu com surpresa, nem ele sabia que de fato a proposta desconsiderava o piso.

O segundo ponto são os problemas que persistem. Então, reconhecida essa correção: os problemas que persistem. A carência de 25 anos, 10 anos a mais do que é exigido hoje para aposentadoria por idade, excluirá quatro em cada cinco brasileiros, ou seja, oito em cada dez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pessoal, eu estou na iminência de solicitar a evacuação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Efetivamente, eu tenho solicitado isso. Não está sendo possível, na Mesa, ouvir o que o Deputado está falando.

Então, eu peço novamente, por favor. Não é possível que se estabeleça um telão em outra sala para que as pessoas possam assistir de lá? Deixe-o ligado.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, essa emenda pode ser redigida em outro lugar, na Comissão aqui do lado, não é necessário que seja aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou deixar o telão preparado. Em novo momento que se tornar insustentável a condição de silêncio, nós vamos pedir às pessoas que acompanhem de lá e que permaneçam aqui somente a imprensa e os Parlamentares.

Deputado, V.Exa. tem mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, Presidente, esse aumento do tempo de 15 para 25 anos, que veio do Governo e que foi mantido no parecer final, afeta, sobretudo, os mais pobres, que são quem não conseguem comprovar 25 anos de contribuição.

O que tende a acontecer diante disso? Tende a aumentar a procura pelo BPC. Quem não conseguir comprovar o tempo de contribuição vai tentar procurar o BPC. Mas para procurar o BPC tem que comprovar o estado de miserabilidade e, mais do que isso, ter 3 anos a mais do que tem hoje. Portanto, em vez de terem 65, terão de ter 68 anos.

Oitenta por cento da renda dessas pessoas vem do BPC. Aliás, para 47% delas, o BPC é a única renda. A expectativa de vida dessas pessoas, de sobreviver aos 65 anos, é de 8 anos. Portanto, aumentar em 3 anos a idade significa garantir apenas 5 anos de benefício para as pessoas mais miseráveis do País e torcer para que elas morram. É de uma injustiça, de uma crueldade, de uma desigualdade sem tamanho, Presidente.

Segundo ponto é a aposentadoria por invalidez ou por incapacidade permanente. Relacioná-la ao mundo do trabalho é absolutamente injusto, porque essa não é a única razão para a aposentadoria por invalidez ou por incapacidade permanente. Isso não deve atingir 10% do total de aposentados por incapacidade permanente.

Isso significa o quê, Presidente? Significa que se vai excluir da aposentadoria integral por invalidez 90% das pessoas que a recebem. E são também pessoas que precisam desse benefício para sobreviver.

Terceiro ponto, a aposentadoria rural piora muito. Aumenta a idade para mulheres, mantém o sistema de contribuição individual sobre salário mínimo, restringe o uso de tempo rural para a aposentadoria urbana.



Portanto, a aposentadoria rural piora muito. Ainda com as mudanças que o Relator tentou fazer para atenuá-la, a proposta continua totalmente injusta com os aposentados do campo. Aumenta a idade de aposentadoria para professora, reduz o valor de pensão por morte, primeiro, pelas cotas irreversíveis dadas aos dependentes; segundo, pela proibição do acúmulo para além de dois salários.

Sr. Presidente, imagine uma família que viva com uma renda de 6 mil reais: 2 mil de pensão e 4 mil de aposentadoria. Essa família, de uma hora para outra, pode ter que sobreviver com 2 mil reais. Não é razoável uma mudança brusca, repentina e cruel desta forma. Portanto, é absolutamente inaceitável essa mudança.

Reduz o valor dos benefícios. Em vez da média dos 80% maiores, a média é dos 100% maiores.

Produz injustiça com os servidores que entraram antes de 2003, aqueles que acreditaram no poder público. Aliás, fiz uma pergunta ao Relator antes, enquanto ele ainda fazia a pergunta. Não é razoável que, faltando 1 ano para uma pessoa se aposentar, de uma hora para outra ela tenha que trabalhar por mais 10 anos. Essa não é uma mudança razoável. É inaceitável que seja imposta uma sobrecarga tão brusca, tão dura e tão injusta de uma hora para outra.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que some o meu tempo de Líder, porque este não vai ser suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. São mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mais 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Cinco minutos?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem mais 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

Diante disso, essas pessoas, que acreditaram no poder público quando fizeram seus concursos, que entenderam que as regras para a aposentadoria eram essas, que organizaram suas vidas em função disso, de uma hora para outra vão perder o direito pelo qual trabalharam a vida inteira? Isso não é razoável. Isso é injusto. Isso produz mais injustiça no País.



Quanto às pessoas com deficiência, há uma série de problemas aqui. Eu peço que o Relator reflita sobre isso, até para a votação dos destaques depois ou para a votação no Plenário.

Em primeiro lugar, em relação ao BPC, quando se trata de renda integral, de renda bruta, restringem-se as pessoas que vão poder fazer uso disso, porque se está incluindo uma renda com a qual a pessoa não conta.

Em segundo, quanto à remissão e dever de alimentos, a pessoa com deficiência vai ter que acabar provando que não tem nenhum parente que possa ajudá-lo para receber o BPC. Não é razoável isso. Essa obrigação não existe hoje, mas vai passar a existir com o texto do Relator.

Em relação à aposentadoria, são 35 anos para a pessoa com deficiência leve. Sr. Presidente, trata-se de outra aberração. Sumiu a aposentadoria por idade aos 60/55 anos, com 15 anos de contribuição. Então, vejam quantas injustiças, quando falamos de pessoas com deficiência e do BPC.

A regra geral da pensão é ainda mais injusta para pessoas com deficiência. Elas não vão poder somar mais do que 2 salários mínimos. Como fica uma pessoa com deficiência que não pode somar, em duas pensões, mais do que 2 salários. Como essa pessoa vai pagar um acompanhante, ou uma pensão, ou uma aposentadoria? Como faz para pagar alguém que apoie a sua necessidade, no caso de uma deficiência intelectual, ou no caso de uma deficiência moderada ou grave, uma deficiência que é para a vida toda?

Se depois a assessoria do Deputado quiser o documento da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que leu o texto, eu posso entregar e mostrar que não é uma brincadeira, que é uma coisa séria, que trata das necessidades das pessoas que têm síndrome de Down ou de outras pessoas com deficiência. Acho que isso não é tema de piada nem de risada.

Sr. Presidente, eu quero terminar dizendo o seguinte: a proposta poderia levar o Brasil a um sistema mais justo, mas essa proposta não leva o País a um sistema mais justo, porque ela vai afetar, sobretudo, os mais pobres.

Ao aumentar de 15 anos para 25 anos o tempo mínimo de contribuição para as pessoas que se aposentam por idade, vai-se excluir 80% das pessoas, que são as mais necessitadas.



Ao elevar a idade do BPC de 65 anos para 68 anos, vão ser atingidas pessoas miseráveis. Onde está o privilégio disso? Quem imagina que alguém vai deixar de contribuir para receber o BPC não sabe quem são essas pessoas. Elas contribuem porque têm carteira assinada, e as que são autônomas e não contribuem não contribuem porque não têm renda. Basta ver o estudo do IPEA que comprovou isso.

Portanto, Sr. Presidente, se querem fazer um debate de combate a privilégio é uma coisa. Isto aqui é um ataque aos pobres. Eu vou repetir: isto aqui é um ataque aos pobres. Isto aqui pega os mais pobres. Não é verdade que seja um ataque a privilégios. Isto aqui pega os mais pobres, ainda com o parecer do Relator.

Por isso, Sr. Presidente, em defesa e em respeito à justiça social — e o principal problema que o Brasil tem é a desigualdade —, não podemos aprovar esta proposta. Ainda que o Governo tenha feito concessões. Ainda que pequenos penduricalhos tenham sido colocados; ainda que algo extremamente ruim tenha sido maquiado, que tenham passado uma maquiagem, que tenham disfarçado as graves repercussões que esta proposta terá, se for aprovada.

Eu espero que nós rejeitemos esta proposta. E insisto — para aqueles que nos acompanham de suas casas; para a imprensa brasileira, que cobra desta Comissão; e até mesmo para o mercado, que acompanha com atenção este debate —, o resultado que vai se produzir aqui não reflete o que nós teremos no Plenário, porque esta proposta é injusta, vai afetar as pessoas que mais necessitam dela e a classe média, que, com grande esforço, contribui para ter uma aposentadoria. Por exemplo, uma família que ganha 6 mil reais, somando uma aposentadoria e uma pensão, de uma hora para outra vai passar a ter que viver com 2 mil reais ou menos do que isso. Não é razoável!

Sr. Presidente, o nosso apelo é para que se rejeite esta proposta. Eu quero registrar o esforço que o Relator fez para melhorá-la, mas lamentavelmente não é suficiente, a proposta continua muito ruim.

Eu peço a todos os colegas e a todas as colegas o voto “não” para que se faça justiça no Brasil, em vez de injustiça, que é o que esta proposta vai produzir.

Eu vou votar “não”, contra esta proposta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu tenho o difícil dever de dizer que nós temos vários Parlamentares que não estão conseguindo lugar para se sentar e para exercer as suas prerrogativas. Então, eu peço que mais uma fileira seja desocupada e que sejam preservados assentos nas fileiras. Nós temos aqui quatro fileiras com Parlamentares. Solicitamos que a quinta fileira seja desocupada, para que os Parlamentares tomem assento, e que os nossos assessores, nas fileiras seguintes, deem prioridade à imprensa. Positivo? São aquelas decisões que nós temos que tomar, atendendo aos Srs. Parlamentares que me solicitaram.

Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, para falar a favor, pelo prazo de 5 minutos. *(Pausa.)*

V.Exa. aguarde um momento. É natural que neste momento ocorram conversas.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, V.Exa. me dá a palavra só por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não posso lhe dar 1 minuto. Nós estamos sendo regimentais — absolutamente regimentais.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, vou fazer uma questão de ordem, porque aí V.Exa. tem que me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é a questão de ordem que V.Exa. quer fazer?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É baseada no art. 96.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O que diz o art. 96?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Diz que cabe tudo. Ele é como a lata do poeta, cabe tudo. *(Risos.)* O art. 96 trata das reclamações.

Eu fui ali e conversei com o Relator, não conversei com V.Exa., conversei com uma parte da Oposição. Eu acho até que a Oposição poderia topar isso — acho! A proposta é a seguinte, para ver se este Governo tem voto mesmo para aprovar esta reforma: nós votaríamos hoje tudo numa boa, aqui vocês já ganharam mesmo; e vocês se comprometem com o Presidente Rodrigo Maia a colocar a matéria no Plenário na próxima semana para votação. Vocês topam? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós daremos sequência ao trabalho na forma como as questões estão sendo encaminhadas.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas vocês topam ou não? Eu quero saber se o Governo topa! A Oposição topa! Pelo menos o Deputado Henrique topa... A Oposição topa! A Oposição toda topa! Proposta da Oposição!

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, nós temos aqui um procedimento. Acredito que V.Exa. veio... Vamos ignorar a sua proposta e vamos seguir em frente.

Deputado Pauderney Avelino...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - A Rede topa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Pauderney Avelino...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço silêncio.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Se votar na próxima semana, não dá tempo para fazer todo o loteamento, entregar o Governo todo aos esquemas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu vou exigir, Sr. Presidente, o respeito que estou tendo para com todos que nos ouvem. Gostaria que V.Exa. repusesse o meu tempo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já está mais do que claro que, nesta fase em que nós estamos, todos já sabem como votar.

Aqueles que hoje estão na Oposição tinham um projeto talvez até mais rigoroso do que este que foi apresentado a esta Casa pelo atual Governo. E por que não foi apresentado? Porque faltou ao Governo anterior capacidade política para enviar ao Congresso Nacional uma proposta de reforma da Previdência, mesmo sabendo que seria extremamente necessário fazer a reforma da Previdência. Mas, não tendo condições políticas, não o fez, deixou as coisas acontecerem com irresponsabilidade, e chegamos ao caos nas contas públicas, às pedaladas, que, enfim, motivaram a cassação da ex-Presidente Dilma Rousseff.



Nós estamos hoje tratando de fazer o resgate de um país, o resgate de um Estado que sofreu por demais nas mãos inábeis, para dizer o mínimo, de uma gestão que não tinha a menor aptidão pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta enviada para cá foi modificada, foi alterada pelo Relator, a pedido de vários Parlamentares, que negociaram com o próprio Governo, para que nós pudéssemos amenizar, como, por exemplo, a regra de transição.

Entendemos que a forma como estava, quando havia...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, pessoal, eu peço que aqueles que estão próximos à porta... O telão está lá no Plenário 4, certo? Os senhores talvez não tenham a noção do quanto estão atrapalhando. A conversa não para! Nós temos um telão lá no Plenário 4. Eu vou convidar as pessoas a irem para lá, onde poderão acompanhar a reunião.

Em seguindo o barulho, eu vou ser obrigado a solicitar, de uma forma mais incisiva, a retirada, coisa que não quero fazer. Lá os senhores terão toda a condição de acompanhar a reunião, as pessoas estarão sentadas. O Plenário 4 está reproduzindo o que está acontecendo nesta reunião. Peço isso, então. Infelizmente, é a quarta vez que eu aviso. Na quinta vez, nós não avisaremos, positivo?

Por favor, reponham o tempo do Deputado Pauderney em 1 minuto. *(Pausa.)*

A palavra é sua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agradeço a V.Exa.

Rogo a todos, com muita educação e humildade, que tenham o mesmo respeito que eu estou tendo para com todos, para que eu possa ser ouvido também.

Portanto, Sr. Presidente, essa reforma é necessária. Essa reforma não é uma reforma que nós queremos fazer, mas, se não a fizermos, quem vai pagar é o mais humilde, o mais pobre. Quem vai pagar é o povo, como já está pagando, com 14 milhões de brasileiros desempregados, com mais de 10 milhões de brasileiros no subemprego, com mais de 54% de brasileiros que, hoje, estão na informalidade.

Nós precisamos ter um País mais organizado, com as contas públicas mais organizadas, com uma política fiscal séria, para que possamos fazer uma política social adequada.



Quero aqui também deixar claro, como o fez hoje o Relator, o Deputado Arthur Maia, que é uma falácia dizer que, se aprovada a reforma, o homem já começa a se aposentar com 65 anos e a mulher, com 62 anos. Serão 20 anos de transição. Isso foi proposto por nós e melhorado, ainda mais, nas discussões com os Parlamentares da base do Governo, com os Parlamentares de oposição, com todos aqui, porque esta é a Casa do debate, é aqui que todos convergem. Quando falta diálogo em outras instituições, é para cá que os brasileiros acorrem.

Nós estamos, sim, atendendo a uma necessidade do Estado brasileiro. Nós estamos, Sr. Presidente, atendendo à aposentadoria especial. Nós não deixamos de lado o professor, a professora. Estes terão uma redução na idade de aposentadoria. Nós não estamos abandonando o policial, que coloca, no dia a dia, sua vida em risco. Este também nós estamos atendendo.

Conversamos demoradamente com vários segmentos de servidores públicos, conversamos com vários segmentos de trabalhadores.

Peço a V.Exa. que acrescente o tempo de Líder. São 6 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está atendida a sua solicitação, Deputado Pauderney.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

Conversamos com vários segmentos da sociedade brasileira. É claro que todos sabem que é necessário fazer uma reforma da Previdência. Estamos tentando fazer a reforma sem ter que atingir as pessoas que mais precisam. Estamos garantindo, sim, um salário mínimo. Estamos garantindo também a correção do salário mínimo. Estamos garantindo também a pensão e o salário mínimo quando um dos cônjuges faltar, para que o outro não seja prejudicado.

Nós vamos buscar atender alguns segmentos e temos conversado. Estamos deixando ainda algumas situações sobre as quais continuaremos conversando com o Ministério Público, com a Justiça, com os magistrados, com advogados, para que possamos levar ainda à apreciação do Plenário da Casa eventualmente alguma alteração para aqueles que entraram até 2003, para fazer uma transição mais adequada.



Nós queremos, Sr. Presidente, cumprimentar todos aqueles que, no debate democrático que está sendo feito, sem arroubos, tecnicamente fazem a arguição, politicamente fazem a arguição, mesmo tendo trocado de lado, mesmo que, se estivessem em outra situação, com uma reforma dessas, estariam defendendo o Governo. Mas isso é do jogo político. E nós vamos, sim, respeitar o jogo político, porque ele é democrático.

Sras. e Srs. Deputados, nós não queremos chegar ao ponto que chegou o Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado de Minas Gerais e outros que estão na fila para parcelar o salário do servidor, para parcelar a aposentadoria e as pensões de servidores inativos.

Nós não queremos chegar ao ponto a que chegou Portugal, a que chegou a Grécia, de cortar 30% do salário, 30% de aposentadorias, e depois ter que voltar e fazer uma política fiscal séria como precisa ser feita — como a Espanha também o fez. E esses países estão hoje em crescimento, em franco crescimento. É assim que eu espero que nós consigamos fazer também com o nosso Brasil.

A todos os Deputados e a todas as Deputadas que têm compromisso com o ajuste das contas públicas, a todos os Deputados e a todas as Deputadas que têm compromisso e solidariedade com o mais humilde, os desempregados, peço que façamos a votação e aproveemos essa matéria, para que a confiança em nosso País volte.

Nós precisamos reorganizar a economia do nosso País. Quem cria os empregos são os investidores, e os investidores precisam confiar que hoje temos a direção de um Governo que quer fazer as reformas para dar ao País condições de investimento e marcos jurídicos nos quais os investidores possam confiar. É assim que nós vamos resgatar o Brasil; é assim que nós vamos resgatar os mais de 14 milhões de brasileiros que estão desempregados.

Vamos aprovar a reforma da Previdência, Deputado Arthur Maia! V.Exa., que trabalhou tanto, que lutou tanto, garantiu o direito, sim, a vários segmentos. Nós estamos fazendo aquilo que entendemos ser o melhor para o Brasil. Vamos trabalhar para garantir ao aposentado rural o seu salário mínimo. Vamos garantir para o aposentado por invalidez o seu salário mínimo. Vamos garantir a todos aqueles que contribuem por 15 anos que também possam ter uma aposentadoria.



O nosso compromisso é com o contrato que foi feito para esta e as próximas gerações. De que adianta nós não reformarmos a Previdência agora e daqui a 5, 6 anos não termos os recursos necessários para o pagamento dessas aposentadorias?

Vamos em frente! Vamos em frente, confiando em cada um, confiando no espírito público de cada um aqui presente, para que possamos dizer “sim” ao Brasil, dizer “sim” ao Estado brasileiro, dizer “sim” à população, que precisa voltar à normalidade.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Solicito a palavra para falar como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra, para falar como Líder do PCdoB, à Deputada Alice Portugal, pelo tempo de 4 minutos.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, eu sou do PCdoB desde 1978. O nosso partido tem 95 anos de vida, com sua digital impressa nas mais importantes lutas do povo. E no nosso estudo sobre a realidade social do Brasil, nós nunca vimos, nunca estudamos, nunca nos debruçamos, não vimos escrito em qualquer documento algo tão cruel para os mais pobres como o texto desta reforma.

Esta é uma reforma fiscalista, uma reforma em que o Governo e a mídia passam a ideia de que há um déficit na Previdência, quando, na verdade, os dados são claros: há um superávit na Seguridade Social. Mas o excedente é desviado para cobrir outras despesas, despesas diversas, que foram citadas aqui, mas em especial é desviado para pagar os juros da dívida, jamais auditada, jamais analisada. Isso de fato é algo que nos surpreende.

Sr. Presidente, o meu tempo é de 5 minutos, como o do Deputado Molon.

E aí, na abertura dos trabalhos, V.Exa. disse, quando faltou o texto... Porque a ausência do texto do Relator nos deixou sentados aqui por muitas horas. Eu queria muito falar para o Relator, meu conterrâneo, mas ele se retirou. Então, falarei para o povo brasileiro que nós fizéssemos a reforma com o coração. Nem o Senhor Bom Jesus da Lapa, de onde ele é oriundo, conseguiu mexer com o coração do Deputado



Arthur Maia, que está sujando a sua biografia. Ele está escrevendo a sua biografia com uma tinta de lamentável tonalidade!

Ele disse ao jornal *Tribuna da Bahia*: “Reforma atende os mais pobres, sim”. O Deputado Arthur Maia mente. Lamentavelmente, o meu amigo de velhas datas mente ao povo brasileiro.

A sua reforma, Relator Arthur, a reforma de Temer, é o modelo da exclusão previdenciária. Este é o modelo mundial da exclusão previdenciária, que foi usado na Espanha, segundo o orador que me antecedeu, para o descalabro dos trabalhadores espanhóis. A reforma trabalhista idem, para o descalabro da economia e dos trabalhadores espanhóis.

O Relator fala dos pobres, mente à imprensa. Vinte e cinco anos, segundo ele prevê, será o tempo de contribuição para todos nós. E 25 anos de contribuição é um tempo muito grande para os padrões de mercado de trabalho brasileiro, em que há uma rotatividade de 40%, Sr. Presidente.

De 2003 a 2014, 25% dos segurados têm menos de cinco contribuições para o INSS por ano. Seriam necessários 60 anos no mercado de trabalho para se atingir o mínimo exigido. No entanto, 15% dos segurados contribuem de 6 a 8 meses por ano, estes, diferentemente dos 40% que contribuem por 5 meses, passariam 40 anos para chegar — corrija meu tempo, são 5 minutos, e V.Exa. me deu 3 minutos — à exigência de 25 anos.

Isso deve afastar uma enorme maioria dos 40% que rodam na ciranda do mercado. Esta mão de obra rotativa estaria desamparada, se esta famigerada reforma for efetivamente imposta ao povo brasileiro.

Ainda com médias inferiores, estão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputada, eu concedi a V.Exa. o tempo regimental de 4 minutos. O seu tempo pelo PCdoB é de 4 minutos. Eu vou lhe dar mais 30 segundos, obviamente para encerrar, mas gostaria de destacar esta questão. Tente ser breve durante os 30 segundos concedidos.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu não estou aqui cometendo nenhuma impropriedade ao falar dos segurados especiais. As trabalhadoras domésticas, Deputado Arthur Maia, estarão excluídas do processo, elas que



acabaram de perceber um benefício previdenciário. Falo da aposentadoria do deficiente e do MEI, o Microempreendedor Individual, que, aliás, o Deputado quer transformar, além do trabalhador rural.

Na reportagem do jornal *Tribuna da Bahia*, o Relator fala dos trabalhadores rurais...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - V.Exa. não me deu 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem V.Exa. mais 30 segundos, para concluir.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Obrigada, Sr. Presidente.

O agricultor familiar faz a declaração com a nota de comercialização da sua produção. Não há uma atitude exploratória dos sindicatos para com os seus filiados, não. Agora, ele vai ter que ir atrás de um juiz ou de um delegado para dar a declaração. E se ele não tiver 15 anos, os últimos 3 anos no exercício... ou seja, se ficou doente, está apenas vendendo a comercialização da sua família, ele terá estendido o tempo para que os 3 últimos sejam anos que estejam consignados do seu efetivo período de trabalho no setor.

Finalizando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputada, V.Exa. usou o tempo regimental.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Pepe Vargas, que disporá de 5 minutos para seu encaminhamento. *(Pausa.)*

Deputado, o seu tempo está correndo.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Deixe-me pelo menos dizer como vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputada, V.Exa. vai ter tempo para fazer isso no período de orientação das bancadas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem acompanhou o debate nesta Comissão sabe — o povo brasileiro a esta altura já sabe disso, foi absolutamente comprovado — que a Seguridade Social brasileira, à luz do art. 195 da Constituição Federal, que define as fontes de custeio da



Seguridade Social, onde se insere a Previdência, não tem sido deficitária. Ela tem sido superavitária. Ao longo dos últimos anos ela sempre foi superavitária.

Quem acompanhou o debate aqui também viu que a projeção de longo prazo que o Governo faz é um terrorismo. Ele diz que vão explodir as despesas previdenciárias. Essa projeção de longo prazo não só erra muito como subestima receitas e superestima despesas.

O Governo não tem nenhuma autoridade técnica, nem credibilidade, porque é não é legítimo nem é oriundo do voto popular, para dizer que essas projeções de longo prazo estão certas. Eminentemente especialistas vieram aqui nas audiências públicas e mostraram o quanto estão equivocadas as projeções de longo prazo.

Essa reforma da Previdência, portanto, não tem o objetivo de preservar as contas da Previdência no longo prazo. Esta reforma, inclusive, vai fazer com que caia a arrecadação previdenciária.

O objetivo desta reforma da Previdência é, em primeiro lugar, liberar recursos para o pagamento de juros, a serviço da dívida, e enquadrar as despesas previdenciárias. A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, diz que as despesas primárias da União só podem ser reajustadas pela variação anual da inflação nos próximos 20 anos. Isso significa saúde, previdência, assistência, educação, construção de estradas, enfim, tudo que é importante para o povo. Já as despesas financeiras podem aumentar 1.000% ao ano que não há problema nenhum.

É esse o primeiro objetivo da reforma. Por isso a proposta arrocha o valor das aposentadorias. Ninguém mais se aposentará com valores iguais aos das regras atuais. Mesmo aquele que está às vésperas de se aposentar pagará um pedágio de 30% do tempo adicional que lhe falta para se aposentar. Mas ele já cai numa regra em que ganhará 70% do valor de uma média que será inferior, porque será calculada de forma distinta da regra atual. Então, a proposta arrocha o valor das aposentadorias.

A proposta também dificulta o acesso às aposentadorias, porque as pessoas vão ter que trabalhar mais tempo. Para conseguir 100% do valor do seu benefício, o trabalhador vai ter que contribuir por 40 anos. E milhões de pessoas não conseguirão se aposentar — milhões de pessoas. Cinquenta e seis por cento das mulheres não conseguem se aposentar com 22 anos de contribuição hoje. Querem



que elas se aposentem com 25 anos de contribuição e 62 anos de idade. Agricultores e agricultoras, principalmente os mais pobres, não conseguirão pagar aquela contribuição mensal, que será trocada pela comercialização dos produtos agrícolas. Os servidores são prejudicados. O cálculo das pensões rebaixa de forma absurda as pensões.

Essa proposta atinge os mais pobres e fará com que milhões de pessoas não se aposentem. Restará a essas pessoas solicitar um benefício de prestação continuada, que, como o resto, também está sendo alterado. Primeiro, passaram a idade, para requerer o benefício, para 68 anos. Segundo, criaram regras constitucionais que permitirão, através de lei infraconstitucional, com maioria simples, definir em lei o que é o grupo familiar, qual é o valor integral da renda dessa família. Consequentemente, vão dificultar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

Tudo isso para fazer aquilo que o mercado financeiro quer, a fim de liberar recursos para pagar mais juros e serviços da dívida e para liberar mais pessoas, colocando planos de previdência privada — quem tem um pouco mais de renda assim o fará: entrará num plano de previdência privada.

Quero dizer que o PT vota contra essa proposta. Mas apresentamos emendas substitutivas globais, com alternativas a essa proposta. A Emenda nº 78 e a Emenda nº 43, apresentadas pela bancada do PT, criariam alternativas que preservam os direitos adquiridos, as expectativas dos direitos daqueles que contratualizaram com a Previdência Social ou com o Regime Próprio. Portanto, para os novos ingressantes seriam criadas regras, com combinação de idade, com tempo de contribuição. Permitiria, em longo prazo, o equilíbrio da Previdência Social, sem ofender os direitos dos trabalhadores, que hoje são contribuintes do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Esta proposta penaliza os mais pobres. Esta proposta vai fazer com que caia a receita previdenciária, porque as pessoas de maior renda vão para os planos privados. E, combinada com a reforma trabalhista, vai haver uma precarização do trabalho e uma redução dos salários, como, de resto, já está acontecendo.



Salários mais baixos, menos arrecadação para a Previdência Social. Precarização no mundo do trabalho, menos arrecadação para a Previdência. Conseqüentemente, em vez de equilibrar, vai desequilibrar mais ainda.

“Não” a essa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Pepe, inclusive pela observância do tempo. Obrigado pelo cavalheirismo e pela fidalga observância do tempo. *(Pausa.)*

Passo a palavra, para falar a favor da matéria, ao Deputado Marcus Pestana, Pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que agregue o tempo da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agregando o tempo de Liderança do PSDB, V.Exa. dispõe de 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros desta Comissão, membros desta Casa, este não é um momento qualquer da vida nacional, é um momento delicadíssimo. Essa questão previdenciária não se deve tornar um campo de luta política nem de luta eleitoral.

A questão previdenciária tem uma dimensão estratégica de médio e longo prazo. Não é o atual Governo que vai usufruir dos impactos de uma nova modelagem do nosso sistema previdenciário, que terá uma longa transição de 20 anos.

Quero lembrar aqui que teremos eleições em 2018, e qualquer um dos partidos presentes nesta Comissão pode ocupar a Presidência da República. Então, não se trata de uma questão de Governo. Esta é uma questão de Estado, é uma questão de interesse público e de interesse da sociedade.

O Brasil vive a maior crise da sua história, a maior recessão desde que a aferição estatística do movimento da economia é feita. É a maior recessão, maior até do que a grande depressão de 1929, em que sua face mais cruel são os 14 milhões de desempregados. O Brasil se encontra, e não tenhamos dúvida disso, fazendo piquenique à beira do vulcão. Estamos brincando com fogo.

Temos uma chance; as expectativas começam a se reverter; mas, se não fizermos um processo profundo de reformas estruturais e mudarmos o rumo,



recuperando a confiança e a credibilidade da política econômica, não haverá solução: os juros voltarão a crescer, os investimentos continuarão pífios, sem sustentar o crescimento econômico, e a geração de emprego e renda não será retomada.

Se não aprovamos as reformas, poderemos viver momentos angustiantes e gravíssimos. No Rio de Janeiro, as cenas de ontem são premonitórias, é só a ponta do *iceberg*. Um tipo de crise como a que vivemos se decide por bem ou por mal, através de decisões racionais e democráticas, ou através da hiperinflação, da desorganização da economia, do desemprego aberto, maior ainda do que o que já existe.

Está em nossas mãos a responsabilidade, porque este é um tema delicado, que toca na vida de milhões e milhões de brasileiros, e é um campo muito propício à demagogia e ao populismo. Cada um tem que ter consciência do seu posicionamento. Nós estamos com o futuro do País em nossas mãos.

Desculpem-me, eu tenho ótima relação com a Oposição, tenho uma convivência fraterna com muitos representantes da Oposição, mas a Oposição há de convir: o nosso sistema previdenciário não é justo. É só verificar as disparidades do benefício médio no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público, no Executivo Federal, nos Estados e no Regime Geral, ao qual a maioria absoluta dos trabalhadores brasileiros é filiada. Temos benefícios médios, em alguns Poderes, de até 28 mil reais. E, para a maioria dos brasileiros mais pobres, no INSS, o benefício médio é de 1,6 mil reais. Então, esse sistema não é justo. Ele não promove equidade social. Ele é eivado de privilégios. Isso é inegável, e a Oposição não pode fazê-lo.

Outra questão que a Oposição há de convir é: nem a maior miopia ideológica pode negar que o sistema seja deficitário. Mesmo no conceito de Seguridade Social, é uma manipulação grosseira incluir a DRU na Receita e excluir as despesas previdenciárias com o Regime Próprio dos servidores públicos e de outro.

Mesmo assim, na manipulação metodológica, 2016 dá um pequeno déficit. Mas o mais importante é o déficit financeiro. Serão mais de 300 bilhões de reais neste ano. E isso se agrava do ponto de vista atuarial com a dinâmica demográfica. A dinâmica demográfica que ocorre em todo mundo, e em alguns países já ocorreu,



é um fato, é um dado da realidade: nascem menos crianças, e, felizmente, as pessoas estão vivendo mais. Então, a dinâmica demográfica deteriora o déficit financeiro e torna insustentável essa trajetória.

Quem perde, se não fizermos a reforma? É preciso dizer, porque a guerra de comunicação às vezes distorce a realidade. Perdem os jovens, as novas gerações. Nosso sistema é solidário, de repartição simples. É uma perversidade o pacto geracional que estamos propondo às novas gerações. Não haverá horizonte previdenciário dessa forma para a juventude e para as crianças.

Quem também perde são os próprios pensionistas e aposentados, que terão seus benefícios sob risco, com o estrangulamento fiscal que se avizinha, cada vez pior, como está acontecendo no Rio de Janeiro.

Quem perde? É preciso dizer claramente: orçamento não é um saco sem fundo. São escolhas dentro de um recurso finito. Hoje, das despesas operacionais, as despesas previdenciárias no setor público já são de 54%. Se nada for feito, daqui a 10 anos, em 2027, serão de 82%. Vão sobrar 18% para saúde, educação, segurança, habitação, saneamento e infraestrutura. É uma opção! Se o Orçamento vai se concentrar numa única função, vamos arcar. Então, vamos jogar fora o Plano Nacional de Educação; vamos fechar o SUS.

A Previdência é um instrumento fundamental, mas há outros campos de políticas públicas que são essenciais para o futuro do País.

Houve avanços no relatório. Eu queria elogiar o esforço do nosso Relator, Arthur Maia. Houve avanço nas regras de transição, no piso de pensões, no BPC, na aposentadoria rural, na aposentadoria especial de professores e policiais. Houve uma série de avanços que foram introduzidos a partir do trabalho desta Comissão e do trabalho minucioso, dedicado, do Deputado Arthur Maia.

O PSDB ainda tem pontos a discutir, porque vai ser uma longa caminhada de agora até chegar ao Plenário.

Nós temos questões relativas à aposentadoria por invalidez, que deve ser também integral, se o evento ocorrer fora do ambiente de trabalho. Temos questões relativas à aposentadoria especial por ocupação, acerca da qual eu acho que o texto precisa ser lapidado. Em relação às regras de transição para integralidade e



paridade, eu acho que houve um recuo que não é correto. Precisamos de uma regra; o Relator já deu essa abertura; existem destaques.

Mas é uma falácia dizer que esta reforma está centrada em prejudicar os mais pobres. Isso é uma distorção profunda da realidade. Os mais pobres já se aposentam com idade avançada e até 3 salários mínimos. As aposentadorias precoces e em valores altos estão concentradas num percentual muito baixo da população brasileira.

É preciso esclarecer isso. Muita gente na sociedade está com dúvida.

Os atuais pensionistas e aposentados não sofrerão nenhum prejuízo. Há direito adquirido, consolidado. Então esta coisa que gira por aí de que os atuais aposentados e pensionistas vão ser prejudicados é mentira.

Os mais pobres não serão afetados. Nós estamos corrigindo distorções, com uma transição longa, de 20 anos, que não interessa ao Governo Temer, mas muito mais aos próximos Governos, à própria economia, para a sua recuperação, e ao povo brasileiro.

Nenhum ajuste é fácil, nenhum ajuste é indolor — não se faz omelete sem quebrar os ovos —, mas as crises são as parteiras da história. É a partir da abordagem de estrangulamentos de situações radicais, como aquelas a que assistimos ontem no Rio de Janeiro que nós temos que encontrar o caldo de cultura para erguer um novo Brasil.

Este Congresso dará a sua dimensão e a sua visão de longo prazo em relação ao futuro do País. Nós não precisamos de um Congresso acovardado, que não faça aquilo que tem que ser feito.

Se a reforma da Previdência não for feita, quem vai ser penalizado são os 14 milhões de desempregados e outros tantos que ficarão desempregados; serão os jovens, que não terão horizonte previdenciário; serão os setores sociais, de educação, saúde, saneamento, moradia e segurança, que terão os seus gastos e investimentos comprimidos inevitavelmente.

Portanto, é preciso baixar a poeira, haver espaço de construção de consensos e verificar que o que está em jogo não é o interesse de um Governo ou de uma bancada de sustentação. O que está em jogo é o horizonte de desenvolvimento sustentável do nosso Brasil.



Quem vai ganhar com isto, com a retomada do desenvolvimento, é principalmente a população mais pobre, que vai ter novamente um círculo virtuoso de criação de emprego e renda.

A reforma não é um desejo; é um imperativo da realidade. Ela não é uma escolha, não é um exercício de sadomasoquismo; é uma visão dos gargalos que o Brasil encontrou e dos desafios que temos pela frente.

Portanto, apesar de questões pontuais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Entendendo essas questões pontuais que precisam de refinamento, o PSDB vai se posicionar favoravelmente ao relatório do Deputado Arthur Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra, em sequência, à Deputada Jandira Feghali, pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Vou agregar o tempo de líder, Sr. Presidente. São mais 9 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Líder da Minoria? São 9 minutos. Então, o tempo de V.Exa. é de 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, primeiro manifesto o privilégio em ter o Relator presente na hora da minha intervenção, porque em 4 dias de debate desta Comissão — eu disse isso aqui, porque isso repito na presença dele — eu achei desrespeitosa a ausência do Relator para não ouvir os colegas que aqui se pronunciaram e debateram. Agora, é bom o Relator estar presente nos ouvindo. Senão, não adianta.

Em segundo lugar, eu quero cumprimentar os colegas que no último dia de trabalho da Comissão surgem como membros do Colegiado, aceitando substituir outros colegas que tiveram posições diferenciadas da base do Governo e que estão sendo retaliados pelo Governo Federal.

Quero registrar que apresentei um voto em separado, que está na página da Comissão — ele não foi distribuído, mas está na página —, como contribuição ao debate da Comissão e da sociedade brasileira.



Começo dizendo que, quanto a essa frase “nós temos que pensar o Brasil”, eu fico me perguntando para que Brasil esses Parlamentares falam. O Brasil rejeita por 92% este Governo e rejeita as reformas por quase 80%. Então, não sei para que Brasil esses Parlamentares estão falando, porque, apesar de uma propaganda absolutamente mentirosa, terrorista, falsa e ilegal nos meios de comunicação, não conseguiram ganhar a maioria do povo brasileiro. As pessoas não são idiotas. Não subestimem o povo brasileiro. Ele sabe exatamente o que está acontecendo neste Governo e no Congresso Nacional.

Eu ouço aqui falar em manipular manipulação grosseira. Manipulação grosseira fez o Governo e faz a sua base parlamentar quando encaminha para cá uma projeção de futuro em que superestima despesas e subestima receitas, fazendo uma projeção de estagnação até 2060; quando não nos fornece os microdados para aplicarmos em fórmulas que não temos como se utilizar sem os dados reais, para projetarmos de fato o futuro.

Manipulação grosseira é falar do envelhecimento da população sem discutir a taxa de dependência. A população envelhece, mas a taxa de dependência cai. Portanto, nós teremos mais população economicamente ativa sustentando os idosos e as crianças.

Manipulação grosseira é falar do déficit e reafirmar e colocar aqui, como fez o Relator, a comparação — que ele nem consegue mostrar aqui — entre os juros e a despesa previdenciária. Pois eu coloco: em 2016, ano passado, agora, recentemente, o Tesouro destinou para pagamento de juros 6,5% do PIB, e o Tesouro destinou para o pagamento de benefícios previdenciários 2,4% PIB. O restante são contribuições de patrões e empregados, dinheiro que a sociedade brasileira colocou.

Então, nós continuamos pagando muito mais juros da rolagem da dívida do que benefício previdenciário com recursos do Tesouro. E esses recursos do Tesouro advêm das contribuições sociais que são rubricadas para a seguridade social.

Este Governo faz manipulação grosseira, quando fala que está atacando os privilégios. Mentira! Repito: mentira do Governo e de quem repete seu discurso, como a relatoria e a base Parlamentar. É mentira, porque aqueles que ganham 27



mil reais de aposentadoria, Deputado, terão uma saída na previdência complementar privada, com quem este Governo fez acordo.

O que se muda aqui é um modelo de previdência: deixa de ser, de fato, um modelo público, um modelo de repartição intergeracional, e passa a ser um modelo privatizante da Previdência Social brasileira. As pessoas não vão querer mais entrar nesse sistema, porque as regras impedem o alcance do benefício. E aqueles que têm aposentadoria de 27 mil reais, ou que alcançam o teto, vão para a previdência complementar privada dos bancos, que é o acordo que este Governo fez para encaminhar este projeto.

Aqui o grande conluio, a grande parceria, que precisa ser dita à sociedade brasileira, é deste Governo com os bancos que apoiaram o *impeachment*. Estamos pagando o *impeachment*, se votarmos a favor desta reforma da Previdência.

Isso é manipulação.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, eu não estou preocupada com o resultado da votação da Comissão — aliás, nunca estive — e já disse isso aqui várias vezes. Nesta Comissão o Governo só precisa de 19 votos. Não há necessidade de se colocar sequer três quintos. Esta Comissão é de cartas marcadas, e o Governo retalia e substitui aqueles que não concordam com o relatório.

Então, este resultado aqui nada significa, em termos de resultado final da reforma da Previdência. A grande batalha será no plenário, onde o Governo precisa ter 308 votos. E não terá, porque a sociedade se levantou no dia 28 de abril, numa greve absolutamente vitoriosa, e manifestou-se no dia 1º de maio.

E não adianta o Governo mentir, e a mídia brasileira nos envergonhar com essa cobertura criminoso que fez, porque cada Deputado aqui sabe o que aconteceu nos seus Estados e nas suas cidades. Todo mundo aqui sabe do poder da greve e das manifestações que ocorreram.

E essas manifestações vão aumentar, vão ser permanentes em cada cidade, na base eleitoral de cada Deputado, porque a sociedade sabe que esta reforma, além de privatizar a Previdência pública, vai excluir os trabalhadores mais pobres sim, senhor! A base do Governo pode argumentar o que quiser. Isso é fato.

Como disse outro dia um Deputado: “*Não briguem com os números e com os fatos*”. Portanto, não brigemos com os fatos e com os números. Esta reforma, sim,



se aprovada, pode quebrar a Previdência Social brasileira não só pela exclusão, mas também pela desistência de quem pode fazê-lo.

Nós aqui não temos conquistas. Vamos parar de comparar a PEC original com o relatório. A PEC original todos nós sabemos que tinha gordura. Nós temos que comparar o que temos hoje com o relatório. A PEC original já morreu. E comparando o que temos hoje com o relatório, não há conquistas; só há perdas, só há exclusão.

As mulheres não ganharam com essa reforma, elas estão perdendo e continuam sendo as mais excluídas. Aumentou a idade mínima para todas: para as professoras ficarem iguais aos homens, com mais 5 anos. As mulheres da cidade, mais 2. As mulheres do campo, mais 2. A servidora pública, mais 7.

Essa inclusão dos policiais não resolveu o problema, porque ela ainda vai ser jogada para lei complementar, que poderá — poderá! — manter ou não a idade de 55 anos. O tempo de contribuição será quase inalcançável para alguns segmentos.

E, na transição, há um tempo para entrar, mas o tempo para sair é absolutamente criminoso para quem exerce atividade de risco como os policiais, principalmente as mulheres.

Há uma desproteção dos idosos e das pessoas com deficiência. Quero aqui fazer um destaque — remeto-me aqui à Deputada Mara Gabrilli, ao Deputado Eduardo Barbosa, à Deputada Rosinha da Adefal —, a única aposentadoria por tempo de contribuição que ficou foi a da pessoa com deficiência: 35, 25 ou 20 anos. É mais do que o trabalhador normal! Como uma pessoa com deficiência vai contribuir 35 anos, principalmente no Regime Geral? Hoje, no Regime Geral, para chegar a 15, é preciso um imenso esforço, e a grande maioria dos trabalhadores não consegue ultrapassar.

Mesmo na transição do Regime Geral não é 15, não! É mentira, porque aumenta 6 meses a cada ano. Então, quando a pessoa que pensava que em 2020, em 2021, iam ser 15, vão ser 17. Daqui a pouco, vão ser 18, 19. É mentira que a transição é com 15 anos!

É mentira para o servidor público que a sua transição está facilitada! Ao contrário, já houve três reformas para os servidores. Três! Já há uma transição em



curso, que é absolutamente desconhecida, e nova transição é feita, aumentando o tempo de trabalho absurdamente para esses servidores.

Essa reforma da Previdência é fiscal. Não é uma reforma de longo prazo. Ela é conjuntural. Por que ela é conjuntural? Porque há um acordo com os que se beneficiarão dessa reforma, que não são os trabalhadores brasileiros, muito menos os mais pobres, e sim o grande capital.

E não adianta dizer: *“Não podemos ter uma Congresso acovardado”*. Ora, quem fala grosso com o trabalhador pobre e fala fino com o grande capital é covarde, não é corajoso! E é o que está acontecendo aqui hoje com essa reforma.

Falaram dos outros países. Pois bem, vamos olhar a transição: nos Estados Unidos, sobe 1 ano na idade mínima a cada 8 anos; na Alemanha, sobem 2 anos a cada 5. Na Espanha, tão citada aqui, sobem 2 anos a cada 14, Deputado. Aqui, estamos aumentando 1 ano na idade mínima a cada 2 anos!

Quanto ao problema demográfico, o Japão é um país de idosos e reduziu agora o tempo de contribuição para 10 anos e reduziu também a idade mínima, devido ao empobrecimento dos seus idosos. O que vamos provocar com essa reforma é que vamos começar a ver idoso pedindo esmola na rua de novo.

Deputado Arthur Oliveira Maia, é o idoso pobre que vai se arrebrantar nessa reforma. Os privilegiados têm os bancos. O trabalhador pobre não tem condição de fazer sua previdência complementar.

Eu gostaria que o senhor me ouvisse sem o sorrisinho. Ouça com respeito. Ouça com respeito. O senhor é obrigado a me respeitar.

Os trabalhadores rurais V.Exa. transformou em contribuintes individuais. V.Exa. excluiu os trabalhadores rurais. Quero ver trabalhador rural contribuindo individualmente alcançar 15 anos de contribuição! O microempreendedor individual urbano tem uma adimplência de 40%. Adimplência! Vai pedir essa adimplência aos rurais? Eles vão ter que fazer a escolha de Sofia: contribuo para quem? Hoje é um núcleo familiar que se aposenta com a comercialização da produção. Agora será cada um contribuindo individualmente para tentar se aposentar. Isso é um crime! Isso é uma perversidade! É uma crueldade o que se faz com essa proposta.

O que nós estamos aqui fazendo, Deputado Carlos Marun, Parlamentares que me ouvem, é um terrorismo, é uma falsidade com o povo brasileiro. É mentira



que nós estamos favorecendo os mais pobres. É mentira que nós vamos fortalecer a Previdência. E é mentira que não ter a reforma quebra a Previdência. Mentira!

O problema do Rio de Janeiro, citado aqui três vezes, é possível que eu conheça um pouco mais de perto. Brigas entre facções já existem há anos no Rio de Janeiro. Ali, o problema é erro na política de segurança e de prevenção à violência. O Rio de Janeiro não quebrou por causa da regra de aposentadoria. Ele quebra por falta de planejamento, por roubo, por ausência de base de arrecadação, porque faliram a indústria do Rio de Janeiro. Não há base produtiva no Rio de Janeiro hoje para arrecadar suficientemente. Então, vamos parar de falar bobagem para justificar propostas perversas e cruéis como essa.

Quero aqui me centrar numa questão que é decisiva para o conjunto e que fará parte do nosso destaque: exigir 25 anos de contribuição para a aposentadoria por idade é a exclusão, conforme os dados de hoje, de 79% dos trabalhadores de baixa renda, e, particularmente das mulheres, em maior número, pois são elas as mais precarizadas, com jornada maior e salário menor.

Os senhores fazem a reforma trabalhista, os senhores fazem terceirização. Agora aprovaram a Medida Provisória nº 766, de 2017, parcelando em 240 vezes a dívida das empresas com a Previdência e com a União. Isso é uma vergonha! Eu tiro direito daqui e, ali, parcelo em 240 vezes a dívida das empresas. E a dívida ainda prescreveria em 5 anos! E aqui se exigem 25 anos do trabalhador de baixa renda, que não consegue contribuir mais de 5 vezes por ano!

O que os senhores estão fazendo é uma crueldade. É uma mentira!

O povo precisa, sim, se levantar! O povo vai se levantar e vai derrotar essa reforma da Previdência, da mesma forma como já atrasou, como resultado da greve geral e do 1º de Maio, a votação da reforma trabalhista no Senado!

E os senhores que dizem que se preocupam tanto com os rurais acabaram de mandar uma reforma para eles com o retorno do trabalho escravo. Por isso, eu digo com muita convicção que os senhores querem privatizar a Previdência, querem excluir os mais pobres, querem servir aos bancos e ao capital financeiro, numa covardia absoluta, e não por coragem.

Por isso, a Minoria encaminha o voto “não” a essa proposta excludente e criminosa, que privatiza a Previdência pública.



Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Julio Lopes.

V.Exa. usará metade do tempo de líder do Governo? É isso?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, há quantos oradores ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos o Deputado Julio Lopes, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Darcísio Perondi. Depois passaremos à orientação de bancadas.

O tempo de Líder do Governo está dividido entre o Deputado Julio Lopes e o Deputado Darcísio Perondi. Serão 5 minutos para cada um.

V.Exa., Deputado Julio Lopes tem agora 10 minutos: 5 minutos seus, mais 5 minutos do tempo da Liderança.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de começar a minha fala dizendo que nenhum de nós tem o dom da razão. Nenhum de nós, nem institucionalmente, nem pessoalmente, tem o monopólio da honestidade ou da boa intenção. Todos aqui somos homens e mulheres de bem trabalhando pelo Brasil.

Manifesto aqui meu enorme respeito pela Oposição, que ora faz o seu dever de tentar travar, obstar e atrasar a reforma. Da mesma forma, saúdo os meus companheiros de bancada do Governo, que trabalham valentemente para tentar aprovar esta reforma fundamental para o Brasil.

Eu digo isso em razão do respeito que tenho por Deputados como José Mentor, Lelo, Ivan Valente, Alessandro Molon, que aqui se posicionam veementemente contra a reforma, porque julgo, senhoras e senhores, ainda que o respeito e a admiração não me sejam recíprocos, que esse é o desejo do povo: que o embate de nossas ideias e visões sobre o Brasil e o mundo se confronte aqui para trazer aquilo que é melhor para a população e para o futuro do Brasil.

Fazemos aqui, sim, o nosso papel quando defendemos com veemência, com rigor, com vontade aquilo que pensamos, aquilo em que acreditamos para confrontar nossas visões de mundo e poder legar ao Brasil uma legislação mais moderna.



Quero só lembrar aos colegas que não estamos falando aqui de todos os brasileiros. Lamentavelmente, Deputado Jandira, aqui legislamos apenas para 50% dos trabalhadores brasileiros — 46% trabalham na informalidade.

Deputado Molon, quando legislamos aqui, as leis que fazemos não atingem 17% da economia nacional.

Deputado Ivan Valente, milhões e milhões de brasileiros não são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Interrompo-o, porque não estamos conseguindo ouvi-lo.

Por favor, a conversa dos senhores que estão aqui atrás está nos atrapalhando. Por favor, encontrem outro lugar. Estão falando onde não deveriam estar.

Com todo o respeito, peço que os assessores que estão nesse outro núcleo de conversa, por favor, se retirem. Não será permitido o retorno neste momento, porque não estamos tendo condições de escutar os oradores. Por favor!

Temos uma sala ao lado, o Plenário 4, de onde é permitido acompanhar a reunião. Ficarem aqui conversando não é possível. Positivo? Podemos retomar?

Não saíram alguns que estavam ali. Eu acredito que esses aí... Vou acompanhar.

Por favor, feche a porta. Nós estamos aqui com lotação esgotada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Neste momento, não é necessário. Se for necessário, nós vamos chamar. A conversa aqui estava nos atrapalhando.

Vamos em frente!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Se não gravassem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não podem gravar falando enquanto os outros também estão falando.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Atrapalha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Temos que ter respeito entre nós. Positivo?

Vamos tentar reiniciar, por favor.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então sou eu. Para reiniciar sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. A palavra está com o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ah! Achei que iríamos começar de novo, Presidente! (*Risos.*)

V.Exa. falou reiniciar e não retomar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, reponham o tempo de 30 segundos do Deputado Julio, que parou.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Trinta segundos, não. V.Exa. me tomou 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. É que parou o tempo. Parou o tempo. Reponham para 8 minutos. Reponho a V.Exa. 20 segundos, e vamos em frente.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, eu dizia que nenhum de nós aqui, nem institucionalmente, nem pessoalmente, tem o dom da certeza, da sabedoria, nem o monopólio da virtude e da honestidade. Todos nós aqui somos igualmente falíveis, somos igualmente seres capazes de errar e de acertar.

E, certamente, ao promulgamos esta reforma, ou ela debatermos, estamos errando e acertando, porque é assim que é, Deputado Arthur Oliveira Maia: o que o povo e a sociedade desejam é que aqui se confrontem nossas ideias, no máximo de sua potencialidade, para que possa sair o melhor relatório das mãos de V.Exa., a fim de que, levado ao Plenário, possa ser um novo momento para o Brasil.

Acredito, sim, Deputados, que estamos fazendo isso aqui. Lamentavelmente, por excessos, temos caído na cilada da criminalização da política. Temos aceitado que instituições outras, que também não têm o monopólio da verdade, nem da Justiça, nem da sinceridade, nem da honestidade, criminalizem esta ação, que é a mais importante das ações em sociedade, que é a ação política.

Não podemos permitir, caros colegas, que se criminalize a nossa ação política, tenhamos nós a impressão que tenhamos uns dos outros. Não podemos permitir essa criminalização, ainda que nos queiramos ofender; ainda que queiramos, com toda a veemência, defender nossos pontos de vista contrários.



Quero dizer à Deputada Jandira, por quem tenho um enorme respeito — ainda que não me seja recíproco, repito —, que a questão do Rio de Janeiro é, sim, uma questão de administração previdenciária. Chamo a atenção para o fato de que, no Rio, nós temos 200 mil funcionários ativos para 450 mil funcionários inativos, a quem pagam integralidade na sua maioria — 11% é descontado de 200 mil servidores para pagar a 400 mil servidores. E, obviamente, Deputada, com todo o respeito e admiração que lhe tenho, essa conta não fecha.

É verdade, sim, que no Rio de Janeiro nós temos problemas de corrupção, e graves, dos quais, inclusive, eu estou sendo até acusado — e que, com absoluta tranquilidade, eu me defenderei e saberei provar não só minha inocência, mas a lisura dos meus procedimentos. E acho bom que assim seja, porque é para o bem do Brasil, Deputado Arthur Oliveira Maia.

A Justiça está procedendo a uma enorme libertação deste País, e, ainda que acusado, ainda que sofrendo injustiças que me penalizam no dia a dia, acho que esse processo é profundamente importante, respeitável e desejável.

O que quero, apenas, é que nós não nos criminalizemos. Temos de nos respeitar, colegas. Eu respeito profundamente todos aqueles que, com toda a verve e com toda a força, me falam em contrário e até insinuem problemas outros, mais graves, até, mas o que não se pode aqui é deixar de ter paixão, verdade e desejo de defender as visões de mundo que temos, de defender aquilo que queremos conceber para um Brasil melhor.

E, na minha visão, nada atenta mais contra o pobre, Deputado Marun, do que o desemprego. Nada atenta mais contra aquele que precisa do que a falta da prosperidade, a falta do desenvolvimento, a falta da oportunidade. E a oportunidade só virá quando nós tivermos uma Nação mais equilibrada.

Se algo, Deputado Bilac, trazem em comum os homens e as mulheres de sucesso, é quando esses se autoatribuem responsabilidade. Só são desenvolvidas as nações que se autoatribuem responsabilidades no futuro e no desenvolvimento.

O Brasil não pode ser acreditar um coitado! Não temos como continuar como uma Pátria de assistidos! Essa visão assistencialista do mundo no Brasil nos quebrou e nos levou à miséria! Temos 101 milhões de brasileiros recebendo subsídios, caros companheiros! Como pode uma Pátria de 206 milhões de



brasileiros pagar subsídios a 101 milhões de brasileiros? Essa conta não fecha, e ela não fecha não apenas em termos previdenciários; ela não fecha nunca, nem em termos de assistencialismo nem em nenhum outro. Assistimos muito mais do que podemos.

Quero fazer, como faço, Deputado Carlos Marun, em todos os meus discursos, quando abro a fala, e me refiro sempre ao saudoso e memorável Senador Roberto Campos, cujo número tenho a alegria de ter aqui. Ele dizia sempre que ninguém pode fazer mais pelo próprio cidadão do que ele mesmo. Ninguém legará ao cidadão, seus filhos e netos um futuro melhor do que o que aquele próprio cidadão e sua própria vontade farão para que sua família se desenvolva.

Quero aqui deixar patente que ninguém, nenhum Deputado, poderá fazer pela senhora ou pelo senhor mais do que o senhor ou a senhora mesma, com vontade de melhorar a sua vida. Não acreditem que o Brasil poderá assisti-los eternamente, como se fosse um saco sem fundo, que provê recursos do nada, fazendo jorrar dinheiro ou prosperidade do além. Só a produtividade, só o resultado do crescimento da produção poderá levar o Brasil a ser uma Nação desenvolvida, capaz de assistir melhor e atender melhor os seus cidadãos. Só teremos melhor saúde, melhor educação, melhor infraestrutura, quando os brasileiros, de modo próprio, construírem essa infraestrutura, essa educação e essa saúde, acreditando que é deles que dependem esse progresso e esse desenvolvimento.

Deixo aqui, senhoras e senhores, a minha fala no sentido de que, por favor, tenhamos respeito uns pelos outros. Não caiamos nessa cilada de nos criminalizarmos de novo, porque aqui se exerce o mais fundamental papel desta democracia ainda infante, que precisa ser, e muito, protegida e trabalhada, para um dia chegarmos a ser uma Nação verdadeiramente próspera, Deputado Lelo Coimbra.

Eu quero saudar, mais uma vez, Deputado Ivan Valente, toda sua garra e toda a sua veemência. Respeito cada vez em que V.Exa. se manifesta com fúria e com raiva para aqui fazer prevalecer as suas ideias e ideais, porque eu faço da mesma forma, porque acredito, como V.Exa., que sou vocacionado para tentar legar ao meu País e o meu povo uma situação um pouco melhor.



E, assim, votarei pela Previdência: votarei favoravelmente, porque acredito que nós não temos como continuar ampliando eternamente o assistencialismo que fazemos, a assistência queremos dar — não porque não queiramos, mas porque não podemos; porque é impossível fazê-lo; porque não existem recursos nem perspectivas deles para assistir o que contratamos. O que já está contratado é impagável. São impagáveis os compromissos que já assumimos, senhoras e senhores ouvintes desta Comissão; que dirá aqueles compromissos que ainda iremos assumir a partir de hoje.

Portanto, sejamos mais precavidos; acreditemos mais em cada cidadão e em cada cidadã brasileira; e vamos fazer desta Pátria um País melhor.

Podem acreditar que, se dermos um crédito a cada cidadão, a cada cidadã do Brasil, eles saberão gerir as suas próprias vidas muito melhor do que nós podemos fazer ao tentar ajudá-los sem fim e sem condições.

Deixo aqui o meu voto favorável à consciência de cada brasileiro que defende o seu futuro e um Brasil melhor.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - S.Exa. quer falar ao final. Eu vou passar a palavra ao Deputado Ivan Valente e ao Deputado Darcísio Perondi.

Deputado Heitor Schuch, V.Exa. não quer acrescentar o seu tempo de Líder ao momento da orientação de bancada? *(Pausa.)* Não? V.Exa. quer falar e orientar? *(Pausa.)* Positivo.

Então, passo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

V.Exa. tem 5 minutos, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pode acrescentar o meu tempo de Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É claro!

O tempo de Líder de V.Exa. é de 3 minutos. V.Exa., então, tem 8 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero começar fazendo um dessa fio ao Deputado Marcus Pestana, com quem eu dialogo frequentemente.



S.Exa. falou em narrativas. Nós estamos vencendo a narrativa, e eu quero desafiar S.Exa. a me citar um único meio de comunicação corporativo que não defenda a PEC 287 — um único que não a esteja defendendo na mídia!

A narrativa oficial está do lado deles. Mas a pesquisa Datafolha, nesta semana, mostrou o seguinte: 87% dos brasileiros, apesar de todos os meios de comunicação estarem defendendo a PEC 287, são contra a reforma da Previdência no seu coração, ou seja, a idade de 65 anos e 25 anos de contribuição!

Vejam como o povo está sabido, minha gente! Com toda a enxurrada de informação: *“porque há o déficit público, porque o Brasil vai quebrar, porque é o caos e tal”*. E o povo falando: *“O quê? Eu estou vacinado, eu estou escaldado. Eu conheço o Delfim Netto”*. Deputado Julio Lopes, ele disse: *“Vamos deixar crescer o bolo, depois nós distribuímos”*. Nunca! foram concentradas a renda e a riqueza!

Agora é a mesma coisa: *“Nós vamos arrumar a casa. Vamos cuidar do déficit. Vamos arroxar salários. Vamos fazer reforma da Previdência, reforma trabalhista, terceirizações. Vamos fazer todas as maldades, porque vai melhorar para vocês”*. Quem acredita nisso? Isso é uma falcatrua! Isso é uma mentira!

E eu quero dizer mais. Um Congresso tem que ter a sensibilidade de entender isso. Se um Presidente da República foi pego em tenebrosas transações com o dono da empresa Odebrecht; se 8 Ministros estão sendo investigados, se 100 Parlamentares estão sendo investigados na Operação Lava-Jato, qual é a credibilidade que tem este Congresso para pedir sacrifícios ao povo?

E o Ministro da Justiça, o “carne fraca”, disse outro dia: *“É a baderna. A greve foi pífia. Mas precisa de um remédio amargo”*. Remédio amargo? S.Exa. é que deveria tomar sal amargo — S.Exa. é que deveria tomar.

Eu queria dizer o seguinte: este Governo não tem sensibilidade e não tem credibilidade para pedir sacrifícios ao povo brasileiro.

Eu quero fazer a discussão séria, de números, que os senhores não nos deixam fazer. Ou seja, existe um terrorismo propagandístico, sim, que diz o seguinte: *“A Previdência está falida”*. Eu quero mostrar quatro números, e aí os senhores me falam a dimensão desses quatro números. No ano passado, nós pagamos 510 bilhões de juros. Nós temos uma dívida previdenciária de 450 bilhões de reais — inclusive, o Bradesco, sozinho, deve 453 milhões de reais, mas ele, o Bradesco,



não pode pagar para a Previdência, não é? Nós desoneramos 382 bilhões de reais no Governo da Dilma. Sabe qual foi o único partido que votou contra? O PSOL. Tudo a fundo perdido.

Vejam a variação dos números. O Ministro Meirelles diz o seguinte: “*O déficit é de 180 bilhões*”. Bom, nossos números são maiores. Só aí estão quase 1 trilhão e 500 bilhões de reais. Mas isso não vale, assim como não vale o que está na Constituição.

Ou seja, o orçamento da seguridade social é tripartite. O orçamento da seguridade social, se cumprido, com as fontes de financiamento, é superavitário.

Aí o Deputado Pestana diz: “*Não vale isso aí. Isso é demagogia*”. Como assim? A Constituição é demagogia e o que o FMI manda não é demagogia? Nós temos que seguir de cabeça baixa o que o FMI manda? Não, senhor! O povo brasileiro não é obrigado a pagar por isso!

Eu quero dizer o seguinte: estabelecer, no País, 25 anos de contribuição é não entender o Brasil profundo, o Brasil real! Contribuição de 25 anos — 360 contribuições — num país de sazonalidade, rotatividade, desemprego de 14 milhões de pessoas e 50% de informalidade é uma mentira, gente! As pessoas não têm condição de contribuir esse tempo todo e chegar aos 65 anos!

Eu vou dar só um exemplo. O IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou o seguinte dado: mantidos os 25 anos de contribuição, 53% das mulheres hoje no mercado de trabalho não se aposentarão. É esse que é o benefício? É mentira!

A verdade é que essa é uma reforma para atingir os mais pobres! E não venham falar que nós não queremos combater os altos salários, os salários acima do teto que existem, que os senhores não enfrentam! Nós os enfrentamos, os salários acima do teto, sim! Privilégio, não! Mas o serviço público também não é para ser enxovalhado o tempo todo, porque quem paga a conta da degradação do serviço público também são os mais pobres do nosso País.

Ora, vejam: se a maioria do povo brasileiro, 90%, ganha até 2 salários mínimos e você estica o tempo de contribuição e o tempo de idade para se aposentar, quem é que está pagando a conta? São os mais pobres!



Inclusive, em coisas miúdas, como o fato de que agora o que vai contar é a média de 100% dos salários — não são mais os 80% dos maiores salários.

Esse Governo teve a perversidade de atingir o Benefício de Prestação Continuada — BPC, o que eu acho que é uma mesquinha! O que nós temos aqui é o seguinte: o Brasil tem hoje 7% de idosos miseráveis. Deputado Chico Alencar, a média da América Latina é de 30% a 40%. A previsão dos economistas sérios, considerando esse esticamento do BPC, é que nós chegaremos a 60%, 70% de idosos nas ruas. Essa é a maldade, a perversidade desse sistema.

Por isso, nós entendemos que há propostas positivas a serem feitas. Diante desta recessão, fazer reforma da Previdência é causar enorme distorção no mercado de trabalho e evasão de arrecadação, inviabilizar o aumento da produtividade e o crescimento econômico, para alavancar receitas e mudar o quadro atuarial. Eles não querem mudar o quadro atuarial! Não falam em como nós vamos aumentar a receita.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar o meu último recado: a sociedade brasileira não vai tolerar que este Governo — através de benesses, de emendas, de cargos, de corrupção, de compra de votos no Congresso Nacional — tente viabilizar tamanha atrocidade contra os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Não à reforma da Previdência! Que o povo brasileiro se levante, venha a Brasília e, de novo pare tudo!

Não à reforma da Previdência!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, para falar a favor da matéria.

V.Exa. tem o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mais a metade da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. quer usar a metade do tempo da Liderança do Governo? V.Exa. tem, então, 10 minutos, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nós estamos vivendo um momento histórico marcante. Cumprimento todos os colegas que são protagonistas



desse novo Brasil que está nascendo, do Brasil das reformas, de um Governo com coragem, de um Presidente que já é considerado reformista.

A Oposição também deve comemorar, porque está fazendo o seu papel como Oposição: está contestando o que nós estamos fazendo. Então, é um tempo muito precioso para este Parlamento.

Quero cumprimentar o colega Arthur Oliveira Maia, que, desde dezembro, quando ele despertava o interesse de ser Relator, já ouvia a todos — e ouviu por 4, 5 meses, de forma paciente, inteligente. Sempre teve horário. Fez mais de uma centena de audiências, recebia na Liderança, no seu gabinete, toda a sociedade, todos os interessados.

É óbvio que os mais pobres não chegavam até ele. É óbvio que ele recebeu muito mais pessoas do andar de cima. Mas teve paciência, estudou o tema, com toda a Consultoria brilhante desta Casa — mas brilhante mesmo!

Parabéns, Arthur! Parabéns, Arthur!

O Presidente Marun também, com a sua firmeza, a sua delicadeza de ouvir, de ser flexível, foi extraordinário, brilhante. Brilhante!

As razões dessa reforma são duas. Aliás, essa reforma é necessária porque nós recebemos no ano passado a tragédia fiscal dos últimos 4 anos, dos governos anteriores. Já foi dito aqui: é uma depressão nunca vista no País, com inflação acima de 11%; juros da taxa SELIC, que balizam os outros juros, beirando os 15%; uma desconfiança do investidor; fechamento de milhares e milhares de empresas e lojas, o que levou a um desemprego surpreendente e violento nos últimos 4 anos, que continua, é óbvio, porque tem uma capacidade ociosa, e a economia está tendo uma recuperação lenta, progressiva, gradual, que vai continuar. Então ainda cresce o desemprego. Qualquer economista sabe disso tudo, menos os economistas audazes — audazes! —, ousados, que agora estão tentando repetir a fórmula que fracassou nos últimos 4 anos. As famílias estão endividadas, e o desemprego pegou. Aí entramos num círculo trágico da economia. Fico surpreso que alguns colegas e alguns economistas audazes esquecem isso.

Aí veio o novo Governo, fez inúmeras propostas, e esta Casa teve coragem de votar 62 propostas. Vou citar três ou quatro delas: a Lei das Estatais, a lei do pré-



sal, que libertou a PETROBRAS, a reforma do ensino médio, a PEC do Teto dos Gastos, da qual fui Relator.

O Governo anterior gastou muito mais. Nós estamos num cheque especial de 3% do PIB, o que passa 150 bilhões de reais. Isso vai diminuir um pouquinho, mas por 3 anos vamos ficar no cheque especial. E a dívida bruta vai continuar crescendo. O Governo anterior tinha que pedir dinheiro emprestado inclusive para pagar a Previdência. Então, veio a PEC do Teto dos Gastos. Eu dizia, como Relator, que a PEC do Teto dos Gastos não sobreviveria sem a reforma da Previdência, que é o maior gasto — indiscutivelmente é o maior gasto. Essa PEC foi corajosa: enquadrou todos os Poderes. Já houve pressão das corporações, principalmente públicas — Poder Judiciário, Ministério Público, até o Legislativo, Defensoria Pública, Justiça do Trabalho —, e fizemos o controle de gastos. É fundamental a reforma da Previdência.

Eu ouvi aqui uma Líder dizer: *“Não vai haver problema com a demografia”*. Isso é incrível! O gasto da Previdência é geométrico e exponencial. Meus queridos colegas, a cada 100 reais de impostos e contribuições, 55 reais já ocupam o Orçamento da União. Em 2020, 85 reais vão ocupar o Orçamento, de cada 100 reais arrecadados. Está aqui o gráfico feito pela Fazenda e pelo Planejamento. Daqui a 30 anos, pasmem colegas Parlamentares, imprensa e assessores, qualquer governo que estiver aí no futuro vai arrecadar 100 reais e vai gastar 107 reais com a Previdência. Vamos lá: hoje é 55 reais, daqui a 4 anos é 85 reais e, em 2030, 107 reais. A Previdência vai expulsar do Orçamento da União o gasto da educação, doentes, crianças que precisam de vacinas, vai expulsar os benefícios continuados, vai expulsar a educação, vai expulsar — Alô, Deputados ligados à infraestrutura! — o recurso da infraestrutura, vai expulsar o recurso da segurança que já é pouco e precisa aumentar.

Essa é a tragédia fiscal do Orçamento até 2030. Os senhores querem isso? Eu não quero! E não estou falando que pode faltar dinheiro até para pagar os aposentados se o governo pagar os funcionários. E da demografia, isso existe no mundo inteiro que já envelheceu nos últimos 50 anos e fizeram as reformas: idade mínima, mexeram com as pensões, mexeram com o benefício continuado. O tempo de contribuição só existe em dois países da América Latina e quase em nenhum no



mundo. Aqui disseram que o gasto será reduzido quando o Brasil ficar idoso. É o mesmo que dizer que esta sala está absolutamente escura e que estou falando japonês. É um negócio incrível! É inacreditável! São pessoas de curso superior, meus queridos.

E mais, esta reforma protege o andar de baixo, protege os pobres, os baixos salários. Estamos mantendo a vinculação. É óbvio que todos terão que trabalhar mais. Nós vamos ter muito mais idosos e muito menos jovens trabalhando nos próximos 20, 30 anos. A conta não fecha.

O que os senhores não fizeram foi enfrentar as aposentadorias precoces. Agora, depois de tanto nós falarmos na Comissão, a Oposição começou a falar *“Não, nós também queremos mexer. Nós já mexemos com juiz federal que ganha 35, 40 mil, com promotor, com os fiscais”*. Mentiram, omitiram o gasto da Previdência este ano, ano que vem vão faltar 80 bilhões para os pobres na saúde, na educação, na estrada, na segurança. Estamos mexendo com as aposentadorias precoces.

É só governo corajoso que faz isso, governo corajoso que quer diminuir o tamanho da dívida bruta, que quer baixar o juro, que quer gerar confiança para o empresário. A própria *Folha de S.Paulo* hoje surpreendentemente fez um editorial *Menos Pessimismo* e cita o começo da melhora da economia. Já fala em 1% da economia este ano, que nós estamos saindo da recessão neste trimestre, que o desemprego está dando sinais de que no segundo semestre começará a cair.

Até a *Folha* está dizendo que a economia está melhorando, vai chover na lavoura da população que sofreu com o desastre fiscal do Governo anterior. Chovendo na lavoura do bolso da população, no ano que vem, nós Deputados vamos nos reeleger! Vamos nos reeleger porque estamos salvando o País! Viva a esperança que nasce no Brasil, com as reformas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço ao Deputado Darcísio Perondi.

Passo a palavra, na condição de Líder, ao Deputado Heitor Schuch, pelo PSB, pelo tempo de 7 minutos. A seguir, falarão os Deputados André Figueiredo, José Mentor, que dividirá o tempo com o Deputado Arlindo Chinaglia. Essa foi a ordem, Deputado José Mentor. Nós estamos respeitando a ordem de inscrição.

Deputado Heitor Schuch, V.Exa. tem 7 minutos.



O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sr. Presidente, quando escutamos o Deputado Darcísio Perondi falar, temos que dar um tempo para voltar ao normal. *(Risos.)* Desculpe-me, eu me atrapalhei um pouco.

Eu quero saudar o nosso Presidente, os colegas Deputados e Deputadas, o estimado povo brasileiro.

Irei usar só a metade do meu tempo e deixar a outra metade para o colega Deputado Bebeto fazer o seu encaminhamento.

Sr. Relator, na sua fala, afirmou-se que o Brasil gastou 1 trilhão e 241 bilhões de reais com a Previdência Social. Deixo claro e reitero que o sistema brasileiro de Previdência é solidário. E, por ser solidário, o Brasil paga inclusive salário desemprego a 14 milhões de irmãs e irmãos nossos que estão sem trabalho, sem renda, sem salário. Logo, não estão contribuindo para a Previdência Social, devido a inexistência do salário.

Portanto, essas já são as primeiras vítimas desse processo, porque sem contribuição não haverá benefício no futuro e a aposentadoria dessa gente vai demorar muito a chegar.

Reitero o que foi dito aqui: 1 trilhão e 241 bilhões foram gastos com a Previdência. Prefiro gastar isso com a Previdência dentro da lei, ajudar a quem precisa, a quem de direito, à política social que distribui renda, gera emprego, que diminui a pobreza, que pagou remédio, que salvou a vida de crianças, de adolescentes, de pessoas doentes e de idosos, a pagar 1 trilhão de reais de juros e de amortização da dívida. Este dinheiro foi para os banqueiros comprarem iate e jatinho. *(Palmas.)*

Aliás, eu fico cada vez mais indignado de ver aqui que o capital é tratado com mamão e açúcar e o trabalhador com o sal amargo. Ora, por favor!

Portanto, essa lei precisa favorecer os desiguais e tratá-los de maneira desigual. Não consegui ver isso em todo esse período em que nós estamos aqui.

Por exemplo, a mulher agricultora, segurada especial, que há 30 anos se aposentava aos 55 anos, agora tem que esperar os 57 anos. Qual o pecado essas mulheres cometeram? Trabalharam demais? Certamente. A idade da aposentadoria da trabalhadora assalariada rural vai passar para os 62 anos. Por que os senhores não vão trabalhar no campo, no frio, no inverno, na geada, para ver se terão



condições de alcançar essa idade? É desnecessário repetir aqui o que já foi dito sobre as professoras, as policiais e as pessoas com deficiência física.

Portanto, quero encerrar esta minha fala muito breve, reiterando que é um erro abismal querer implantar a contribuição individual para os segurados especiais — aqueles agricultores familiares que respondem por 70% da produção do alimento que vai para a mesa do povo brasileiro, que não têm carteira assinada, salário fixo, fundo de garantia — em detrimento de uma contribuição sobre a venda da produção que já existe há muitos anos. Plantou, não choveu, não colhe, não produz, não contribui. Resultado: não aposenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já deram os seus 3 minutos e meio. Eu vou passar o tempo excedente para o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sr. Presidente, concluo a minha fala dizendo o seguinte: o resultado disso é o fim da aposentadoria para grande parte dos agricultores familiares, que serão excluídos da Previdência e empurrados para a assistência social. Isso não vai acontecer com o meu voto nem com o aval de quem é agricultor de fato e de direito, que é o meu caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Restam 3 minutos para serem incorporados ao tempo de orientação do Deputado Bebeto.

Passo a palavra ao próximo Líder inscrito, Deputado André Figueiredo, pelo PDT. S.Exa. dispõe do tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não vou esperar o Deputado Arthur Oliveira Maia terminar a ligação dele, até porque vou fazer um elogio a ele, que, sem dúvida alguma, é muito inteligente.

Ele é tão inteligente que fez um relatório de difícil interpretação. Talvez os mais ingênuos — não vou falar de nenhum de nós Parlamentares —, talvez a população em geral possam pensar que ele fez algumas bondades nesse relatório em relação ao projeto original.

Por exemplo, no § 5º na página 8 do relatório, ele diz que o professor de ambos os sexos que comprove tempo exclusivamente de exercício no magistério na



educação infantil e no ensino fundamental poderá se aposentar aos 60 anos de idade, com 25 anos de contribuição e 10 anos de efetivo exercício, etc.

O professor vai ficar morto de feliz! Só que, na página anterior, no inciso I, ele diz que o professor só vai se aposentar com 70% dos seus rendimentos. Ele não faz menção nenhuma a isso. Nós estamos falando do professor de escola pública. Na escola particular é do mesmo jeito. Só que nesse caso ele remete a outro artigo, sem citá-la no próprio artigo que ele faz menção.

Mas queria dizer para as minhas queridas mulheres Deputadas e para a população que nos assiste — vou citar apenas o caso das mulheres — que não é verdade que este relatório que o Deputado Arthur Oliveira Maia entregou semana passada é melhor do que o primeiro que ele apresentou.

É absolutamente falso que a mulher vai se aposentar aos 62 anos com a integralidade de seus benefícios. Eu tentarei ser muito rápido, porque tive 19 minutos no meu tempo de exposição para discutir com o Deputado, e ele não estava presente.

Vamos supor que uma mulher comece a trabalhar aos 16 anos. Antes, ela teria que trabalhar 49 anos para chegar aos 65 anos. Agora não, ela tem que trabalhar só 40 anos pelo grande benefício que o novo relatório trouxe. Sim, ela teria que trabalhar só 40 anos para chegar aos 56 anos. Só que, para atingir a idade mínima de 62 anos, seriam mais 6 anos. Portanto, ela precisaria trabalhar 46 anos.

Para por aí? Não. Ninguém fala no gatilho demográfico que o Relator, no § 15 do art. 201, diz que, a cada ano que aumentar a expectativa de vida no Brasil, vai aumentar 1 ano a idade mínima, tanto para homem quanto para mulher. Ou seja, daqui a 40 anos, pela média que nós fizemos dos últimos 75 anos, essa idade vai aumentar aproximadamente 5 anos, Deputado Arthur Maia. Portanto, a pobre trabalhadora que agora começa a trabalhar com 16 anos — pasmem, senhoras e senhores! —, para poder se aposentar com a integralidade dos seus poucos proventos, terá que trabalhar 50 anos! Portanto, irá se aposentar com 66 anos, e não com 62, para poder ter direito aos 100%. Para nós homens isso também se dá na mesma medida, só que nós nos aposentaremos com 71 anos de idade.

Regras de transição. Benefício grandioso: baixou de 50% para 30% o pedágio. Mentira! Vamos lá. O caso de uma mulher com 45 anos, que contribuiu



durante 21. Faltariam 9 anos para atingir o tempo de contribuição mínimo de 30. Portanto, com o pedágio anterior de 50%, precisaria trabalhar mais 4 anos e meio. Isso totalizaria 34 anos e meio de tempo de contribuição. Com a multa rescisória de 30%, ela só precisará de 32,7 anos de contribuição. Vantagem grande? Mentira! Se ela se aposentar com esses 32,7, ela só vai ter direito, por esse substitutivo proporcional a 40 anos, a receber 81,5% dos seus benefícios. Para ela conseguir os 100%, como era no substitutivo anterior, terá que trabalhar mais 8 anos. Portanto, em vez dos 13,5, terá que trabalhar 20 anos e só se aposentará com 65 anos de idade.

Eu queria debater, Deputado Arthur Maia, queria muito, e não tive condição. Mas quero aqui expor que em todas essas argumentações não estou fazendo discurso político, estou fazendo discurso técnico. E dessa argumentação V.Exa. não pode fugir, porque V.Exa. soube escamotear muito bem esses números, e até mesmo alguns dos colegas de Oposição pensam que as perdas foram minimizadas nesse relatório.

Concluindo, Sr. Presidente, são poucos exemplos, e poderia elencar vários, porque assim o fiz quando tive 20 minutos para falar.

Reafirmo nossa posição: o PDT, assim como todos os partidos, sabe verdadeiramente como é o Regime Geral da Previdência Social, que, aliás, todos aqui disseram que é um absurdo, pois a média se aposenta com 1.800 reais. Vamos tirar o RGPS pelo menos do seu relatório. Aí, sim, talvez o Governo mostre que está olhando para o povo pobre e humilde do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estão regularmente inscritos pela Liderança do PT, de acordo com o ofício sobre a mesa, os Deputados José Mentor e Arlindo Chinaglia. Cada um tem o tempo de 4 minutos e meio. V.Exas. vão usar esse tempo um em sequência do outro? (*Pausa.*) Sim.

Primeiramente falará o Deputado Arlindo Chinaglia, por ordem alfabética, e, em seguida, o Deputado José Mentor. Assim será.

Passo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia. S.Exa. tem 4 minutos e meio, aos quais acrescentarei 30 segundos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço a V.Exa.



Eu queria, ao cumprimentar a todos os Parlamentares desta Comissão e àqueles que nos acompanham, seja aqui ou a distância, fazer um resumo do que está em jogo através daquilo que está sendo proposto. O instrumento é o relatório apresentado e complementado hoje.

O relatório mantém a idade de 65 anos para aposentadoria e, na prática, acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição. Mantém a carência de 25 anos. Na minha opinião, essa é a medida que mais prejudica os trabalhadores mais pobres, por aquilo que já foi muito falado. Quero repetir que isso impede, na prática, hoje 80% pelo menos de se aposentarem, segundo dados da *Folha de S.Paulo*, ainda em 2015. Portanto, hoje o desemprego é maior pelo menos 80%.

Aumenta a idade da mulher para aposentadoria rural, como acabou de falar o Deputado Heitor Schuch.

Aumenta a idade para a aposentadoria da professora na regra permanente e na regra de transição.

Mantém o sistema de contribuição individual sobre o salário mínimo para o trabalhador rural, que não tem renda regular e depende do tempo e de fatores que ele não controla.

Há outra medida que é uma constante: rebaixa os valores dos benefícios porque a regra de cálculo é alterada tanto no regime geral quanto no regime próprio.

Reduz o valor da pensão por morte. Cálculo proporcional ao número de dependentes e cotas não reversíveis.

Mantém o aumento do período de cálculo dos benefícios para impedir a exclusão dos menores salários. Ou seja, aquilo que a lei hoje diz que pega as 80 maiores contribuições passa a ser 100 contribuições. Ou seja, isso implica...

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente. Deputado Arlindo. Pela ordem, Sr. Presidente, ninguém ouve nada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, peço aos Líderes que desejam falar se manifestem no plenário que eu registro a ordem. Nós temos que solicitar a palavra como Líder. Pelo PT estão falando o Deputado Arlindo Chinaglia e o Deputado José Mentor. Na sequência, falará o Solidariedade, com o Deputado Major Olimpio. São esses os Líderes.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi alertado, Sr. Presidente, não foi por mim, de que há um barulho na Mesa agora. V.Exa. está sendo vítima dele e eu sou vítima maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu lhe concedo mais 1 minuto. Complemente o seu tempo em 1 minuto. Peço que aos Deputados que se dirijam até aqui.

O seu tempo está reservado, V.Exa. é o próximo Líder a falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ah, o Paulinho vai falar? Positivo, Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mantém restrições do uso do tempo rural para aposentadoria urbana.

Mantém restrições para conversão de tempo de atividade insalubre, em especial, em comum para a aposentadoria.

Quero chamar a atenção de algo que foi pouco falado. Explicita ainda mais a privatização da previdência complementar dos servidores para entidade aberta de previdência complementar. É bom que se registre que, até o presente momento, o FUNPRESP é obrigatoriamente em entidade pública.

Aumenta a idade para o gozo de benefício assistencial. Aí atinge os mais idosos, vulneráveis e também os deficientes. Prejudica gravemente os servidores nas regras de transição ou na ausência delas. O maior exemplo nesse aspecto talvez seja aqueles que entraram até 2003 e que, salvo melhor juízo, estão sendo elevados para 65 anos de contribuição para manter a aposentadoria integral e a paridade.

Dito isto, eu gostaria de fazer as seguintes considerações: nenhuma das medidas propostas é melhor do que aquilo que hoje ou a Constituição ou as leis garantem. A partir daí, nós já ouvimos aqui considerações interessantes: o número de pessoas que tem algum tipo de benefício. Nós não devemos temer o benefício. Nós devemos temer é não ter o benefício.

Refiro-me a quê? Quando o Programa Bolsa Família foi lançado — um programa barato, que possivelmente atinge 12 milhões de famílias brasileiras —, o que foi dito pelo Presidente Lula à época? Havia uma comemoração. Ele disse: “Nós



temos que comemorar o dia que nós extinguirmos esse programa". Mas por que extinguir o programa? Era o momento em que os trabalhadores teriam que ter acesso ao emprego. Portanto, não imaginem que o benefício seja caridoso, não. Ele é solidário. Agora, ele tem a visão na economia. Portanto, imaginar que a economia vai se recuperar provocando recessão, provocando o desemprego, cortando renda, cortando salário, evidentemente é uma aposta em que não acreditamos.

Sinceramente, em algum momento, parece que alguém se auto-outorga a capacidade, digamos, de vidente. A Mãe Dináh já morreu — coitada — em 2014. Repito, o Boletim Focus semanal do Banco Central não consegue acertar do começo ao final do ano nem a inflação e nem o PIB. Então, imaginar que a nossa projeção de 43 anos com um mercado de trabalho mutante, com condições salariais não previsíveis, estamos navegando no escuro. Nós passamos aqui o tempo todo trabalhando para que os números fossem apresentados, para que fossem convincentes, e não foram.

Proposta: parem essa reforma. Façamos um Pacto de Toledo do zero porque nós teremos representados trabalhadores, empresários, governos. Vamos chamar técnicos, porque fazer primeiro a reforma, tirar direitos, em vez de fortalecer a Previdência, com certeza vai enfraquecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado José Mentor.

V.Exa. tem 4 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de um lado, quero destacar a habilidade do Relator e, de outro, as dificuldades que ele está enfrentando. Habilidade porque ele tem tentado dizer que está reduzindo a idade das mulheres de 65 anos para 62 anos, quando na realidade está impondo duas idades que não existem no sistema de aposentadoria brasileiro que são 65 anos e 62 anos. Não existe!

Nós temos 30 anos de contribuição para mulher e 35 anos para homem sem idade mínima. Na realidade, no regime próprio, ele está aumentando a idade das mulheres de 55 anos para 62 anos. É isso o que ele está fazendo. Ele está dizendo que mantém 25 anos de contribuição. Não é verdade! Está aumentando a contribuição mínima de 15 anos para 25 anos. É isso que ele está fazendo. Quer



dizer, está impondo a mudança de 15 anos para 25 anos. Ele diz para nós que reduziu de 49 anos para 40 anos, mas também não é verdade. Ele está impondo 40 anos, porque não existe o tempo de 49 anos.

Ele está mudando os 80% das melhores contribuições para 100% das melhores contribuições. Ainda faz isso com escalonamento, porque, na realidade, ele reduz de 76% para 70% e faz um escalonamento em 15 anos para chegar aos 100%. Prejudica inclusive a arrancada, que era 76% e passou para 70%.

Há habilidade também quando ele tenta mostrar que a funcionária pública consegue a integralidade. Imaginem uma funcionária que tem 54 anos, falte 1 ano para ela se aposentar e ela já tenha contribuído 30 anos. Agora, vai ter que trabalhar 7 anos. Ia trabalhar 1 ano e meio e agora vai ter que trabalhar 7 anos.

Ele diz que está reduzindo o pedágio de 50 anos para 30 anos. Não. Ele está impondo um pedágio de 30 anos, porque não existia pedágio nenhum. É habilidoso. O Relator é habilidoso. Pegou uma coisa que não existia e está dizendo que era pior. Ainda impõe a escala de, a cada 2 anos, aumentar 1 ano. No caso do BCP, então, nem se fala, aumentando de 65 anos para 68 anos. Quanto à pensão, ele limita a dois salários mínimos.

Estou dizendo isso, porque não adianta, vão ter que repetir muitas vezes para nós que essa reforma protege os pobres. Não protege. Setenta e nove por cento daqueles que se aposentam com um salário mínimo não atingem 25 anos de contribuição, 79%! Esse é um dado de 2015, é um dado real, não é estimativa. A projeção que o IPEA faz, das mulheres, é de que 53% das mulheres não chegarão à sua aposentadoria, com 62 anos. Essa é a realidade.

Mas disse que entendo a dificuldade do Relator, porque, se ele perguntar para qualquer categoria que ele busca atingir com essa reforma, verá que nenhuma delas está satisfeita. É uma dificuldade.

Mais do que isso, essa reforma se enquadra em um conjunto de outras reformas que têm o objeto de beneficiar o grande capital, os bancos e os rentistas. Foi assim com a PEC do teto, a terceirização, a reforma trabalhista, a Medida Provisória nº 759, que foi aprovada hoje no Senado, que desregulamenta a regularização fundiária no campo e na cidade, aquilo que se aprovou ontem, que foi



a prorrogação das concessões por 10 anos, o controle do investimento das empresas aéreas, e a Previdência se enquadra nisso.

Relator, V.Exa. não estava aqui ontem quando eu falei, eu quero que V.Exa. registre dois números. Para os trabalhadores, no último ano, além dessas reformas todas que beneficiam o capital, o rentismo, os bancos e os empresários, há duas medidas que eu gostaria que V.Exa. registrasse. Primeiro, em maio de 2016, havia 11 milhões de desempregados.

Chamo a atenção do Líder do Governo também. Nós temos hoje 14 milhões de desempregados, 30% a mais. Foi o que ganharam os trabalhadores. Nesse último ano, de maio de 2016 para cá, sobrou para os trabalhadores 30% a mais de desemprego, de 11 milhões para 14 milhões de desempregados.

Vejam bem, em contrapartida, de maio para cá, o rentismo, os bancos, ganharam um juro real que foi de 4,42% para 7,25%. O juro real, Relator, subiu de 4,42% para 7,25! O juro real no Brasil é 64% maior. Reflita V.Exa. sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo Líder inscrito, o Deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, primeiro quero saber de quanto tempo disponho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu quero passar 2 minutos para o Deputado Major Olímpio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Dois minutos para o Deputado Major Olímpio. Positivo.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Primeiro quero constatar aqui o que eu considero um erro do Governo. O primeiro erro do Governo é a falta de diálogo. Até queria contar uma história, mas, devido ao tempo, vou dizer que o Governo se parece um pouco com o papagaio do português, que escuta muito e fala pouco.

O primeiro erro é a falta do diálogo. Acho que o Governo tem que sentar e negociar. Fica claro hoje para todos nós que é quase impossível, por mais que o Governo faça aqui pressão, aprovar essa proposta.



Eu tenho dito que a proposta da idade mínima de 65 anos do companheiro, o Deputado Arthur Maia, é inaceitável. Acho que as pessoas que vão falar com o Presidente Temer vão mais para puxar o saco do que para falar a verdade, porque ninguém aceita a idade mínima de 65 anos para homem e 62 anos para mulher.

Deputado Arthur, eu lhe conheço há muitos anos e não sabia que era tão inteligente. Como V.Exa. montou essa transição? Um jornalista aqui me disse: “*Paulinho, você sabe me dizer quando vou me aposentar?*” É impossível para qualquer cidadão brasileiro, por mais instruído que esteja — era um jornalista que estava me perguntando isso — fazer o cálculo dessa regra de transição. É um negócio de maluco, porque há três regras.

Eu disse isto ontem ao Padilha: transição é para a turma que está trabalhando. Se não ficar claro para essa turma que está trabalhando como vai ser a transição, ela vai ficar contra.

A regra de transição tem que ser clara, tem que ser transparente. É preciso que as pessoas digam: “*Faltam tantos anos para eu me aposentar. Preciso trabalhar mais tantos anos*”. Aí, sim, o trabalhador vai ficar contra ou a favor, mas saberá quando irá se aposentar.

Temos que dar os parabéns para o Deputado Arthur Maia. Essa transição que ele inventou é uma coisa de maluco.

Sr. Presidente, eu peço mais 30 segundos para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo 30 segundos para o Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado Arthur, cadê a história da filantropia? Ela vai ser mantida? A Previdência tem que pagar filantropia? A Previdência tem que continuar financiando a exportação brasileira? A Previdência Social vai ter que continuar financiando a filantropia? Cadê o REFIS? Cadê o negócio da desoneração? É preciso acabar com a desoneração. A desoneração foi um mal para a Previdência.

Por isso, não dá para aceitar essa proposta que V.Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra para o Deputado Major Olimpio.

V.Exa. tem 2 minutos.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Brasil que nos acompanha, quem votar favoravelmente a esta maldita PEC 287 está votando contra o povo brasileiro! É traidor!

Não há nenhuma categoria profissional que pode dizer que foi aqui contemplada. Os policiais tiveram mitigada uma situação, mas continuam com um pedágio absurdo! A mulher policial está com duplo pedágio: está pagando a conta porque é mulher e porque é policial.

Os agentes penitenciários e os agentes socioeducativos foram inclusos, mas, por duas mensagens no WhatsApp, foram retirados. Mais uma coisa, Sr. Relator: os agentes socioeducativos nem lá estavam ontem para saber o tamanho da injustiça que V.Exas. estão cometendo!

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.022, de 2014, que já foi sancionada, dizendo que os guardas municipais executam atividades de policiamento ostensivo. V.Exas. acordam de mau humor e dizem: “*Não executam*”. Então, não há categoria profissional, não há ala, seja o idoso, seja o deficiente físico, seja o profissional da iniciativa privada, onde estão as regras de transição?

O Sr. Meirelles veio aqui, e eu perguntei: “*Como é que o senhor mostra dois PIBs no mesmo ano?*” Ele não respondeu nada. Ele olhava para aquele Marcelo Caetano, omissos, vendidos para os sistemas privados, e perguntava: “*Do que ele está falando?*” Eles colocaram na proposta — e V.Exas. sustentam — que existem dois PIBs no mesmo ano. Isso é vergonhoso! Isso é vergonhoso!

Para concluir, Sr. Presidente, a vergonha maior é ler nos jornais o que antigamente nós ouvíamos dizer que existia. Agora, substituiu-se um Deputado, porque ele é tido como infiel, e o contempla com cargos.

Quantos cargos valem se eu mudar de voto agora? Eu tenho 40 parentes que não trabalham, mas eles têm até uma boa vontade danada. Será que eles serão contemplados?

É vergonhoso o que estão fazendo! Será uma vergonha para os Deputados que vierem para cá, que chegarem hoje à Comissão, votarem com o Governo e com o partido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Passo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto, que falará pelo PSD, pelo tempo de 7 minutos.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Sr. Presidente Carlos Marun, Relator Arthur Oliveira Maia, antes de mais nada, quero parabenizá-los pela condução desta Comissão. Quero dizer que se a Comissão e as reuniões que aqui aconteceram não geraram avanços, só pode ser por parte das pessoas que delas não participaram.

Da forma como o projeto chegou e da forma como o projeto sai hoje, pode-se dizer que ele foi muito melhorado, foi muito aprimorado. Isso aconteceu devido aos grandes debates, às audiências públicas, ao posicionamento da Oposição, à defesa da Situação. O Relator foi extremamente sensível e promoveu, sim, avanços muito positivos.

Não querer enxergar que houve avanços na aposentadoria rural é cegueira. Não querer enxergar avanços na proposta do BPC e na proposta que hoje o Relator apresenta também é cegueira. Não reconhecer os avanços com relação aos professores também é cegueira.

Mas pior do que a cegueira, no meu ponto de vista, é quem se posiciona contra a reforma hoje, porque se posiciona a favor de o Brasil quebrar! É uma posição corporativista, é uma posição irresponsável. Basta olhar os números.

O Deputado Darcísio Perondi e o Relator, Deputado Arthur Maia, disseram: 55% dos gastos do poder público hoje são com a Previdência. Isso é uma distorção! Quem não conseguir enxergar essa distorção, não consegue enxergar mais nada. Em 10 anos, essa distorção vai representar 70% do orçamento.

Promover a reforma da Previdência significa garantir um recurso que hoje vai só para a Previdência para setores que devem ser prioridade no Brasil, como educação, saúde, infraestrutura.

Os defensores do cooperativismo, os defensores do atraso vão falar bastante aqui, mas tenho certeza de que a posição da responsabilidade vai prevalecer.

Muitos falaram aqui dos juros. Quem não gostaria, numa canetada simples ou num toque de mágica, reduzir os juros a zero? Mas não é assim que a economia funciona. É importante dizer que a reforma da Previdência aprovada significa, Deputado Perondi, que o Brasil reduzirá o seu descontrole fiscal e, com isso, terá condições de reduzir o juro de forma mais rápida. Aí, sim, vamos gastar menos



dinheiro com os juros. Agora, qualquer outro mecanismo significa algo artificial, algo que não é sustentável, algo que não vai gerar condições de o Brasil avançar.

É importante dizer que eu vejo muito defesa das corporações e do corporativismo, e a defesa das futuras gerações? Esquecem que não reformar a Previdência é condenar as futuras gerações. Os seus filhos e netos não terão condições de ter aposentadoria, porque nós não fizemos a reforma adequada. Mas isso não vai acontecer porque a reforma vai ser feita. Nós teremos condições de gerar a sustentabilidade da Previdência, e, a partir daí, gerar também o avanço da nossa economia.

Não há como não reconhecer: o descontrole inflacionário já acabou, a inflação no Brasil vem sendo reduzida. É claro que num ritmo mais lento — gostaríamos que fosse mais rápido —, mas os juros do Brasil também já estão caindo, e tudo isso vai gerar condições de o Brasil crescer mais rápido, avançar, sair de fato da crise em que nós estamos.

Quem tem compromisso em gerar empregos votará a favor da reforma. Quem tem compromisso em manter tudo como está, compromisso com o desemprego, continuará sendo contra a reforma.

A reforma pode ser vista até como um remédio amargo, mas é um remédio necessário, que o Governo está tendo a coragem de liderar e que este Congresso, esta Câmara, assim como esta Comissão dará o exemplo hoje, terá a coragem de aprovar. O crescimento econômico chegará, o desemprego reduzirá e o nosso País avançará em ritmo muito mais acelerado.

Para terminar, Presidente, vou reforçar algo que eu disse aqui: contra o povo é quem é contra a reforma da Previdência — porque esses são os defensores do desemprego; contra o povo é quem é contra a reforma da Previdência, repito.

Eu tenho certeza de que quem tem responsabilidade — e o PSD tem esta responsabilidade — vai votar favoravelmente a essa reforma.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Sr. Presidente, como autor de um dos destaques — e já indaguei a V.Exa. como seria o procedimento de votação dos destaques apresentados pelas bancadas —, eu gostaria de saber se esses destaques vão ser votados hoje, em seguida ao texto principal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A princípio, em seguida à votação do texto principal, nós vamos iniciar a votação dos destaques. E pretendemos concluí-las ainda no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Há quantos inscritos, Presidente? Antes da votação, há quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Há vários Líderes inscritos, mas os que pediram para falar antes da votação, até agora, foram dois, o Deputado Evandro Gussi e o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Depois desses dois, vamos para a votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos para orientação de bancada e votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo? *(Pausa.)*

O Deputado Mauro Pereira falará pela Liderança também, antes da votação.

Passo a palavra ao Deputado Evandro Gussi, que falará pelo PV. *(Pausa.)*

Estou vendo aqui uma situação que eu considero injusta, sinceramente. Alguns partidos... O que é esse asterisco ao lado da sigla desses partidos aqui?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ah! São 5 minutos por semana. Positivo. Mas alguém controla? *(Pausa.)* Então, é isso.

Deputado Evandro Gussi, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos lidando aqui, provavelmente, com uma das votações mais importantes do ano e — quem sabe? — da nossa Legislatura. Por isso ela mereceu de minha parte uma reflexão séria, serena e profunda sobre o tema, uma reflexão que eu gostaria de resumir em uma cena real e efetiva que aconteceu na minha casa.

Na minha casa há uma moça que se chama Rita e que nos ajuda tanto no trato da casa quanto dos nossos filhos. Ela me perguntou: *“Deputado, é verdade que, com essa reforma, eu não terei aposentadoria?”* De fato, a preocupação da Rita é válida e permeia a mente de muitos brasileiros, Brasil a fora, porque eles foram



inundados com mentiras, com desinformação, por aqueles que, a qualquer custo, querem buscar o discurso fácil, palatável e que de alguma maneira conduza, na opinião desses, a votos, a poder político, à manutenção nos seus cargos.

No entanto, há aqui aqueles que, como eu, têm compromisso com a verdade. E, sim, é possível que todos nós sejamos seduzidos pelo apelo do discurso fácil.

Eu gostaria de ter dito para a Rita e para muitos brasileiros que não é necessária a reforma da Previdência, que não é necessário que façamos isso, mas tive que explicar a verdade. E, para isso, temos que ter coragem e responsabilidade. Disse que, se isso não acontecer, se não fizermos a reforma, a aposentadoria dela e a de milhões de brasileiros serão, sim, comprometidas; que, quando pagamos o benefício, a nossa contribuição previdenciária, nós não recolhemos para a nossa aposentadoria, para o futuro, nós pagamos a aposentadoria dos nossos pais, a aposentadoria dos nossos avós. E assim farão os nossos filhos e os nossos netos.

O Brasil envelheceu em 30 anos, Sr. Presidente, mais do que a França envelheceu em 100 anos. Houve uma queda gravíssima no número de nascimentos de crianças. É óbvio que essa conta, de mais gente recebendo e menos gente contribuindo, não há de fechar.

Recebemos aqui uma proposta do Governo que era mais dura, que era difícil; recebemos do Governo uma proposta que infligiria, sim, aos brasileiros um sacrifício muito maior e lutamos dia a dia, no debate desta Comissão, para que a sustentabilidade da nossa Previdência pudesse ser feita com sacrifício menor por parte dos brasileiros.

Eu fico feliz, Sr. Presidente, de ter combatido o bom combate, de ao mesmo tempo ter buscado a sustentação da nossa Previdência com responsabilidade, mas com menos sacrifícios para os brasileiros, a exemplo do resultado a que chegamos aqui, com grandes avanços nessa proposta.

Não ajustar a Previdência seria colocar em risco a aposentadoria da Rita e de milhões e milhões de brasileiros. Isso, Sr. Presidente, não é para mim uma opção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao Deputado Weliton Prado, pelo PMB.

V.Exa. tem o tempo de 5 minutos, Deputado. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Sr. Presidente, gostaria que fosse restabelecido o meu tempo.

Quero dizer que a reforma da Previdência Social é uma verdadeira maldade, é uma injustiça com os trabalhadores, com os servidores públicos, com as mulheres, que são as mais prejudicadas. O Governo propôs mudanças drásticas. Isso não é uma reforma. Por exemplo, uma casa você reforma para melhorá-la. O Governo quer acabar com a Previdência Social. Em vez de mexer nos direitos dos trabalhadores, o Governo deveria primeiro fazer o seu dever de casa.

E cito dez pontos nos quais o Governo poderia mexer, antes de pensar em acabar com a Previdência Social.

O Governo poderia acabar com os benefícios fiscais. Há dados oficiais, inclusive da ANFIP, segundo os quais, só em 2015, o Governo abriu mão de uma receita em torno de 60 bilhões.

O Governo poderia cobrar dos devedores. Temos dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dados oficiais, segundo os quais o Governo tem para receber uma dívida ativa que chega à marca impressionante de 1,5 trilhão — 1,5 trilhão. O Governo deveria cobrar de quem deve. São dados oficiais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O Governo poderia combater a sonegação fiscal. Temos dados oficiais sobre isso também — números oficiais.

O Governo poderia acabar com a DRU, a Desvinculação de Receitas da União. O Governo fala em rombo, mas 30% — 30%— do que é destinado para a Seguridade Social ele simplesmente desvia para pagar outras contas que não têm nada a ver com o que está previsto na Constituição. Então, é preciso extinguir, é preciso acabar com a DRU.

O Governo poderia combater as fraudes previdenciárias. Temos dados oficiais sobre isso também. É grande o número de fraudes previdenciárias. O Tribunal de Contas da União conferiu que 12,5 milhões de benefícios por tempo de serviço e por idade pagos em 2016 pelo instituto de Previdência tinham problemas. São dados oficiais. O Governo poderia agir com honestidade e falar a verdade. Não há déficit na Previdência. Isso não é verdade.



Outro ponto: o Governo poderia gastar o nosso dinheiro de forma realmente austera. Em relação a gastos com publicidade — com publicidade falsa —, temos dados oficiais que mostram que, em 2016, foram gastos quase 400 milhões de reais.

O Governo poderia fazer auditoria da dívida pública, que é uma verdadeira caixa-preta. Ele poderia auditar a nossa dívida pública.

O Governo poderia implementar de uma vez a reforma tributária e conversar com quem de direito, que é o trabalhador. Infelizmente, o Governo quer implementar uma reforma goela abaixo, de qualquer maneira, a qualquer preço. Isso nós não podemos aceitar, não podemos admitir.

Além disso — citei que eram dez pontos —, o Governo poderia taxar os bancos. Esse é o 11º ponto.

E o 12º ponto: o Governo poderia taxar as grandes fortunas.

Infelizmente, o Governo não faz nada disso. Ele estabelece uma reforma tributária sem conversar com o trabalhador, goela abaixo, e acaba com a Previdência Social. Por quê? As novas gerações não vão pagar a contribuição porque não vão ter interesse, somadas a reforma trabalhista e a as mudanças na lei da terceirização. Com certeza, diante dessas mudanças nas leis trabalhistas e da terceirização, vai diminuir muito o número de contribuintes da Previdência Social. E o que vai acontecer? Não só os jovens não vão ter condições de aposentar. O Governo não vai ter dinheiro para pagar quem já é aposentado, porque não vai haver quem contribua. Qual é o objetivo do Governo? Levar todo mundo para a previdência privada, favorecer o sistema financeiro, favorecer os bancos.

Então, o nosso posicionamento, o posicionamento do PMB, é claro. Tenho inclusive um compromisso registrado em cartório. No Governo anterior, eu votei contra essas medidas e fui perseguido. Eu não tinha nenhum cargo no Governo anterior e continuo na mesma posição agora. Não voto nenhum projeto que seja contra os servidores públicos, que seja contra os aposentados, que seja contra os trabalhadores, que retire direitos dos trabalhadores. Não voto nenhum projeto que aumente impostos para pessoas mais pobres.

Essa é a nossa linha, é a linha do PMB. O PMB é totalmente contra a reforma da Previdência. Podemos perder aqui na Comissão, mas tenho certeza de que o



Governo não vai conseguir 308 votos no plenário desta Casa. Nós vamos derrotar a reforma da Previdência de uma vez por todas, vamos sepultar essa maldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao Deputado Mauro Pereira. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Mauro Pereira me alerta de que o barulho volta a atrapalhar o andamento dos trabalhos.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É o último Líder a falar. Na sequência, teremos a orientação das bancadas.

Passo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

V.Exa. tem o tempo de 10 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, colegas Deputadas e Deputados, primeiramente, quero dizer, em nome da bancada do PMDB, que todos os que estão participando desta Comissão de certa forma contribuem com o nosso País.

Gostaria de dizer que é lógico que ninguém, nenhum governo, por mais diferente que pense, vai mandar uma reforma para esta Casa, como foi mandada, porque simplesmente quis mandar, porque queria fazer uma reforma. Não. Esta reforma da Previdência Social foi enviada a esta Casa para a análise de Deputadas e Deputados, para que olhemos com presteza para o regime previdenciário do nosso País, olhemos com lupa e, ao mesmo tempo, tomemos decisões importantes para o crescimento do nosso País e para a proteção dos aposentados.

Eu quero me dirigir a todos os aposentados e pensionistas do nosso País para dizer que o primeiro foco desta reforma da Previdência é a garantia a todos os aposentados e pensionistas do recebimento da sua aposentadoria, é a certeza, a garantia de que, no futuro, vão poder chegar à boca do caixa e receber a sua aposentadoria. Esse é o principal objetivo desta reforma.

Ao mesmo tempo, nós precisamos garantir a todos os que estão prestes a se aposentar que terão a aposentadoria garantida. Esse é o foco desta reforma, esse é o objetivo desta reforma. É isso o que nós precisamos fazer para dar tranquilidade ao povo brasileiro. O povo brasileiro não pode ter a mesma insegurança que teve o



povo da Espanha, que teve o povo do nosso amigo Portugal, que teve o povo da Grécia, que teve o povo da França, que teve o povo da Alemanha. Nesses países tiveram que reduzir o salário dos aposentados, e os aposentados tiveram que voltar a trabalhar. Foi uma verdadeira covardia o que fizeram com aquele povo.

Para todos aqueles que estão em casa, para aquelas pessoas do bem, para aquelas pessoas que não têm maldade, para aquelas pessoas que querem ter tranquilidade, para aquelas pessoas que querem dormir sossegadas eu quero deixar bem claro o que nós vamos fazer. Hoje nós vamos votar o relatório desse projeto, que vai para o plenário. Vai haver mais debate no plenário, e vão ser apresentados destaques. Após ser votado no plenário, ele vai para o Senado Federal. No Senado vai ser debatido. Depois volta para a Câmara Federal.

Eu estou dizendo isso porque nós temos, sim, uma maneira de fazer política correta e honesta, mas, infelizmente, existem pessoas que não têm essa sinceridade ao fazer política. Em 2015, como Deputado Federal da bancada do Rio Grande do Sul, eu votei a favor da reforma de Dilma Rousseff nesta Casa, votei favoravelmente. Votei porque quero o melhor para o nosso País. Mas, infelizmente, nós assistimos... O povo brasileiro é um povo inteligente, é um povo culto, é um povo politizado e foi para as ruas pedir a retirada da Presidente Dilma porque estava assistindo ao desmonte do nosso País, porque estava assistindo à corrupção, ao que foi feito no nosso País, foi porque a Presidente Dilma Rousseff não pagava mais as contas. Os hospitais não recebiam, os fornecedores não recebiam, os juros não eram mais pagos. Por quê? Porque o Governo já estava quebrado lá em 2015, em 2016. O Presidente Michel Temer pagou todos os Restos a Pagar agora, no final do ano passado, devido ao nosso trabalho, devido às votações que nós fizemos nesta Casa nos últimos 9 meses. Foram 57 os projetos que nós votamos e que deram esta tranquilidade ao nosso País, que deram a segurança jurídica de agora. O juro vem caindo, a inflação vem caindo. Esse é o nosso trabalho sério.

Eu quero dizer com toda a tranquilidade: o Presidente Temer não vai mandar dinheiro para Angola, não vai mandar dinheiro para Cuba, não vai mandar dinheiro para a Venezuela, não vai perdoar dívida de ninguém. Isso nós não vamos fazer. Isso foi feito no Governo passado, fora a corrupção. E esse dinheiro está fazendo falta hoje — está fazendo falta hoje. Todo o dinheiro da corrupção, todo o dinheiro



que foi dado de presente para os países que eram amigos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, todo esse dinheiro está fazendo falta hoje. *(Manifestação no plenário.)*

Nós precisamos, sim, votar esta reforma da Previdência. Estamos debatendo e a melhoramos muito. O nosso Presidente e o nosso Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, nos últimos meses, fora as audiências públicas, fora o dia a dia, fora o debate com as pessoas... *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, seria bom que houvesse educação. Existem pessoas que quebram o Brasil e ainda não têm educação! Poxa, eu estou falando! O pessoal do PCdoB nem educação tem. Poxa, que falta de educação!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Vamos garantir a palavra ao orador.

Por favor, silêncio. Por favor.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Que falta de educação!

Que falta de educação do PCdoB — vou dar o nome —, do PCdoB. Quebraram o Brasil, foram puxadinho do PT e continuam atrapalhando o Brasil! *(Manifestação no plenário.)* Eu gostaria de dizer que nós vamos debater...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Vá buscar Cunha lá na cadeia! Respeite o PCdoB!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - O PCdoB não respeitou o Brasil. *(Manifestação no plenário.)*

Nós vamos debater, nós vamos continuar o debate no plenário. Nós já melhoramos o projeto. Este projeto já foi melhorado. Nós já conseguimos fazer grandes avanços neste projeto. Eu não tenho dúvida nenhuma de que as Deputadas e os Deputados, aqueles que têm o poder de negociação, aqueles que têm o poder de respeitar as pessoas, aqueles que respeitam as autoridades, vão conseguir, sim, mais avanços ainda. O Plenário é soberano, o Plenário é soberano! Nós vamos



continuar este debate, este debate positivo, este debate que vem para salvar o nosso País.

Nós precisamos mostrar para o mundo, mostrar para os investidores nacionais, para os geradores de emprego que o Brasil é um país sério. Nós já fizemos a reforma trabalhista. O Brasil é um país sério. Quem investir no nosso País vai ter a segurança jurídica, vai ter a segurança de que os aposentados irão receber o seu salário em dia. Isso tem extrema importância.

O que nós devemos fazer é dar garantia para 32 milhões de aposentados e, ao mesmo tempo, proteger aqueles que irão se aposentar. É o que nós estamos fazendo.

De tudo o que a Oposição falou nos últimos 2 meses — a Central Única dos Trabalhadores — CUT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil — CTB e outras centrais sindicais —, não se aproveita nada, a bem dizer. Eles trabalham com o desespero das pessoas, eles trabalham com mentiras. É isso o que eles fazem.

Quero dizer ao povo do nosso País, que está em casa, que quer viver em paz: as senhoras e os senhores podem ficar tranquilos porque nós Deputados Federais que tiraram o Governo que destruiu o Brasil, estamos votando essas reformas para o bem dos nossos filhos, dos nossos netos e dos aposentados, que precisam ter a certeza, a garantia de que vão receber o seu salário. É esse o nosso objetivo.

Deputado Nelson Marquezelli, quero lembrar que o debate continua. Esta ainda é a primeira votação. A proposta vai para o plenário da Câmara dos Deputados, depois vai para o Senado Federal e volta para o plenário. Muita água vai passar embaixo da ponte.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que os Deputados do bem, os Deputados que querem o melhor para o País...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Os Deputados que querem o melhor para o nosso País vão poder negociar, sim, com o Ministro Henrique Meirelles, com o Presidente Michel Temer, que é uma pessoa sensata e educada; e entre nós, para



que nós possamos fazer uma reforma que salve o nosso Brasil, porque o PT deixou de joelhos o nosso País perante o mundo.

Era isso, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, peço que sirvam água. O pessoal está pedindo água.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos à orientação das bancadas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, quero só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Orientação das bancadas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, é o Deputado Pompeo de Mattos. Quero só uma informação. Eu queria pedir a atenção do Sr. Relator, que pudesse nos informar...

Sr. Relator, por favor, quero só uma informação. Eu falei com V.Exa., mas publicamente está um zum-zum-zum aqui, e há um pouco de incompreensão.

Nós havíamos pedido a inclusão das Guardas Municipais. Está bem? E V.Exa. tinha incluído os agentes penitenciários e os agentes de segurança socioeducativos. Agora, a informação que nós temos é a de que não foram incluídos os guardas municipais e de que teriam sido retirados os agentes penitenciários e os agentes socioeducativos — ou nem incluídos.

Gostaria que V.Exa. esclarecesse isso para nós, porque vamos ter tempo para fazer esse debate no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já foi esclarecido, Deputado. V.Exa. não estava presente. Já foi esclarecido.

Orientação de bancadas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o zum-zum-zum está grande aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E agora nós vamos seguir o nosso encaminhamento pelo zum-zum-zum?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas está todo mundo em dúvidas, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos orientar as bancadas.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Deputado Mauro Pereira, como vota o PMDB? V.Exa. tem 1 minuto para a orientação.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, para que nós possamos continuar este debate, que é de extrema importância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, o PT vota contrariamente a esse desmonte da previdência pública como direito social.

Este Governo não tem legitimidade. Diria mais: este Parlamento tem pequena legitimidade para apreciar esta matéria. Eu compreendo ajuste, reforma e sustentabilidade pelos dois lados: pelo lado da receita e pelo lado da despesa. Nós os fizemos, em 2015, pelo lado da despesa, com o fator 85/95. O que se propõe com esta reforma, antes de se implementar o fator 85/95, é o fator 102 para as mulheres e 105 para os homens. Isso é uma vergonha, isso é um absurdo!

Portanto, o PT continua defendendo a sustentabilidade, mas pelo lado da receita, com o qual este Governo não tem compromisso, porque tem compromisso com o mercado financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSDB, Deputado Ricardo Tripoli?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, antes de declarar o voto do PSDB, quero fazer um elogio não só ao Relator, mas também aos membros do PSDB que participaram efetivamente desta Comissão e fizeram de tudo para podermos chegar ao momento em que estamos agora, de votar esta matéria.

O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PP, Deputado Maia Filho?

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, gostaria de pedir que fosse agregado o tempo da Liderança.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é o tempo da Liderança do PP? (*Pausa.*)

V.Exa. tem 11 minutos, Deputado Maia Filho.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, talvez nem seja necessário utilizar os 11 minutos. Quero apenas pedir aos colegas, aos assessores, à imprensa que nos ajudem — a nós Deputados — a passar a nossa mensagem.

Gostaria de dizer que, nos últimos dias, nas últimas semanas, nós temos recebido uma pressão tremenda no nosso Estado, das organizações sindicais, através das mídias sociais.

Sr. Presidente, eu não vou dizer que o povo brasileiro é a favor da reforma da Previdência, porque as pesquisas quantitativas mostram diferente...

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Eu queria pedir silêncio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, silêncio!

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Queria dizer, apesar de tudo isso, apesar das pesquisas, da pressão, de as pessoas dizerem que quem votar não volta, uma frase do grande jurista e político Rui Barbosa: "*A todos os elogios do mundo prefiro o aplauso da minha consciência*".

Se o Parlamento brasileiro não tiver a coragem de fazer uma reforma que é de consenso na consciência de cada um, uma reforma indispensável para a sobrevivência do Brasil, talvez nós não mereçamos estar Deputados, porque estaremos colocando o nosso mandato acima do interesse do Brasil, acima do interesse nacional.

Sr. Presidente, eu não quero fazer comparações a Rio de Janeiro, a Rio Grande do Sul ou à Grécia. Não. Quero dizer que o comprometimento do PIB da França com a Previdência é muito menor do que o comprometimento do PIB do Brasil com a Previdência. Em 2010, 70% dos franceses eram contra a reforma da Previdência que aumentava de 65 anos para 67 anos a idade mínima de contribuição.

Todos os Governos passados — do PSDB, do PT e agora do PMDB — sabiam da necessidade da reforma da Previdência. Participamos de reuniões com o então Ministro Joaquim Levy, ainda no Governo iniciado pela Presidente Dilma, em



que ela defendia a reforma da Previdência, e nos posicionamos a favor, porque sabíamos das consequências de uma atitude nossa aqui para o Brasil.

O déficit da Previdência é claro, é notório. Não é preciso ser um grande especialista em contabilidade para saber que nós arrecadamos menos do que pagamos. Não é preciso fazer muito esforço intelectual para entender que a situação demográfica do Brasil mudou. Isso é Matemática, isso é fato.

Agora, seria muito bom se nós pudéssemos deixar algumas concessões que muitos querem, mas o Brasil não pode pagar essa conta. Então, há de haver, dentro do Congresso Nacional, a voz da racionalidade. Há de haver aqui a voz da sensatez.

As pessoas, como ocorreu na França, como ocorreu na Espanha, têm muita dificuldade, Sr. Presidente, de ficar a favor de uma reforma a partir da qual lhes digam: *“Cidadão, você vai ter que trabalhar mais alguns anos para poder se aposentar”*. Se o povo pudesse escolher, ele escolheria se aposentar com 40 anos de idade.

Nós representamos o Poder Legislativo de uma nação em que eu ainda acredito. Acredito no nosso futuro. E o nosso futuro não pode ser contagiado por decisões contaminadas de viés político, de disputas partidárias, de proselitismo político. Nós temos que ter a racionalidade de mostrar que o Congresso Nacional tem responsabilidade e não vai fazer discurso para agradar nenhuma plateia.

Eu sei que é difícil chegar para o cidadão brasileiro, que escuta tanta notícia ruim, tanta denúncia, tanta citação — muitas vezes injusta e exagerada —, pela imprensa, e dizer que esses mesmos políticos é que vão fazer a reforma da Previdência, mas fomos eleitos, fomos escolhidos.

Seria muito fácil, seria muito tranquilo para mim, Sr. Presidente, votar contrariamente à reforma da Previdência. Eu iria agradar o eleitorado, mas não iria agradar a minha consciência.

Eu queria dizer que o Relator fez, sim, algumas concessões, principalmente naquilo que mais nos preocupava, ou seja, as de caráter mais social. No início foi proposto que o Benefício de Prestação Continuada seria menor que o salário. Isso foi mudado. O valor da pensão foi mudado para no mínimo um salário mínimo.

Quanto à questão dos aposentados rurais, eu que fui Prefeito de uma cidade pequena do Semiárido do Piauí, um lugar que talvez tenha o menor PIB individual do



País, um dos lugares em que a Previdência Social e os empregos dos Estados, dos Municípios e as bolsas sociais são a principal base da economia, mais do que nunca conheço a situação do trabalhador rural e sei a função social que a Previdência tem para o trabalhador rural. Então, nós apoiamos a manutenção da idade mínima de 60 anos para o trabalhador rural, mas não vamos aceitar, em plenário, que haja uma contribuição, que chamam de simbólica, de 40 reais. Quarenta reais por mês é um valor simbólico para nós Deputados, mas não é um valor simbólico para aquele trabalhador rural que sobrevive da agricultura familiar. Certamente ele não vai poder pagar. O valor tem que ser simbólico mesmo. Temos que fazer o nosso esforço.

Eu queria dizer a todos os brasileiros, especialmente ao povo do Piauí que me escuta, ao nosso Governador, que também nos fez o apelo para não votarmos a favor da reforma da Previdência... Eu respeito muito a sua atuação no Estado do Piauí, mas, diante da nossa consciência e da necessidade deste momento, não podemos, por causa de querelas pessoais e partidárias, por questões pequenas, por causa das eleições de 2018 e dos nossos mandatos, deixar o Brasil entrar no caos.

A Venezuela está invadindo o Brasil através de Roraima. Se nós não tivermos condições básicas, num país rico como o nosso, de fazer gestão pública, não teremos para aonde mandar os brasileiros. E é muito pior a incerteza, para quem é aposentado ou para quem vai se aposentar, como aconteceu em vários países, de que vai receber o seu benefício da Previdência, do que o nosso sacrifício de fazer uma reforma que é necessária.

É por isso, Sr. Presidente, que vou votar de forma tranquila, por convicção. Poderia até votar contra — e algumas pessoas falaram em cargos; eu não tenho nenhum cargo no Governo para ser subtraído —, mas vou votar com convicção, com a ideia de que nós vamos fazer o Brasil melhorar. E o Brasil vai melhorar, como disse um Deputado, até para os partidos que estão aqui e que podem ser os próximos gestores da Nação.

Queremos o Brasil organizado, com perspectiva de crescimento. O nosso Brasil é rico, o nosso Brasil tem um povo trabalhador e cheio de vontade de crescer. As pessoas só querem ter uma oportunidade e querem essa resposta de nós. Precisamos ter coragem, precisamos mostrar o caminho certo, precisamos mostrar aquilo que manda a prudência, aquilo que manda a sensatez.



Então, eu deixo aqui registrado, finalizando o nosso tempo, o direcionamento do PP. A partir deste momento, as pessoas vão compreender a necessidade desta reforma, que tanto quis fazer o PT, que tanto quis fazer o PSDB e de que tanto precisa o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado Maia Filho.

Como vota o PR, Deputado Bilac Pinto?

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, o PR vota favoravelmente ao relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PSD, Deputado Reinhold Stephanes?

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - O PSD vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO BEBETO - Peço que acumule, Sr. Presidente, os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem 4 minutos, Deputado Beбето.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, nós estamos assistindo a um verdadeiro desfile de caras de pau. Parte dos Deputados da base do Governo vêm aqui apresentar uma narrativa que faz parte de uma mentira que se construiu para iludir o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início dos trabalhos desta Comissão, nós todos aqui estabelecemos que seria uma condição fundamental a equalização de dados técnicos, para asseverarmos a existência ou não do déficit da Previdência Social. Os Deputados que compõem a base do Governo e que hoje desfilam aqui um conjunto de mentiras se comprometeram, naquela quadra, a trazer aqui representante do Tribunal de Contas da União, para, como órgão de controle, fazer a aferição dos dados, aprofundar os estudos de natureza técnica e chegar ao resultado da existência ou não desse déficit da Previdência. Isso seria fundamental para a superação do debate político e o aprofundamento da condição absolutamente técnica, mas os mesmos Deputados que se comprometeram, posteriormente,



retiraram essa condição, Sr. Presidente, e o Tribunal de Contas da União não fez os estudos de que precisaríamos.

Mais do que isso, encarecemos a necessidade dos dados para uma análise atuarial, dos microdados, desagregadamente, para compreender o substrato da proposta que seria apresentada pelo próprio Relator. Isso não chegou.

E agora vêm dizer que aqueles que se posicionam contra a reforma não querem o bem do País. Não é verdade, não é verdade. O que nós não queremos é enganar a população. O viés desta reforma é, claramente, o de beneficiar a banca, é o de beneficiar banqueiros. Daí por que a aplicação discricionária da DRU sobre parte das receitas previdenciárias, exatamente para pagar a banqueiros. É isso o que o Governo não diz, que não tem a coragem de dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse viés de reforma é penalizador para a população mais pobre, porque incidirá sobre os trabalhadores rurais. Propondo a individualização para os agricultores familiares, nós estamos achatando a sua renda e promovendo, portanto, empobrecimento. Atacam-se os servidos públicos, acaba-se com a regra de transição e com a paridade e se penalizam os servidores públicos.

Os agentes de segurança pública sofreram, por parte deles, um passa-moleque. Dizem que a alteração foi feita por WhatsApp. Como o WhatsApp caiu, talvez a justificativa tenha sido esta: *“Retiramos porque não tivemos mais contato via WhatsApp para reincluir os agentes penitenciários”*. Mas retiraram! E isso é um passa-moleque, publicamente.

O próprio Relator e V.Exa. assumiram o compromisso de que eles seriam incluídos, e não o foram, em nome de uma pequenez política, apenas por causa de uma ocupação ou de uma manifestação. Não é razoável, não é razoável, Sr. Presidente!

O PSB já decidiu, na sua Direção Nacional, que se perfilaria, na votação das duas reformas, a trabalhista e a previdenciária, como fechamento de questão, ao lado da nossa história e ao lado do povo brasileiro. Porque nós temos opção pelos mais pobres, vamos votar “não”, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado.

Como vota o DEM, Deputado Carlos Melles?



O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em nome dos democratas, eu quero cumprimentar o Presidente, a relatoria, os membros desta Comissão, a assessoria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem viveu aqui em 1995, 1996, 1997 e 1998 parece estar revivendo aquele cenário em que a Oposição falava a mesma coisa que fala hoje. É impressionante o discurso, que eu não vou chamar, como chamou o Deputado Bebeto, de mentiroso, de vazio ou de irresponsável. Os discursos se assemelham muito. E fizemos naquela época as reformas, iniciamos a reforma da Previdência.

Em 2005, aprovamos a reforma do Governo, enquanto nós Oposição também apoiávamos uma nova reforma da Previdência,...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - ...mais uma etapa da reforma. Estamos atrasados em muitos anos nessa reforma, Sr. Presidente.

O Democratas, de maneira serena, vendo que foram atendidos a educação, a segurança, o meio rural, a mulher, o benefício continuado e a transição, vota "sim" à reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado Melles. Como vota o PRB? *(Pausa.)*

V.Exa. vai somar o tempo da Liderança?

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. *(Pausa.)*

Deputado Vinicius, V.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sempre nos posicionamos contra o texto original da reforma que veio do Executivo. Éramos completamente contra aquele texto, Deputado Arthur Maia. Mas, após analisarmos a proposta, até pela nossa formação jurídica, com especialização em Direito Previdenciário, observamos um gasto público com previdência em torno de 12% do PIB e crescente. E desse gasto, Sr. Presidente, Sr. Relator, amigos



Deputados, 8% dizem respeito ao Regime Geral, como todos sabem, e 4% estão voltados para o Regime Próprio de Previdência.

Um ponto que coloco em consideração é o fato de que, a meu ver, essa reforma deveria, Deputado Arthur Maia, ser ampla e irrestrita, inclusive com a presença dos militares. Mas isso é fato passado. Não vamos entrar nesse mérito, porque uma reforma precisa ser feita.

Eu já disse a V.Exa. que dois terços do gasto do Regime Geral de Previdência se dão com o trabalhador rural. Deixei isso bem claro. V.Exa. me apresentou as razões para não fazer as mudanças, e eu respeitei a sua posição. Mas vejo que existe de fato um problema que precisa ser sanado, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Deputados.

Independentemente do fato de esse texto, Sr. Relator, com todo o respeito e consideração a V.Exa., ainda estar aquém do que esperávamos que fosse feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Assis, V.Exa. está atrapalhando o colega.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Este não é o momento de fazer gravação, com todo o respeito, Deputado Givaldo Carimbão. Eu peço respeito aos demais colegas. Este não é o momento de fazermos isso. Peço que isso seja feito lá fora. V.Exa. está atrapalhando o Deputado Vinicius.

Por favor, reponham 1 minuto ao tempo do Deputado Vinicius.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Vou ser breve, Sr. Presidente.

Como estávamos falando, nós temos na nossa consciência, Sr. Presidente, Sr. Relator e amigos, que existe um problema muito sério com relação à previdência social, e nós devemos atuar para saná-lo, não porque estejamos satisfeitos ou não com o texto do Relator. Nós temos que atuar com a nossa responsabilidade para conter esse disparate do crescimento do déficit público que diz respeito à parte da previdência.

A grande questão que levantamos aqui é que, se continuar do jeito que está, não vai haver possibilidade de manutenção do sistema previdenciário. Esse é o “x” da questão. Então, gostemos ou não do texto que está sendo apresentado — e, diga-se de passagem, está muito melhor do que foi apresentado originalmente,



todos não de concordar —, nós temos que atuar de forma que todos aqueles que passarem a ser beneficiados pela previdência social no futuro possam ter a garantia de receber seu benefício previdenciário, seja no Regime Geral, seja no Regime Próprio. Nós devemos garantir isso.

Por conta dessa responsabilidade, volto a dizer, o texto não é o que nós pensávamos, não é a perfeição, mas é o melhor que acreditamos que o Relator pôde fazer. Por isso, o PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado.

Vamos em frente.

Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, o PDT já teve a oportunidade de demonstrar ao Relator, o Deputado Arthur Maia, com argumentação técnica, a falácia que é dizer que este novo relatório minimizou perdas para as mulheres, minimizou perdas com o tempo de transição. Então, não vou me ater mais a isso.

Apenas gostaria de ressaltar que o PDT, que tem na minha pessoa e na do Deputado Assis do Couto os membros nesta Comissão, por delegação da nossa bancada e do nosso Líder, o Deputado Weverton Rocha, fechou questão em uma convenção nacional, porque nós não queremos fazer parte, como Brizola bem disse, do “vergonhódromo” de que certamente muitos farão ao votar a favor dessas reformas que estão sendo pautadas por este Governo ilegítimo.

Não tenho dúvidas ao dizer que esta reforma interessa muito ao sistema financeiro nacional, que está rindo à toa, porque vai ver os planos de previdência privada dispararem.

O PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Marquezelli, para dizer como vota o PTB.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, sem delongas, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade, Deputado Paulinho? V.Exa. tem 1 minuto.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, o Solidariedade concorda com as falas de alguns Deputados da base, no sentido de que nós passamos pela maior crise econômica da história. Mas o Governo não pode imaginar que vai tirar o País da crise só nas costas dos trabalhadores, que é o que vem acontecendo, por meio da reforma trabalhista, da reforma da previdência, da aprovação da terceirização. Nada se pede ao sistema financeiro, nem ao grande empresariado brasileiro.

Essa crise não é só dos trabalhadores. Para tirar o País da crise, é preciso que todo o mundo pague. Em razão disso e por não concordar com a idade mínima estabelecida para aposentadoria — 65 anos para homens é uma idade inaceitável; 62 anos para mulheres é uma idade inaceitável — e com a transição injusta que foi estabelecida pelo Relator, o Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PTN, Deputado Baldy? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PCdoB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, aumentem o volume do som.

O PTN vota “sim”.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O PTN vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em alto e bom tom, nós gostaríamos de dizer, em primeiro lugar, que o PCdoB não vota naquilo que prejudica e que lamentavelmente exaure a possibilidade de milhões de brasileiros chegarem à aposentadoria. O relatório é ruim. O relatório é inepto. É uma encomenda do mercado financeiro. Isso envergonha o Brasil e não defende os pobres.

O PCdoB tem muita clareza sobre isso e se comportou educadamente no plenário. Eu ressalto, neste momento, que nenhum de nós foi escorraçado de eventos e que eventos não deixaram de começar pela nossa presença. Temos a



clareza de defender os interesses do pacto solidário, do pacto geracional que é a previdência social pública.

Não à privatização da previdência!

O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSC?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR VICTÓRIO GALLI - O PSC está de acordo com o Relator. Nós votamos “sim” porque acreditamos que vamos garantir aposentadoria para nossos filhos e nossos netos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PHS?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira — e me dirijo à Nação porque mexerá com todos os brasileiros esta votação que correrá, primeiro, na Comissão, depois, no Plenário —, a letras P e H do nome do meu partido significam “Partido” e “Humanista”. Se somos humanistas, não podemos defender o capital. Não é justo, nos meus 60 anos de idade, integrando um partido que tem vários companheiros — e hoje discutimos isso com a Executiva Nacional —, tirar de quem não tem para dar a quem tem.

Na minha vida pública, nunca vi um político, para resolver um problema, tirar de quem não tem para dar a quem tem. Onde está o princípio da solidariedade?

O PHS se mantém firme e votará “não”, inclusive com o respaldo da Executiva Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PPS?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O PPS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quero registrar o voto “sim” do PPS.

Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro, o PSOL, nesta manifestação final, quer se solidarizar com todas as mulheres brasileiras, que terão que trabalhar muito mais para se aposentar — as professoras, as policiais, todas as



mulheres brasileiras — e os mais pobres deste País — 90% ganham um salário mínimo —, que terão que contribuir por pelo menos 25 anos e trabalhar até os 65 anos de idade para se aposentar.

Segundo, o PSOL quer convocar o povo brasileiro que foi hostilizado pela reforma da previdência deste Governo corrupto para que venha a Brasília, cerque o Congresso Nacional e exija os seus direitos. Querem votar contra a vontade popular e vão ter que responder por isso.

Por essas razões, o PSOL grita, em alto e bom som: “não” à reforma da previdência!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PV, Deputado Evandro Gussi?

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, nós ouvimos os melhores especialistas sobre o tema. O nível de déficit da previdência é inquestionável. A responsabilidade e o compromisso com o Brasil nos levam a perceber claramente que, se nós não reformarmos bem a previdência, as pessoas vão ficar sem ela.

Trabalhamos muito nesta Comissão para avançar em pontos que garantissem a sustentação do sistema, para permitir que a atual e as próximas gerações tenham direito à aposentadoria. Trabalhamos também para sacrificar o menos possível o povo brasileiro. Não tenho dúvida de que conseguimos fazer isso.

Não é atrás do sorriso e do aplauso fácil que nós vamos correr. O julgamento da política não é necessariamente o da eleição, mas o da história. Por isso nós votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, por uma deferência do Deputado Eros Biondini, que é o Líder do PROS, como suplente, ele pediu para eu fazer a orientação pelo partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu queria pedir 1 minuto a V.Exa., a partir de agora, só por consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pois não. Que se reponha o tempo.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Relator, há pessoas que dizem que nós não queremos colaborar com o Brasil, então é importante ressaltar aqui que nós queremos colaborar sim.

A proposta de permitir aposentadoria especial, mas exigir 40 anos, no mínimo, de contribuição para não ter que pagar pedágio faz com que um professor ou um policial, por exemplo, que comece a trabalhar com 20 anos de idade tenha que trabalhar no mínimo até os 60 anos. É uma incoerência do relatório de V.Exa. Eu quero outra discussão com relação a isso. O PROS quer discutir. E V.Exa. também não colocou no relatório.

A audácia deste Governo chega a ponto de propor pagar trabalhador rural com alojamento e alimentação. Como vai ser feita a aposentadoria desse trabalhador, se ele não vai receber salário? Vai continuar recebendo alojamento e alimentação por quantos anos, Relator?

Isso não está no seu relatório. O seu relatório não veio melhorar o que o Governo encaminhou. Ficou a mesma coisa.

O PROS vai votar “não”, assim como o PSB, partido que eu represento e que já orientou o voto “não”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

Pede o Deputado Molon, e eu reforço o pedido de S.Exa., silêncio para que nós possamos concluir.

Pergunto como vota a Rede, Deputado Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não é reforma, é desmonte. Não conserta, estraga. Não é avanço, é retrocesso. Não é a favor do povo, é contra ele. Não é justa, é injusta. Não inclui, mas exclui. Não respeita direitos, mas os retira. Ataca mulheres, trabalhadores rurais, professoras, acidentados, viúvas, órfãos, pessoas com deficiência, pobres e miseráveis.

Fazer tudo isso não é coragem, é covardia.

Por tudo isso, a Rede vota “não” a esta proposta de reforma da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PEN?

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Sr. Presidente, eu peço que ao meu tempo seja somado o tempo de Líder.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Peço a inclusão dos 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O PEN tem direito a 5 minutos. Então, Deputado Marreca, V.Exa. tem 6 minutos.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Obrigado.

Sr. Presidente, nós precisamos entender que isso aqui não é realmente um campo de batalha, e, sim, um ato de responsabilidade ao tratar a vida dos brasileiros.

Precisamos entender também que a reforma da previdência não é algo novo. Isso vem também do Governo anterior, do qual eu fazia parte. Nele já se tratava de reforma da previdência, de reforma trabalhista e também da terceirização.

Nós só precisamos chegar a um consenso sobre se são mais 2 anos ou menos 2 anos, mas há entendimento em todo o resto. Alguns fazem discursos maiores e mais agressivos; outros, menores e mais maleáveis, mas nós precisamos entender que realmente é preciso fazer uma reforma.

A reforma é necessária para que não cometamos o pecado de, num futuro próximo, derrarmos sangue, porque não teremos condições de pagar aos nossos aposentados este bem tão precioso, a aposentadoria, que se conquista ao longo da vida para ter tranquilidade.

Se concordamos que é necessário fazer uma reforma e se ela vai precisar tirar 2 ou colocar 2 anos — viu, Deputado Julio? —, o importante é que há consenso sobre a necessidade de uma reforma.

A Nação brasileira tem que entender que tanto a Oposição como o Governo sabem que é necessária esta reforma. Então, deixemos de mediocridades. Deixemos de colocar complicações diante de uma situação tão necessária.

Temos que agir com responsabilidade, porque somos representantes do povo. É muito melhor a pessoa trabalhar mais alguns anos e garantir o seu direito do que não trabalhar e daqui a pouco sofrer o que aconteceu na Grécia, onde se está descontando 30% a 40% do salário do trabalhador. Aí, sim, haverá perda salarial. Então há necessidade de uma reforma, sim.



Vamos discutir no plenário. Este é um primeiro embate, Sr. Relator — é um primeiro embate. Temos questões relativas à mulher que vamos discutir também no plenário. Como não? Há outras questões maiores que vamos discutir.

Vamos discutir a questão do Judiciário e Ministério Público, cujas emendas V.Exa. não acatou. Serão feitos destaques em plenário. Tudo vai se construir ao longo desta caminhada. A proposta ainda vai ao plenário, vai ao Senado e volta para cá, para uma nova discussão.

É importante dizer à sociedade brasileira, ao trabalhador brasileiro, que isso não se encerra aqui; isso se inicia aqui. Esse é o início de um trabalho. Mas é importante...

Deputado Marun, eu gostaria de silêncio, porque eu também preciso ser ouvido, não é? Eu ouvi todo o mundo com educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a V.Exa. 30 segundos a mais.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - É preciso, também, porque é uma coisa justa e importante, que o Presidente da República mostre para a população que nós vamos cobrar as dívidas dos grandes devedores deste País. Nós precisamos mostrar isso para a sociedade. Nós precisamos mostrar para o trabalhador que o Governo também tem ações fortes para cobrar as dívidas que existem — fala-se em dívidas do Bradesco e outras. Mas isso não nos dá o direito de não agir diante de uma necessidade grande como é a de se reformar a previdência.

Então, por essa situação e por saber que o debate não termina aqui, que vamos continuar o debate e vamos aprimorar mais ainda este texto, com fé em Deus e com a atenção de todos, o PEN vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PRP? (*Pausa.*)

Como vota o Governo?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, dizer que esta proposta não protege os pobres é ser surdo, mudo e cego, meu caro Deputado Paulinho. Esta proposta derruba as aposentadorias precoces que os partidos de oposição e as corporações públicas querem manter.



Por isso o Governo, com toda a sua base, é a favor da reforma, contra o atraso, contra o corporativismo, contra os privilégios, contra os altos salários, que consomem o dinheiro da saúde, o dinheiro dos pobres, o dinheiro da segurança, e contra a injustiça tributária. Votamos pela esperança, pelas novas gerações, pela geração de emprego, pelos aposentados atuais, pelos próximos aposentados e por esta base extraordinária do Governo, que vai votar a reforma de que o Brasil precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Maioria?
(Pausa.)

A Minoria vota primeiro.

O Deputado Henrique Fontana falará pela Minoria.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente.

Eu começo dizendo, Sr. Presidente, que o problema do Brasil não é o fato de os agricultores e os trabalhadores mais pobres se aposentarem com 1, 2 ou 3 salários mínimos. O problema do Brasil não é a previdência. O problema do Brasil é a economia. Nos anos de 2004 a 2014, o País teve crescimento de empregos, crescimento econômico e crescimento da receita da previdência em 54%.

O problema é que nós aqui temos que ter mais coragem para cobrar imposto justo dos mais ricos e menos covardia para atacar os mais pobres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu prefiro aquela solução que a CNBB, a OAB e 80% do povo brasileiro já compreenderam: manter a previdência social e cobrar imposto dos mais ricos, e não prejudicar o trabalhador mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Maioria?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, foi um desafio confeccionar este relatório, buscando estruturar a vida brasileira, buscando dar sustentabilidade à previdência social em nosso País, enfrentando todos aqueles que, desde a Constituinte, votam contra a população, como na apreciação do Plano



Real, da Lei de Responsabilidade Fiscal, em diversos momentos da vida do Brasil. Eles voltam, neste momento, ao mesmo procedimento, sem enfrentar com coragem o desafio e o momento que o brasileiro exige de todos nós.

O relatório preparado dá segurança à sociedade quanto aos seus propósitos. Ele dá segurança à sociedade quanto à sustentação da sua previdência. Ele dá segurança a todos nós, que vamos votar a favor, aqui e no plenário, ao texto principal e aos destaques.

Votamos “sim” ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou conceder a palavra aos oradores do PTdoB, do PSL e do PMB, simplesmente para que declarem como vota o partido, sem tempo de explanação.

Como vota o PTdoB? *(Pausa.)* Não se encontra.

Como vota o PSL? *(Pausa.)* Não se encontra.

Como vota o PMB?

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - O PMB é totalmente contra a reforma da previdência. “Não”!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

Votação.

Em votação o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós não vamos votar no painel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos votar no painel, claro! Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(Processo de votação.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O resultado da votação vai ser o número do partido do Relator, 23.

(Processo de votação.)

(Manifestação no plenário: Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a votação.

(Manifestação no plenário: Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Fora, Temer! Fora, Temer!

(Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos ao resultado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É o número do PPS, 23.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É carta marcada. Vão perder no plenário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A votação vai continuar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No plenário, vai ser diferente! No plenário, vai ser diferente! Aguardem o Plenário!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - São cartas marcadas!

(Manifestação no plenário: Ô traidor, pode esperar, a sua hora vai chegar! Ô traidor, pode esperar, a sua hora vai chegar!)

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Traidores são os petistas, que quebraram o Brasil. Traidor é quem quebrou o Brasil. Traidor é quem deixou 14 milhões de pessoas desempregadas. Traidor é o PT. Traidor é quem quebrou o nosso País. Traidor é quem quebrou o Brasil. Traidor é quem deixou 14 milhões de desempregados.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Encerrou os trabalhos, Presidente? *(Pausa.)*

Onde está o Presidente?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Traidor é quem deixou 14 milhões de pessoas desempregadas. Traidor é quem quebrou o Brasil.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Traidores do povo brasileiro! Traidores dos policiais! Traidores! Traidores!

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos dar sequência aos trabalhos.

Vou proclamar o resultado da votação.



Votaram “sim” 23 Deputados; votaram “não” 14 Deputados. Não houve abstenção. Votaram todos os membros da Comissão; 37 membros titulares expressaram a sua convicção.

Está, portanto, aprovado o parecer do Relator, ressalvados os destaques, cuja análise iniciaremos agora. *(Pausa.)*

Conforme o acordado, faremos votação em globo dos destaques individuais. Quem votar “sim” estará concordando com a admissibilidade. Quem votar “não” estará inadmitindo os destaques.

Encaminhamento...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O que aflige V.Exa.?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Presidente, vai haver primeiro a discussão sobre se vamos votar em globo ou se vai seguir o acordo sem o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos seguir o acordo sem essa discussão.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então é voto a favor ou contra os destaques em globo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Exatamente.

Encaminhamento da votação.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado André Figueiredo, do PDT.

V.Exa. tem o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, esses são os destaques em globo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em globo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Os individuais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Os individuais.

Iniciaremos depois a votação nominal dos destaques de bancada.

Este não precisa ser nominal.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Não, não precisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos lá, a palavra é sua, pelo tempo de 5 minutos, Deputado André Figueiredo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Obrigado, Presidente.

Srs. Deputados, nós aqui, evidentemente, estamos ocupando este espaço muito mais para reafirmarmos nossa posição contrária à reforma da previdência, a posição do PDT, do PCdoB, do PT, do Solidariedade, do PSB, do PHS, da Rede, do PMB e do PSOL, claro. Aqui nós estamos, acima de tudo, utilizando esse tempo para dizer que a luta continua, cada vez com mais força, porque a luta agora é de todo povo brasileiro. Os 23 votos que sepultaram a previdência no Brasil terão de prestar contas, a partir de agora, nas ruas, nas redes sociais e, principalmente, quando levarmos essa reforma para o plenário.

Argumentação técnica todos nós usamos. Então, não tenham como premissa que fazemos oposição por oposição. Nós temos tradição de luta e não nos calaremos. Diferentemente da reforma trabalhista, para a qual era necessário ter maioria simples, agora, no plenário, esclareço a todos os que nos escutam, são necessários três quintos da Casa, ou seja, 308 votos, para ratificar o que foi hoje aprovado nesta Comissão. E este Governo ilegítimo não tem esses 308 votos, a não ser que criem tantos cargos que não caberão dentro dos prédios públicos federais.

A vergonha de distribuir cargos, infelizmente, está sendo noticiada sem nenhum escrúpulo e sem aspas por parte dos grandes meios de comunicação.

Nós precisamos passar o Brasil a limpo, é verdade, mas de forma alguma com reformas dessa estirpe.

Então, a todo o povo brasileiro e a todos os companheiros e companheiras que estiveram conosco nesses meses de discussão afirmamos que continuaremos na luta, sem dúvida alguma. Gostaríamos evidentemente de aprovar os destaques simples que aí estão, como, por exemplo, o benefício para a Guarda Municipal, que não pôde ser objeto de destaque de bancada. Vários outros destaques da mesma forma notáveis seriam extremamente dignos da nossa aprovação. Mas a todas essas categorias que não puderam ser beneficiadas com destaques de bancada cabe uma ressalva: nós vamos derrotar o mérito desta reforma da previdência. Nós vamos, no plenário da Câmara dos Deputados, fazer valer a força do povo brasileiro, fazer valer o que acima de tudo o nosso sempre e eterno líder Brizola dizia: "*O Brasil*



não se cala perante as injustiças, perante os golpes". Podemos até perder em alguns momentos, mas certamente a força do nosso povo se fará ouvir agora, ao iniciarmos esse processo e até reprovarmos esta malfadada Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Enfim, estamos aqui, Sr. Presidente, na luta.

Quero aqui abrir um parêntese para parabenizar V.Exa. pela forma como conduziu os trabalhos. Mesmo tendo uma posição contrária à nossa, V.Exa. soube conduzir os trabalhos democraticamente.

A todos os colegas que aqui votaram de forma divergente digo que é tempo de repensar. É tempo de pensar mais no Brasil e menos nos interesses pessoais.

Por isso, o PDT, em nome de todos os que querem que esta reforma não passe no plenário, vota pela admissibilidade dos destaques simples.

Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, é um a favor e um contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Dois a favor e dois contra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mesmo para os destaques simples?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Houve acordo, Deputado. Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não vou usar todo o tempo. Vou encaminhar, em nome de toda a base, e depois o Deputado Julio Lopes completará o tempo. Vou entrar num assunto específico. *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. deve apertado o botão. Aperte novamente para falar, por favor.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A taxa de reposição salarial, quando o cidadão se aposenta, no mundo inteiro, é de 60%, 70%. Ninguém se aposenta com integralidade, muito menos no Brasil.

Com 25 anos de contribuição, o brasileiro terá 70% da média salarial. E, depois, nos primeiros 5 anos seguintes, acrescenta-se 1,5% para cada ano



trabalhado; para o tempo que superar 30 anos serão acrescidos 2% ao ano. Então, se o cidadão trabalhar 30 anos, já teremos a maior reposição do mundo. Se se aposentar com 35 anos de contribuição, mais ainda! E, se chegar aos 40 anos, mais ainda. Hoje isso ocorre com 35 anos. Se o cidadão se aposentar com 25 anos de contribuição, já se aposenta com 70% da média salarial. Mas é óbvio que vai trabalhar mais!

Então, Deputado André Figueiredo, mude a sua matemática ou estude melhor.

A base vota “sim” pelo Brasil, pelos aposentados, pelas alterações.

(Não identificado) - “Não”!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para encaminhar a favor, está inscrito o Deputado Major Olimpio.

V.Exa. tem 5 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, brasileiros que neste momento estão estarecidos com o posicionamento de Parlamentares e de partidos que trocaram os seus integrantes nesta Comissão, eu vejo que o resultado não foi significativo a ponto de haver uma preocupação maior da população. Com todos os cargos oferecidos, com toda a safadeza estampada, escrachada, nós tivemos uma diferença de nove votos.

Eu quero dizer a V.Exas. que houve constrangimento na fala da maioria dos Parlamentares que vieram aqui por sacrifício dizer que o projeto e o relatório foram maravilhosos, porque eles estavam dizendo: *“Olhem, fiquem tranquilos porque, no plenário, nós podemos melhorar o texto. Depois, vai para o Senado, e nós o melhoraremos lá. Eu vou garantir a minha boquinha aqui, mas o projeto está todo torto. No plenário, vai ter que ser desfeito; no Senado, vai ter que ser modificado. Depois ele voltará para cá”*. E por que nós estamos defendendo agora as emendas individuais? Porque elas eram justamente para tentar aperfeiçoar o projeto. É preciso que a população conheça o processo legislativo que se passa aqui.

E podem ter certeza que aqueles que fazem o discurso para a população, para o aposentado, para a mulher, para o trabalhador, para o servidor público, para todas as carreiras, nós vamos disponibilizar sim a informação sobre como votou e como se posicionou cada um dos Parlamentares. Podem ter certeza.



Eu quero que se dane eleição. Não estou mais preocupado com disputa eleitoral. Sou cidadão, sou policial.

Em 2018, no Estado de São Paulo, eu vou me dedicar a citar cada um dos covardes que traíram a população. Covardes! Covardes! Traíram a população.

(Não identificado) - Covarde é V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Covarde! Covarde, rapaz! Covarde! É covarde e é vendido! Covarde, rapaz! Eu sei. É covarde sim, vendeu a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Covarde! Nós vamos a Sorocaba...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está interrompida! Está interrompida a palavra. Não é esse tipo de debate que queremos aqui.

V.Exa. apresente seus argumentos, mas, por favor, respeite seus colegas.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu estou falando!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está falando e o chamando de covarde, e ele respondeu. Vamos encerrar essa discussão nesses termos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É covarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou lhe tirar a palavra. Eu vou lhe tirar a palavra! Vamos seguir em frente.

Eu quero comunicar que vou representá-lo ao Conselho de Ética.
(Manifestação no plenário.) Vou representá-lo!

Chamar de covarde não é... Vou fazer! V.Exas. acham que é natural? Acham normal ser chamado de covarde? Eu não acho e vou representá-lo sim. Vou representá-lo sim. Positivo.

V.Exa. ri de ser chamado de covarde. Eu vi lhe chamarem de várias coisas aqui. V.Exa. ri!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou representar!

Não estou falando com V.Exa.! Encerre, por favor.

(Não identificado) - Quem pensa que é para representar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou representar!

(Tumulto no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra... Passo a palavra... Quando V.Exa. retomar, nós vamos lhe devolver a palavra.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado...

Eu lhe devolvo a palavra e lhe peço que, por favor, não ofenda ninguém. Nós estamos aqui há muito tempo já. Cada um está avançando, defendendo o seu pensamento. Respeite a todos nós, e eu lhe devolvo a palavra, Deputado Major Olimpio. Eu reponho inclusive 30 segundos do seu tempo. Por favor, Deputado! Então eu vou lhe devolver agora a palavra. Está aí o microfone.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu não me referi diretamente a nenhum Parlamentar, dizendo que seja covarde. Se algum Deputado, Sr. Presidente, vestiu essa carapuça, eu topo até o debate olhando no olho. Se são defensores do santo da Odebrecht de São Paulo, aí é que vou para o pau mesmo!

Eu só quero dizer que a população tem que saber o que se passou aqui. Troca de carguinhos, troca de vantagens, comércio moral e ético. É isso! São traidores do povo brasileiro aqueles que votarem contra o povo brasileiro, que votarem contra os policiais, os agentes penitenciários, os agentes socioeducativos, os guardas municipais, os professores. Traidores são aqueles que votam contra o povo brasileiro! E é uma vergonha mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Encerrou, Deputado?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, agora eu terminei a minha fala, até para antecipar o processo de votação, agradecendo a complacência de V.Exa.. Mas pode ter certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor! Talvez eu erre, mas, sinceramente, também me sinto agredido com este chamamento: "*Covardes!*" Então, peço que nós tentemos levar este debate num bom nível, colocando com veemência as nossas posições contrárias, mas sem que agridamos uns aos outros.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Perfeitamente, Excelência. Só que, realmente, o que nós assistimos aqui é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Bom...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É uma vergonha. Deputados viraram a cara para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Vamos em frente!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O meu papel, em São Paulo, é mostrar como votou cada um dos 70.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Julio Lopes, que fará o encaminhamento contrário.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós gostaríamos, mais uma vez, de nos colocar aqui a favor de menos corporativismo no Brasil, mais oportunidades no Brasil para todos, mais prosperidade, porque os brasileiros e brasileiras precisam muito menos de assistencialismo do que de chances, de atendimento do mercado de trabalho, de oportunidades nas empresas, de seus negócios, vendo crescer as chances de eles mesmos, seus filhos e netos poderem progredir no Brasil de forma sustentável e contínua.

O que estamos tentando garantir aqui é que cada brasileiro e cada brasileira acreditem mais em si mesmos, acreditem mais na sua própria capacidade de empreender e de resolver a sua própria vida. A qualidade do Estado não está em ampliar infinitamente o número daqueles que são atendidos por programas sociais ou por subsídios. A qualidade do Estado está, Presidente Marun, em tirar do assistencialismo, em tirar do subsídio aqueles brasileiros que já não mais vão precisar disso, vão prescindir disso, vão participar de uma vida ativa, próspera e organizada.

Nós vamos votar “não”, Presidente Marun, para que esta reforma avance na sua integralidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passa-se à orientação das bancadas.

Como vota...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, encaminhei o voto por toda a base. Peço que se coloque “não” para toda a base do Governo. Houve um acordo aqui, de toda a base, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - “Não” para toda a base.



Algum partido discorda? (*Pausa.*)

“Não” para toda a base.

Como vota o PT, o Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, queremos encaminhar “sim”. São vários destaques muito importantes para o povo brasileiro. Nós compreendemos que é um absurdo que tenham aumentado a idade para a trabalhadora rural. É um absurdo e um crime aumentar o tempo de contribuição para os trabalhadores, de 15 para 25 anos.

Nós também achamos um absurdo terem aumentado a idade relativa à aposentadoria especial do idoso, para 68 anos. Isso é um crime contra os nossos idosos no País.

Na verdade, este projeto como um todo é um crime contra o País, contra as próximas gerações, mas, em especial, é um crime contra a economia brasileira.

Quem votar a favor deste projeto, acreditando na conversa fiada do mercado financeiro, vai se decepcionar, porque será muito alto o preço, do ponto de vista econômico.

Nós votamos “sim” à aprovação dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSB, Deputado Júlio Delgado?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na votação aqui da proposta original da reforma, 23 a 17, Deputado Molon. É importante lembrar que aqui os Deputados e as Lideranças podem ser substituídos. Foram substituídos exatamente cinco. Cinco foram substituídos ao longo deste processo nesta Comissão. Se tirarem cinco de lá e botarem cinco para cá, vão ver como foi a Comissão. Isso é só para começar! Cinco foram substituídos ao longo desse período.

Quero dizer ao Deputado Perondi, meu amigo, que, lá no plenário, Deputado Lelo, não há como substituir Deputado. Não há como substituir Deputado! Se não o fizerem renunciar, se ele não morrer, se não pedir licença médica, vai votar. E aqueles que aqui foram substituídos estarão marcados. Lá haverá a orientação, que foi diferente, do PSDB, do Democratas, de todo o PMDB, da grande maioria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, como vota?



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...da grande maioria do PSB.

O PSB é a favor destes destaques, como de outros que votaremos aqui nesta noite, nominalmente. Votará “sim”, para respeitar as posições que vamos defender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Nós já falamos bastante. Passo a vez para o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Pompeo, V.Exa. tem o prazo de 1 minuto, que já está correndo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na verdade, Presidente, o que está acontecendo é que a proposta do Relator encheu de bodes a sala. Eu aqui contei, ligeirinho, ligeirinho, e enxerguei cinco bodes.

Ele igualou a idade das mulheres e a dos homens — sabe que hoje a diferença é de 5 anos — e depois diminuiu 3. Ou seja, fez de conta que tirou o bode da sala.

No caso da contribuição por 49 anos, ele a diminuiu para 40 anos, como se estivesse tirando o bode da sala. Na verdade, hoje, a contribuição ocorre por 30 e por 35 anos. O cheiro continua, o bode está fedendo.

A mesma coisa acontece com a questão do agricultor. Agricultora, 55; agricultor, 60. Eles igualaram, depois voltaram atrás e deixaram a agricultora com 57.

Colocaram bodes na sala, para depois tirarem os bodes e dizerem que melhoraram a proposta. As propostas não foram melhoradas, elas foram menos pioradas. Elas estão, Presidente, menos piores. Não tem nenhuma proposta...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Vamos votar, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pessoal, nós estamos aqui há um bom tempo. Sei que todos aqui têm condições de estar na Mesa. Todos aqui têm condições de estar na Mesa. Todos nós somos Deputados. Agora, por favor, eu peço um pouquinho de respeito à minha condução, inclusive por parte daqueles que são nossos pares.



Conclua, Deputado Pompeo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Concluo, Sr. Presidente.

Esta proposta colocou cinco, seis, sete, oito, nove, dez bodes na sala. O cheiro de bode está aí. Essas propostas, ainda que minoradas, ainda que corrigidas, não melhoraram a reforma. Elas menos pioraram. É ruim para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, positivo. Já passou o seu tempo, passou o seu tempo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu sei disso.

Como vota o Solidariedade, Deputado Major Olimpio?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, todos os destaques individuais que foram apresentados têm o objetivo, logicamente, de minar o projeto, que nasceu horrível, transformou-se...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado, está havendo buzinação em São Paulo. Ouviram sua voz aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - ...num *frankenstein*. Realmente, é uma grande traição ao povo brasileiro, traição aos policiais, traição aos agentes penitenciários, traição aos agentes socioeducativos. São traidores realmente.

Nós queremos votar destaque a destaque.

O Solidariedade vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PCdoB?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, esse projeto é um absurdo, e o substitutivo... Como se diz na Bahia, a emenda ficou pior do que o soneto. Está proibindo o povo brasileiro de se aposentar. Oitenta por cento das brasileiras e dos brasileiros que hoje estão aposentados não se aposentariam se valesse esta condição que o Relator e o Governo deixaram, 25 anos de contribuição.

Essa medida do Governo é covarde, porque ataca os fracos. Entrega a malha viária do povo brasileiro para o capital internacional, entrega o pré-sal para o capital internacional. Agora querem entregar as terras para o capital internacional. Eles são mansinhos com o grande capital financeiro internacional, e são uns verdadeiros leões contra o povo brasileiro e contra os trabalhadores.



Este Governo é covarde. Ele soterra o andar de baixo, que não vai ter acesso à aposentadoria nem ao sistema de assistência social, que é o maior sistema de distribuição de renda do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PHS?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - O PHS, Sr. Presidente, continua na mesma linha, entendendo que, se foi ruim a mensagem, a emenda foi pior ainda. Estamos tentando salvar alguma coisa agora aqui. Eu, como disse, não apresentei emenda porque sou contra a matéria por inteiro.

Mas, como se tem que fazer algumas emendas para salvar algo, fui contemplado por intermédio de alguns companheiros.

Portanto, o PHS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, há completa cara de pau e desrespeito no caso dessa decisão, que destrói direitos previdenciários.

Eu quero ver alguns autoritários daqui chegarem, com a empáfia e violência, e dizerem ao idoso: *“Agora precisará esperar por mais 3 anos para receber um mísero salário mínimo”*. Quero ver dizerem à professora, que tinha direito à aposentadoria especial: *“Trabalhem até os 60 anos. É a idade mínima”*. Quero ver dizerem ao professor algo semelhante também.

Destruíram a vitória dos trabalhadores nessa primeira etapa, mas nós a reconstruiremos no plenário.

Em São Paulo, no Brasil todo, um buzinaço começa a ocorrer. É o grito das ruas para ensurdecer aqueles cujo coração já está petrificado, que só pensam no lucro de banqueiros, no enriquecimento pessoal e destroem a dignidade do povo brasileiro.

O PSOL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - “Sim”.



Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, o PROS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Olha, Sr. Presidente, apesar de o Governo ter tentado fabricar um resultado artificial, ficou claro para o País que o Governo não tem os números de que precisa. Teve que substituir cinco membros para tentar formar artificialmente os três quintos aqui na Comissão.

Originalmente, incluindo-se os partidos da base e os da Oposição, haveria 19 ou 18 votos contrários. Com pressão, chantagem, ameaça, cargos, substituição, conseguiram este resultado: 23 a 14.

Presidente, péssima notícia para o Governo, ótima notícia para o País! Essa reforma, se chegar ao plenário da Câmara, não passará. Ela é cruel, injusta, promove mais desigualdades.

A Rede vota "sim" à admissibilidade dos destaques individuais e vai, com os destaques de bancada, tentar reduzir os danos. Mas a proposta precisa ser rejeitada como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Presidente, eu quero apenas reafirmar o que nós dissemos desde o início. Nós apresentamos, eu e o Deputado Davidson, 20 destaques simples, além do voto em separado, no sentido de recuperar direitos das mulheres, aposentadorias especiais, direitos dos que realizam atividades insalubres, das professoras, dos rurais, evitar o atropelo e a anulação da transição dos servidores, que é criminosa. Infelizmente, no entanto, serão votados de forma simbólica e serão derrotados. Vamos apostar nos destaques em separado.

Agora, registro apenas que eu tenho dito há 2 meses para a sociedade que essa vitória da Comissão aconteceria, mas é uma vitória de Pirro, porque, no plenário, não poderá haver substituição, e o Governo vai perder.

A Minoria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Positivo. Vamos lá.

Orientação de bancada concluída.

Em votação.



Os Deputados que aprovam — ouçam bem o que vou dizer — permaneçam como se encontram, os contrários queiram manifestar-se. (*Manifestação no plenário: Perdeu! Perdeu! Perdeu!*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pelo encaminhamento de ofício, votação nominal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vem dar bronca, Presidente Marun, vem dar bronca na base. V.Exa. é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos passar à votação, pelo painel eletrônico.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Essa confissão do Presidente Marun foi bacana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(*Processo de votação.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem que assumir a Presidência. Não pode coordenar a Direita aí não, Presidente Marun.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso, Presidente, xingue-os, xingue-os. Tem razão.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Oriente a base do Governo. O voto é “não”.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - A Oposição vota “sim”.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - O Governo vota “não”, mas o Deputado vota “sim”.

(**Não identificado**) - O Brasil vota “sim”.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Agora todo mundo vota “sim”.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Agora é “sim”. Para acertar a Previdência, é sim.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Diga “sim” à previdência pública.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O Governo vota “não”, mas os Deputados votam “sim”.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Vamos encerrar a votação, Presidente. Já há quórum.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Vota “não”, contra a irresponsabilidade dos que levaram a Previdência a essa situação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu sou testemunha do puxão de orelha que o Presidente Marun deu aqui no Líder do Governo. Ele reconheceu a derrota.

(O Deputado Carlos Marun levanta-se da cadeira da Presidência.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A Mesa está acéfala.

(Não identificado) - Não há Presidente aí, não?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Governo perdeu a cabeça.

(Não identificado) - Deputado Perondi, assuma a Presidência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vagou a Presidência. Vamos assumir.

(Processo de votação.)

(O Deputado Ivan Valente senta-se na cadeira da Presidência.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou encerrar a discussão. *(Risos.)*

Vamos encerrar a discussão, Presidente.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - A votação!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A votação.

Ele está chorando? O Presidente está chorando porque o Líder não encaminhou?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Faltam só dois para votar essa desgraça desse projeto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E os dois que faltam são deles, viu? O Presidente Marun se esqueceu de votar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Marun, marque um protesto aí: a orientação do Líder do Governo é que votem “não”, mas os Deputados votam “sim”.

(Não identificado) - Presidente Marun, vote logo.

(Processo de votação.)

(Manifestação no plenário: Vamos encerrar, Sr. Presidente!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a votação.



Solicito que o resultado seja mostrado no painel, por favor.

Proclamo o resultado: “não”, 22; “sim”, 14.

Vamos em frente. *(Pausa.)*

Vamos aos destaques.

Em conformidade com o que foi acordado em vários momentos e, em homenagem ao absoluto cumprimento, por todas as partes, dos acordos aqui firmados, encerrou-se pela manhã a apresentação de destaques.

Em comum acordo com o Plenário, abrimos a exceção da apresentação de um destaque relativamente à questão dos agentes penitenciários.

Foram apresentados neste momento dois destaques, um do PTB e outro do PPS, que tratam da mesma questão.

Considerando que está presente o Deputado Arnaldo e que eu não vejo o autor do outro destaque, fica então prejudicado o destaque do PPS. O destaque do PTB será votado.

O PR retirou o seu destaque, da mesma forma que fizeram vários partidos da base. Após, de forma intempestiva, reapresentou-o à Mesa. Este Presidente decide não o considerar.

Vamos em frente. Primeiro destaque...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra o Deputado Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, lamentavelmente V.Exa. está considerando intempestivo o destaque do PR. Mas, veja bem, o nosso partido apresentou o destaque tempestivamente, e a Secretaria nos enviou um documento dando integral competência para que o nosso destaque fosse votado neste momento.

Nós não concordamos com o fato de que o nosso destaque seja considerado intempestivo, porque ele simplesmente é tempestivo. Então, eu peço a V.Exa. que reconsidere, até porque estamos tratando das nossas polícias do Brasil. Nós sabemos muito bem, aqui no plenário todo mundo reconhece que as nossas polícias exercem uma função altamente desgastante e correm risco 24 horas por dia.



Nós não podemos abrir mão disso. Como foi dado antecipadamente esse privilégio para as Forças Armadas e para a Polícia Militar, nós não aceitamos que as nossas polícias fiquem de fora desse projeto que hoje estamos votando e que, acredito, vai beneficiar o nosso País.

Nós não somos contra o projeto em si. Nós somos contra a não inclusão das nossas polícias, a Civil, a Federal, a Ferroviária Federal, a Rodoviária, e também dos agentes penitenciários e dos agentes socioeducativos. Nós consideramos que essas são carreiras de risco, e elas não podem ficar fora desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Sr. Presidente, como autor do requerimento, eu gostaria de usar a palavra pela primeira vez nesta Comissão. Quero fazer um registro da coragem de todos que estão neste momento aqui sentados. Todo o Brasil está nos olhando.

Sr. Presidente, V.Exa. tem tomado posições de muita coragem nesta Casa, mas até mesmo coragem tem limite. O que V.Exa. está fazendo hoje aqui é um verdadeiro absurdo. Retira uma emenda que está na Ordem do Dia para ser votada. V.Exa. está simplesmente retirando essa emenda, monocraticamente.

É um absurdo o que V.Exa. está tentando fazer com esta Casa, Sr. Presidente. Não manche mais a sua biografia. Não deixe esta Casa mais exposta do que já está. Um partido apresentou essa emenda, que tem que ir a voto, para se ganhar ou para se perder nesta Casa. V.Exa. está sendo arbitrário. V.Exa. não está cumprindo o Regimento da Casa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Deputado, eu tenho certeza de que o Presidente vai reconsiderar, porque reconhece que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, agora falo eu. Eu ouvi atentamente as palavras de V.Exa., Deputado Eduardo da Fonte.

Deputado Bessa, V.Exa. é um Deputado com quem eu tenho hoje uma relação que é mais do que de colega, é até de amizade. Vamos puxar um pouco pela memória o que aconteceu. Todos se lembram do momento em que V.Exa., até contrariado, expressou publicamente o seu pedido de retirada desse destaque, em função de que era uma orientação das bancadas da base.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Perfeito, Sr. Presidente, mas, logo após, isso foi revertido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Permita-me concluir. Eu vou lhe devolver a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - E custou a renúncia do nosso Líder!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou aqui ouvindo com atenção os colegas e gostaria de ser ouvido.

Na sequência, vários partidos da base retiraram seus destaques. Reconhecer a tempestividade do seu destaque, a partir do momento em que ele foi apresentado... No meu Estado, isso é chamado de rabo de arraia. A pessoa toma um rabo de arraia! *“Vamos tirar!”* Todo mundo tira, e depois V.Exa. vai lá e o reapresenta. Não é isso que V.Exa. quis.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Mas estamos no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Se eu considerar tempestivo, vou estar assinando embaixo daquilo que considero quase um rabo de arraia. Sei que não é a sua intenção, mas é isso.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não é rabo de arraia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ora, V.Exa. retirou, os outros retiraram...

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Tem que cumprir o Regimento, Presidente Marun! Presidente, tem que cumprir o Regimento! Tem que cumprir o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Eduardo da Fonte, V.Exa. é bem-vindo, mas aqui temos avançado em cima de acordos celebrados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Nós temos que cumprir o Regimento, Presidente! Não podemos passar por cima do Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É respeito aos acordos celebrados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Eu também o respeito, mas não podemos passar por cima do Regimento, Sr. Presidente! É um absurdo! Esta Comissão não tem a menor condição de existir! Tem que cumprir o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. É o seu pensamento. A V.Exa. cabe recurso.



O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Não é o meu pensamento, não! O Regimento tem que ser cumprido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Darei andamento aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Esse assunto está encerrado.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu concordo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não serei eu que vou compactuar com aquele...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não quero entrar em atrito com a Presidência. Sei que V.Exa. é muito criterioso com o seu trabalho. V.Exa. foi excelente na condução dos trabalhos. Destaco também a atuação do Relator. Eu tenho que só parabenizá-los. Tudo bem, não vou discutir, V.Exa. entende que a reinclusão do nosso destaque foi intempestiva, mas, como sei que V.Exa. é um homem de palavra, porque V.Exa. e o Relator já deram a palavra em outros momentos, eu queria que V.Exa. nos desse sua palavra, para que em plenário possamos incluir esse documento aglutinativo, para que as polícias possam ser agraciadas. Sr. Presidente, eu quero a palavra de V.Exa. de que essa emenda aglutinativa vai ser votada em plenário.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, não foi o Deputado Laerte Bessa que pediu para retirar o destaque hoje à tarde? Foi o PR que pediu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Foi.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Por que retirou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, Deputado, vamos concluir.

Deputado, não tenho o poder de garantir a aprovação.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ele enganou todos nós, retirou o destaque. Agora quer fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu coloco o meu apoio e a minha interlocução sincera no sentido de que esse destaque possa ser votado no plenário. Acho que é essa a forma de dirimirmos o que for avançar.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não! Não! Não! Espere aí!

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Mas não precisa de V.Exa. para a votação no plenário! É o Regimento! Vamos recorrer, apresentar recurso ao Plenário!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu só queria dar uma sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente!

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Em frente, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, esse assunto está encerrado, Deputado Pompeo. Esse assunto foi estabelecido pelo Deputado Eduardo da Fonte, autor, e pelo Deputado Laerte Bessa, pelo PR, à Mesa. Vamos em frente, vamos em frente. Todos poderão se manifestar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não, sobre esse assunto, não mais. Vamos em frente.

Destaque nº 13. Emenda da bancada do Solidariedade, Emenda nº 3.

Para a defesa, terá a palavra alguém do Solidariedade. Quem falará, o Deputado Paulo ou o Deputado Major Olímpio?

Tem a palavra o Deputado Paulinho da Força, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu só quero dizer a V.Exa. que vou recorrer da decisão de V.Exa. ao Plenário. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado.

Deputado Bessa, permita-nos, por favor, ouvir o Deputado Paulo Pereira.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Presidente, quero dizer que essa emenda foi assinada por mais de 249 Parlamentares. Não é apenas uma emenda de minha autoria. Foi aqui assinada por 23 Deputados, foi assinada por representantes de oito partidos.

Quero ler aqui o nome de todos os Deputados que assinaram essa emenda. Além de mim, assinaram também essa emenda os Deputados Augusto Coutinho, do Solidariedade, Benjamin Maranhão, do Solidariedade, Delegado Francischini, do Solidariedade, Laercio Oliveira, do Solidariedade, Augusto Carvalho, do Solidariedade, Aureo, Líder do Solidariedade, Carlos Manato, do Solidariedade,



Genecias Noronha, do Solidariedade, Laudívio Carvalho, do Solidariedade, Lucas Vergílio, do Solidariedade, Zé Silva, do Solidariedade, Bebeto, do PSB da Bahia, Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo, Aelton Freitas, do PR de Minas Gerais, Wladimir Costa, do Solidariedade do Pará, Orlando Silva, do PCdoB de São Paulo, Rogério Rosso, do PSD do Distrito Federal, André Figueiredo, do PDT do Ceará, e Jovair Arantes, do PTB de Goiás.

Essa emenda, Sr. Presidente, procura modificar quatro itens da reforma. Primeiro, a idade mínima. O projeto original propõe a idade mínima de 65 anos para os homens e, agora, de 62 anos para as mulheres. A nossa emenda baixa para 60 anos a idade mínima no caso dos homens e para 58 anos no caso das mulheres. A transição, que no início o Governo colocava como 51 pontos mais um ponto por ano trabalhado, gerou talvez o maior problema da Previdência, na medida em que a população entendeu que teria que trabalhar 49 anos para se aposentar. O Governo modificou isso, e o Relator apresentou agora uma verdadeira salada de frutas. Como sabemos aqui, é quase impossível para algum cidadão brasileiro fazer a conta dessa transição proposta pelo Relator.

A nossa, a que eu tenho defendido, é uma transição pura e simplesmente para todo mundo, igual, de 30% a mais do tempo que falta para se aposentar. Claramente, se falta 1 ano para um trabalhador se aposentar, ele teria que trabalhar por mais 3 meses e 19 dias; se faltam 10 anos, teria que trabalhar por mais 3 anos, e assim por diante. Ou seja, de cima a baixo, 30% a mais. É uma coisa que as pessoas passam a entender, e fica muito claro o tempo que ele tem que trabalhar a mais.

Fica também claro que estamos propondo uma reforma. Aqui, ninguém está dizendo que não há reforma. Portanto, mesmo em relação à idade mínima, já propomos aqui uma reforma.

Além disso, quanto ao valor da aposentadoria — o outro Governo, lá atrás, iniciou uma outra contagem, que agora já mudou —, nós estamos propondo que o valor da aposentadoria comece com 60 pontos e mais um ponto por ano trabalhado. Portanto, de acordo com a nossa proposta, o trabalhador para se aposentar com o valor integral, teria que trabalhar durante 40 anos, mas, se trabalhou durante 35, que é a regra atual, ele teria uma aposentadoria de 90 pontos, 95%.



Quanto à pensão por morte, hoje, de acordo com a proposta do Governo, as pessoas só acumulariam até dois salários mínimos, e as que passarem desse teto de dois salários mínimos teriam 50% mais 10% por dependente. Nós estamos propondo que seja 100% da pensão, desde que a pensão e a aposentadoria não ultrapassem o teto da Previdência. É uma coisa muito mais justa do que esta que o Governo está propondo: apenas quem ganha salário mínimo poderia ter a pensão acumulada.

Companheiro, está me atrapalhando.

Sr. Presidente, peço que pare o meu tempo, porque um cara está aqui na minha frente e está me atrapalhando. *(Pausa.)*

Estou falando, Sr. Presidente, e uma pessoa fica na minha frente. Não dá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Prossiga.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Quero que reponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Reponha 30 segundos para o Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - A questão da pensão é importante, porque o Governo permite apenas que quem ganhe o salário mínimo acumule pensão. Isso é injusto. No caso de duas pessoas de idade, se uma delas morre, a outra vai receber dois salários mínimos. Quem ganha um pouquinho a mais de dois salários mínimos não teria direito a isso. É injusto. Por isso, nós estamos propondo que se considere o teto da Previdência. Se um ganha 5 mil reais e o outro ganha 5 mil reais, na hora em que um deles falecer, deve haver apenas uma complementação, de acordo com o teto da Previdência, que é de pouco mais de 5 mil reais.

Nós estamos propondo aqui, Presidente, uma reforma, só que é uma reforma mais humana, mais possível de ser aceita pela sociedade.

Por isso, peço aos Deputados que votem a favor dessa emenda, para que possa melhorar essa reforma da Previdência, tornando-a mais justa e mais humana.

Essa emenda foi apresentada por 23 Deputados de oito partidos diferentes. É uma emenda que realmente faz uma reforma, mas uma reforma mais justa e mais humana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, que falará contra a emenda,.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, admitir essa proposta seria a reversão de tudo aquilo que aqui votamos.

Portanto, peço que considere o voto “não”, Presidente, e que coloque “não” para toda a base.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Davidson.

Deputado, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, essa emenda, na verdade, é uma proposta para reduzir danos.

Vejamos a questão da pensão por morte. Hoje a pensão é integral, nunca inferior ao salário mínimo, você pode acumular os dois benefícios. Olhem o avanço enorme que o Relator disse que deu: pode acumular, desde que sejam dois salários mínimos! Isso é um absurdo, não tem lógica! Mesmo dentro de uma visão fiscalista, como foi a apresentada por essa proposta, teria que haver pelo menos o critério de ser o mínimo o teto da Previdência.

A proposta dessa emenda, feita por destaque pelo Solidariedade, não ataca as questões essenciais do peso e das dificuldades que esse projeto traz, principalmente, volto a insistir, em relação à questão da contribuição de 25 anos.

No caso da Bahia — o Relator sequer pensou na realidade do seu Estado e da sua região —, 86% das pessoas se aposentam por idade e apenas 13% se aposentam por contribuição. Desses, 34% têm contribuição de 15 anos e 31% têm contribuição entre 16 e 20 anos de contribuição. Se nós fizermos essa soma, veremos que quase 80% não têm contribuição de 25 anos; são os pobres, que não vão ter acesso à aposentadoria.

Essa emenda faz essa redução de danos, porque a proposta, que não é a proposta de reforma da Previdência, volto a insistir, é a reforma que impede os trabalhadores e principalmente as trabalhadoras rurais e pobres de terem acesso ao sistema previdenciário. Eles serão empurrados para o sistema da assistência social, que, aí sim, é a partir dos 70 anos. É essa a proposta desse Governo. É uma proposta imoral para o povo brasileiro.



Para a Região Nordeste, que tem dificuldades em relação à contribuição de 25 anos consecutivos no mercado de trabalho e que tem quase 50% de informalidade, isso é impedir a reforma da Previdência. Nós estamos chamando a atenção para isso. A apresentação que foi feita nesse destaque é no sentido exatamente de tentar reduzir os danos que essa medida provoca.

A aprovação dessa emenda melhora o processo da transição e cria melhores condições para o trabalhador rural, não as ideais, mas, dentro do prejuízo já causado, apresenta pelo menos uma redução importante de danos, o que é necessário, tendo em vista a monstruosidade que representa esse projeto.

Aliás, esse projeto não é a ponte para o futuro. Para os trabalhadores e trabalhadoras, é uma ponte longe demais. Eles jamais vão alcançar a travessia dessa ponte, porque as condições vão limitar, vão impedir que essas pessoas tenham acesso ao sistema previdenciário brasileiro. Aliás, em grande parte dos Municípios, em 78% deles, o principal recurso das economias locais é exatamente a assistência da Previdência Social, que contribui mais do que o Fundo de Participação dos Municípios — FPM. Querer reativar a economia deste País limitando o consumo das famílias e o crescimento das condições de distribuição de renda é negar o principal elemento que fez com que o PIB brasileiro crescesse.

Por isso, os indicadores dessa depressão que nós vivemos hoje no País é fruto de um conjunto de ações, inclusive da retração dos investimentos públicos, que vai ter nessas medidas do teto do gasto público, que não existe em lugar nenhum do mundo, somado a essas reformas que retiram os direitos sociais, uma ação deletéria em relação à questão da distribuição de renda e da grande conquista que foi a ascensão social de grande parte do povo pobre do Brasil.

Portanto, o PCdoB vai votar e nós vamos apoiar essa medida. Neste momento, estamos fazendo esse encaminhamento, junto com o Solidariedade, no sentido de aprovarmos essa emenda, que reduz os danos causados por esse projeto monstruoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Perondi para encaminhar contrariamente à emenda.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A base do Governo recomenda o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos à orientação de bancada.

Quero ressaltar que se trata de destaque em emenda. Quem votar "sim" aprova a emenda destacada. Quem votar “não” rejeita emenda destacada, mantendo o texto do Relator.

Para encaminhar, tem a palavra o Sr. Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - O Governo pede que seja encaminhado o voto “não” para toda a toda a bancada, para toda a base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para toda a base do Governo, o voto é “não”.

Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO BEBETO - O PSB, Sr. Presidente, após a maldade que aqui se aprovou, com o relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia, esse destaque do Solidarietà busca reduzir danos a partir da redução da idade mínima associada ao tempo de contribuição, para acabar com a equalização entre homens e mulheres, fixando, portanto, um tempo entre 60 para homens e 58 para as mulheres.

Assegura a aposentadoria integral, tendo como partida 60% mais 1% para cada ano de contribuição, além de assegurar a acumulação entre aposentadoria e pensão, desde que a soma não ultrapasse aquele limite estabelecido pelo Regime Geral de Previdência. Nesse sentido, entendemos que é mais adequada ao momento.

Por esse motivo, o PSB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidarietà?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, eu quero dizer aos meus pares que o estrago já foi feito. Essa nossa proposta é para diminuir o estrago que foi feito. Acho que se apresenta uma reforma justa. Há aqui uma



proposta de reforma. Ninguém está se negando a fazer a reforma, só que é muito mais justo. Sessenta e cinco anos é uma idade que boa parte dos brasileiros não vai atingir. A idade de 62 para as mulheres, considerando que hoje a aposentadoria é aos 45 anos, seria um caos para as mulheres.

Por isso, a nossa proposta é uma proposta justa. Há uma transição justa, clara. Todo mundo vai saber quanto tempo terá de trabalhar a mais. O valor da aposentadoria está claro também na nossa proposta: 60 pontos, mais 1 ponto por ano trabalhado. Todo mundo vai saber fazer sua conta. Essa é uma maneira de os Deputados da base do Governo diminuírem o estrago que foi feito.

Por isso, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PSOL?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Primeiro, o PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É o PCdoB antes?

Como vota o PCdoB?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, o PCdoB faz questão de nesse destaque dizer que os servidores públicos estão sendo utilizados como massa de manobra, inclusive para uma propaganda irregular do Governo golpista do Sr. Temer, que usa recurso do Ministério do Esporte para dizer que é preciso acabar privilégios. A grande massa dos servidores ganha muito mal e contribui bastante com a Previdência Social, contribui em torno de 8% a 11%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos elevar o som.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Olhe o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Contribui de 8% a 11%. Agora, inclusive nesse processo da dívida dos Estados, a indução é que chegue a 14%. Não há privilégios! Há um histórico dos servidores públicos de alta contribuição e pouca retribuição.

Portanto, o destaque é reparador. Garante a redução de danos, não somente em relação aos servidores. Mas eu faço, Deputado Paulinho, um destaque especial em relação a esse segmento.



O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

No fim se complicou o som. Elevou demais!

Como vota o PHS?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - O partido continua na mesma linha, defendendo os trabalhadores a cada emenda dessas, para a população entender — mandei alguns WhatsApps — o que são esses destaques: já perdemos no principal, agora é tentar salvar a cada momento.

O destaque diminui o que o Relator estabeleceu, que são 65 anos. Nós estamos diminuindo, conforme o destaque que nós estamos votando agora.

O PHS vota pelos trabalhadores, por aqueles que pretendem um dia se aposentar, e não morrer antes de se aposentar. O partido vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, que a proposta que vá ao Plenário seja menos injusta. Este é o objetivo dessa proposta: diminuir os estragos, as agressões aos direitos dos trabalhadores. Por isso, o PSOL vota “sim”.

Basta observar que reduzir a idade para 60 anos, e não 65 anos, e para 58 anos e não 62 anos a idade mínima de mulheres, isso já é um avanço.

No caso da pensão por morte, garantir a integralidade a 100% da média, em vez de 50%, mais 10% por dependente, com a tendência em ser reduzido na medida em que os jovens virem adultos, realmente é uma violência contra os pobres. Ainda que muitos aqui tenham falado que essa reforma é a favor dos pobres, na verdade é para proteger os banqueiros e os seus lucros.

Muito obrigado. O partido vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, o PROS considera importante esse Destaque nº 13 e também considera que foi muito fundamentada a defesa por parte do nosso colega Deputado Paulinho da Força. Vem ao encontro daquilo que também nós proporíamos.

Por isso, o PROS orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, a Rede votará a favor desse destaque porque ele representa uma redução de danos na proposta, mas nós entendemos que essa proposta precisa ser rejeitada no Plenário, porque, mesmo com a redução de danos, a proposta continua muito grave, sobretudo para os mais pobres.

Por isso, a Rede vota “sim” ao destaque, embora considere que isso não é suficiente para salvar a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, a Minoria entende que, pela primeira votação, já foram castigados e tiveram seus direitos retirados os agricultores, os idosos e os pobres, as mulheres, as viúvas e os viúvos. Foram retirados direitos dos policiais, dos agentes penitenciários, das guardas municipais, dos professores, dos servidores públicos em geral.

Esta proposta, Sr. Presidente, que nós subscrevemos — o PDT se junta a esta proposta —, reduz o tamanho do estrago, reduz o tamanho do dano no que diz respeito ao tempo de contribuição, à idade e à questão das viúvas e das mulheres.

Por isso, nós defendemos — e a Minoria defende — que esse destaque tem de ser aprovado, exatamente para evitar prejuízos maiores. Nós vamos brigar com unhas e dentes para tentar reduzir o tamanho do talho que os trabalhadores tomaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está concluída a orientação de bancada.

Passamos à votação nominal.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está ali a orientação. Podem votar de acordo com a orientação.

Abre-se a votação.

“Não” é pela manutenção do texto; “sim” é pela inclusão da emenda. *(Pausa.)*

Não está aberta a votação? Já apareceu?

(Pausa prolongada.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Todos votaram. São 37 votos.

Por favor, vamos proclamar o resultado: 23 a 14.

Está rejeitada a emenda.

Continuamos a votação.

Emenda nº 60, de autoria do Bloco Parlamentar PTB/PROS/PSL/PRP.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para encaminhamento.

Passo a palavra, em sequência, a quem fará a defesa, o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É preciso aumentar o som, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Poderia aumentar um pouco o som, nosso estimado técnico?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

Esta emenda, na verdade, é um destaque que procura resolver um problema que foi criado, de certa maneira, desnecessariamente. Na apresentação do relatório inicial, os agentes penitenciários estavam atendidos. Depois, numa errata, eles foram suprimidos.

Ontem, depois de toda aquela confusão — e V.Exa. inclusive participou da reunião — discutiu-se a possibilidade de colocar os agentes penitenciários. Aliás, hoje pela manhã, V.Exa. demonstrou a sua manifestação no sentido de serem atendidos os agentes penitenciários. Na verdade, o Relator acabou atendendo a essa pretensão. Depois de retomados os trabalhos no final do dia, os agentes penitenciários foram de novo sacados fora.

Eu acho que nós não podemos tratar os agentes dessa maneira. Eles são extremamente importantes. Eles estão exercendo uma atividade de controle das unidades prisionais extremamente importante. Nós percebemos, no início do ano, alguns problemas que ocorreram no Amazonas, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, e eles foram muito importantes na solução daqueles problemas.

É lógico que nós corremos o risco de, se não os atender, deixar muita cadeia virar pelo País afora. E certamente não é isso o que nós queremos. Alguma coisa



tem que ser questionada e levada em consideração, eu até concordo com isso, mas nós não podemos, por exemplo, em relação aos agentes socioeducativos — nenhum deles esteve na manifestação —, permitir que acabem sendo atingidos dessa maneira.

Logicamente, nós percebemos, e V.Exa. cumpriu o Regimento quando percebeu que não se pode deixar de ter oportunidade de destaque ou de emenda, visto que precisavam ser atendidas pelo relatório, e abriu a oportunidade de se fazerem destaques e emendas.

Eu quero agradecer ao Deputado Eros Biondini, do PROS, que permitiu a retirada de uma emenda — já havia outra, do PHS, que contemplava a questão —, para que se pudesse, a partir de então, atender os agentes penitenciários.

Sr. Presidente, eu conversei agora lá fora, na porta de entrada da portaria do Anexo II, com várias lideranças dos agentes, e o fazia inclusive no momento em que V.Exa. aqui me chamava. E conversei também no gramado, lá na entrada do plenário. Todos eles me autorizaram a solicitar um pedido de desculpas por qualquer eventual desacerto.

É o desespero, Sr. Presidente. Eles já trabalham pela PEC 308 há vários anos nesta Casa. Eu sou o Relator dessa PEC e conheço bem essa sistemática e essa problemática. Na verdade, se nós já tivéssemos aprovado a PEC 308, eles estariam contemplados, porque estariam dentro do art. 144 da Constituição Federal.

Na verdade, é uma luta desigual, desumana, com pessoas que vivem o dia inteiro diante do risco, diante do problema e, lamentavelmente, em combate à criminalidade. Acabam, por essa razão, vivendo uma série de problemas. Eu acho que nós não podemos criar mais problemas, nós temos que buscar soluções.

Eu queria inclusive cumprimentar V.Exa., Deputado Carlos Marun, que teve o empenho e a dedicação de buscar uma solução. Ocorreram pressões, e essas pressões acabaram fazendo com que eles fossem novamente retirados.

Eles já tinham tomado conhecimento do relatório em que haviam sido atendidos. Eles sabiam, efetivamente, que estavam atendidos, tanto que era muito maior o número de agentes que se encontravam aqui, e eles se retiraram, porque viajaram para os seus Estados — Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo —, certos de que estariam atendidos. Agora chegam a suas



casas — alguns deles ainda nem chegaram ainda, ainda estão em viagem — e serão surpreendidos negativamente.

Portanto, eu entendo que nós precisamos reconhecer o valor e a importância dos agentes penitenciários, dos agentes socioeducativos. Vou apoiar esse destaque votando “sim” a essa emenda, votando “sim” para resolver um grave problema pelo qual nós poderemos ser responsáveis, se for aumentado, caso não tomemos essa decisão.

Peço aos pares desta Comissão o voto “sim”, para resolvermos uma questão crucial e bastante latente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, a base toda vota “não”. Peço que se registre o voto “não” para toda a base, por favor.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, positivo.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - O PSDB — não digo isto em função do que ocorreu ontem com os agentes penitenciários, nem também com os do sistema socioeducativo — entende que é uma atividade similar à da polícia. Por isso, neste caso específico, o PSDB vai votar “sim”. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Espere um momento. Agora é o momento de encaminhamento pelo Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria tranquilizar os guardas municipais de todo o País, que estão praticamente em todos os Municípios de porte médio e grande. Eles foram excluídos das reduções de danos em relação ao projeto original do Governo. O Estado brasileiro estabelece o poder de polícia e obriga a uniformização. Todos os dias se



veem atos de violência contra guardas municipais, e agora eles ficam excluídos da lei. Da mesma forma ocorre com os agentes penitenciários.

Todos ainda estamos sofrendo as consequências da crise penitenciária. Ainda ontem se viu quase uma dezena de ônibus incendiados por ordem do PCC no Estado do Rio. Enquanto o Pezão põe o seu pezão e a sua cabecinha todos os dias aqui no Congresso, o Rio está abandonado e a violência está tomando conta, infernizando a vida do povo!

Agora, no momento de rebelião, quem trabalha nas penitenciárias é potencialmente a primeira vítima como refém. Como é, então, que o agente trabalha no sistema de segurança, que tem a responsabilidade de tomar conta de criminosos ligados aos grupos mais perigosos do País — ainda que cerca de metade sejam presos provisórios, nem todos de alta periculosidade, mas nas penitenciárias estão os grandes criminosos do País, envolvidos com tráfico de armas, drogas, que ocupam e dominam áreas inteiras de grandes metrópoles —, como é que exatamente esses agentes, que estão construindo uma sociedade de paz, que estão colocando em risco suas vidas dentro de um sistema penitenciário, são excluídos desse direito?

Portanto, eu quero dizer que a nossa posição é favorável à proposta. Enquanto não tivermos a lei complementar aprovada, que possamos permanecer com os direitos atuais.

E mais, que nós possamos em breve aprovar a PEC 308, por uma questão de justiça. Este País é tão injusto que, em alguns Estados, o agente penitenciário é também agente socioeducativo, em geral nas redes Estaduais e Municipais, que trabalha com jovens que cometeram algum deslize em relação à legislação, dentro do que prevê o ECA. São muitas as crianças que merecem atenção socioeducativa. É bom que se diga, é preciso garantir e estabelecer por lei uma carreira para dar sentido profissional, dar uma unidade profissional em todo o território nacional. É fundamental pensar nos agentes penitenciários como parte de um sistema de segurança. Essa deve ser uma obrigação a ser assumida por todos os que têm compromisso com a paz e com o combate à violência.

Por isso, a PEC 308 deve ser, para além dessa tentativa de destruir os direitos previdenciários, um objetivo a ser perseguido por todos os Deputados, que,



obtendo o voto do povo, assumiram o compromisso de respeitar a soberania popular.

Infelizmente, a votação aqui, há pouco, foi a expressão de quem tem o voto do povo para fazer leis em favor dos muito ricos, das grandes empresas, dos banqueiros, virando as costas para os mais necessitados.

Por isso, os agentes penitenciários merecem ser tratados com dignidade. Para dar um exemplo, lembro que certos Estados têm a carreira; os agentes já são concursados em 100% e têm condições de trabalho mais dignas. No meu Estado, mais de 90% são indicados por político vagabundo, como se não fossem profissionais que têm que atuar em situações de alta complexidade. A profissionalização é uma necessidade. E os direitos previdenciários têm que ser intocáveis, até que tenhamos uma lei que garanta efetivamente a dignidade a esses profissionais!

O voto é "sim". *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Diante da vacância da Presidência, estão suspensos os trabalhos!

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pessoal, quem não puder ajudar, não atrapalhe. Nós estamos tentando.

Meu amigo Deputado Davidson, V.Exa. está agindo em contrariedade ao interesse daqueles que aparentemente tentam ajudar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, V.Exa. pode informar quando o Líder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer o seguinte: neste momento, o Líder da base me pede que suspenda por 5 minutos a sessão.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Opa! Não, não!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, não, Sr. Presidente!

(Não identificado) - É prerrogativa de V.Exa., Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vamos a voto, Presidente!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Para negociar? Para fazer brique? Não, não!



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Os senhores não estão entendendo. Essa é uma prerrogativa minha, que eu vou colocar aqui neste momento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas não está certo. Não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos uma situação que, daqui a pouco, pode vir a se resolver em prol... Que os senhores que pelo menos fingem estar interessado na solução, não reclamem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Existe boa-fé, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existe boa-fé.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Existe boa-fé. Então, vamos acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E aqueles que estão fingindo, parem de fingir um pouco.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Agressão não, agressão não! Não tem ninguém fingindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou dizer: quem, neste momento, é contra essa suspensão para que possamos conversar com a base está fingindo que quer apoiar os agentes penitenciários.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não é isso, não!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que vergonha! O que é isso?

(Tumulto no plenário.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não agrida, não. V.Exa. está agredindo os Parlamentares. Não faça isso. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu sou autor do destaque. Peço que suspenda por 5 minutos, para tentarmos encontrar um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está atendido o pedido de V.Exa.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está reiniciada a reunião.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu formulo a seguinte questão de ordem, com base no art. 181 do Regimento Interno, que diz: “*Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de quorum*”. Nós estávamos com o processo de votação em andamento, estávamos encaminhando a votação, conseqüentemente não se pode interromper a sessão.

Se há algum problema de os Líderes da base se articularem, que os Líderes da base articulem a base, mas não se pode interromper a votação, não se pode! Se os Líderes da base não conseguem liderar a base, não é culpa nossa, nem de V.Exa. Não se pode interromper a votação. Se está em processo de encaminhamento, tem que se seguir o processo de encaminhamento. Até lá, a base que se organize!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é o art. que V.Exa. está citando?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - “*Art.181. Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de quorum*”. Não há falta de quórum, não se interrompe! Não tem essa de suspender, de interromper a sessão por alguns minutos.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Para contraditar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Evandro Gussi, para contraditar o posicionamento do Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - A distinção entre interrupção e suspensão não é um problema jurídico, é um problema da língua portuguesa, já resolvido pelos dicionários.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos respeitar, vamos respeitar a palavra do Deputado!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que a Mesa é que tem que responder, e não Deputado contraditar.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em questão de ordem não há contradita.
O Presidente defere ou indefere.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não chegaram a uma conclusão ainda?

(Não identificado) - Vamos ouvir o Deputado Evandro Gussi, Presidente!

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, eu posso fazer uma consideração? Embora tenha havido aqui aula do nosso professor deselegância, eu continuo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deselegância é destruir direitos do povo, rapaz, é ficar a serviço do grande capital.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - “Rapaz”? V.Exa. se dirija aos seus!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Rapaz ou menino, se quiser, se preferir.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - “Menino”? Aos seus! Eu cheguei aqui como Deputado pelo voto dos cidadãos brasileiros, e V.Exa. respeite os cidadãos! V.Exa. respeite os cidadãos!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Como quiser! Não venha querer dar aula para nós, não! Não tem moral para dar aula!

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Tenho moral, sim, senhor! O senhor não me conhece!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Edmilson Rodrigues...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está suspensa a sessão! Está suspensa a sessão!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu só retomarei a sessão a partir do momento em que os ânimos serenarem e nós tivermos condição de voltar a debater no nível de educação que é necessário no exercício da vida parlamentar, positivo?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Já serenou. Vamos abrir a sessão, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, V.Exa. não respondeu à minha questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Nem deixou fazer a contradita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A sessão está interrompida para o restabelecimento da ordem e da harmonia. Nós estamos, neste momento, baseados no art. 70.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está demorada a negociação, Sr. Presidente. Está demorada a negociação. A base não se entende mais, Sr. Presidente. Há uma divisão na base.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É crise!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Rachou o panelão. O diabo faz a panela, mas não sabe fazer a tampa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Vamos votar, gente!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - O Deputado Major Olimpio está pedindo calma. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pelo amor de Deus, calma! *(Risos.)*
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO BEBETO - A obstrução da base é que é difícil, viu?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Fiquem tranquilos, deixem a base obstruir. Deixem que obstruam. Eu não estou com pressa nenhuma de votar isso.

O SR. DEPUTADO BEBETO - O Relator fugiu.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Esse é o famoso parto de girafa: quando passam os pés, fica o pescoço. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A negociação está boa: cargos estão sendo distribuídos à vontade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, são 10 horas da noite. Vamos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Já serenaram os ânimos. Vamos reiniciar a sessão.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Ou suspendê-la.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente Marun, não há mais condição, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não vejo mais harmonia no plenário. Vamos aguardar mais 5 minutos para reiniciar a sessão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Não, Presidente! Não, não, Deputado Carlos Marun. Não, Presidente! Nós estamos na calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pensem, antes de ficar gritando. Pensem, antes de ficar fazendo onda. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, é a base do Governo que está fazendo isso. É aí atrás o problema, Presidente, é atrás de V.Exa. O problema não é aqui, é aí! É aí que está o problema!

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O cenário atrás de V.Exa. é revelador.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso é uma vergonha, Sr. Presidente, é uma falta de respeito!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O problema está atrás de V.Exa., Presidente, aí atrás!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando o Governo resolver os carguinhos...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O cenário atrás de V.Exa., Deputado Marun, é revelador.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está reiniciada a sessão.

Respondo à questão de ordem do Deputado Pepe Vargas por meio da resposta à Questão de Ordem nº 222, de 2012, dada pelo Presidente Marco Maia, do PT do Rio Grande do Sul, que indefere questão de ordem semelhante apresentada pelo Deputado Otavio Leite, por entender que o artifício da suspensão da sessão tem sido usado rotineiramente pela Câmara, sem prejuízo do debate, na busca do entendimento nos acordos e nas negociações.



Então, essa é a minha resposta. Cabe recurso obviamente. Mas eu penso que vamos dar encaminhamento e fico até mais confortável por entender que existe precedente.

Em relação a essa questão, que é efetivamente polêmica, estabeleceu-se, como todos os senhores viram, um impasse entre os próprios membros da base.

A sugestão que se apresenta, Deputado Arnaldo Faria de Sá, é a seguinte: a retirada da sua proposta e um compromisso da base do Governo, que me foi transmitido. Além dos Parlamentares que compõem a base, há aqui o Líder do Governo na Câmara, que propõem que seja garantida a apresentação desse destaque no plenário, por partido...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, estou conversando com o Deputado Arnaldo. Depois V.Exas. podem se manifestar. Estou conversando com o Deputado Arnaldo, que tem interesse, eu reconheço, na solução dessa questão.

E o Governo se compromete que um partido da sua base apresente esse destaque, que vai ter, no plenário, o apoio deste Presidente, o apoio do Relator e o apoio de diversas Lideranças, visto que somos os protagonistas desse processo.

Eu faço a V.Exa. esta proposta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, Deputado Arnaldo. Deputado Aguinaldo, por favor, vamos ouvir o Deputado Arnaldo.

Por favor, Deputado Arnaldo, eu sei que V.Exa. é uma pessoa comprometida com essa causa. Então, vamos conversar com pessoas que querem resolver a questão. Positivo. A palavra é sua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só quero fazer uma reflexão.

Com a proposta que V.Exa. fez ao Deputado Arnaldo Faria de Sá de que, no plenário, a base toda se compromete a votar com a emenda, então, não se justifica e não tem lógica aprovarmos agora esse texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. não entendeu a proposta.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu entendi a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A proposta é que nós vamos ao plenário com a garantia do destaque e lutar para que ele seja aprovado. Essa é a proposta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vão lutar ainda? Vão lutar ainda? Então, não há garantia?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, não há um compromisso de aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. É exatamente essa a proposta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, O PSOL quer orientar e votar a emenda aqui agora. Vamos para o voto!

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu quero falar pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Deputado Arnaldo, isso vai cair nas suas costas. O problema não é seu, o problema é deles.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, antes de o Deputado Arnaldo falar, o PSDB quer usar a palavra, por gentileza.

Eu queria só aproveitar, com a anuência do Deputado...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Calma! Calma! Eu estou inscrita também.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu também tenho. Eu me inscrevi antes.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas eu pedi antes de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu me inscrevi antes. Pergunte a ele.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu pedi antes de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra a palavra ao PSDB e depois passaremos a palavra à Deputada Jandira.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu pedi antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, passo a palavra à Deputada Jandira, que realmente pediu antes. Na sequência, passo a palavra ao Deputado Tripoli e ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas... Pela ordem!

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, serei rápido.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Pela ordem aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A palavra é para mim ou para ela? *(Pausa.)* Pois não. Eu aguardo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Na verdade, aqui todos queremos resolver. Esta visão de que quem está aqui quer votar agora para não resolver não é verdadeira, até porque nós estamos baseados...

V.Exa. não pode antecipar pensamento nem posição política de qualquer partido que seja. Tem que ser respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas, como Presidente...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, como Presidente da Comissão, não.

Quando o PSDB encaminhou a favor do destaque, nós compreendemos a possibilidade de ganhar o destaque e, por isso, insistimos para votar. E sabíamos que, se o Governo fosse se reunir, iria haver uma saída que não garante. E foi exatamente o que aconteceu: não há garantia de aprovação no plenário. V.Exa. acabou de dizer isso aqui.

Então, pedir ao Deputado Arnaldo que retire o destaque sem a garantia de votação em plenário é o mesmo que pedir a ele que se desmoralize diante do compromisso que tem.

Na minha opinião e na opinião da Liderança da Minoria aqui, nós devemos votar o destaque. Se o Governo quiser derrotá-lo, derrote e depois explique que vai tentar aprová-lo no plenário.



A votação aqui não inviabiliza o destaque em plenário. Agora, nós precisamos nos posicionar e queremos aprovar o destaque, diferentemente do que V.Exa. imagina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, na mesma linha da Deputada Jandira Feghali, acho que o que vou dizer vai ajudar bastante.

Houve aqui um equívoco. O Deputado Vecci já me disse que tem interesse em votar individualmente. Eu e o Deputado Marcus Pestana vamos acompanhar a base. Portanto, o PSDB muda a indicação da votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, vamos orientar, então.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E não há nenhum problema, porque, quando o PT estava no Governo, todos mudavam de votação. Isso é legítimo, é democrático, a não ser que V.Exa. queira uma ditadura. A democracia está instalada aqui. Se alguém for contra que se manifeste.

E somos pela votação também, Sr. Presidente. Se houver votação agora, estamos aqui perfilados para votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas eu prefiro ouvir o Deputado Arnaldo Faria de Sá diante do que foi colocado aqui.

Deputado, eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta para o Tripoli: no plenário, Deputado, V.Exa. tem alguma objeção de ajudar a aprovar essa emenda?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, nós não vamos garantir os votos, não. É a concessão da...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Dá para esperar a resposta ou não? O Deputado fez uma pergunta e eu estou respondendo.

O que nós aceitamos é levar para o plenário a solução da questão dessa emenda, que até hoje não foi contemplada e, pelo jeito, será derrotada aqui, se for levada a voto.



Então, aceitamos levar essa emenda para o plenário, mas sem o compromisso da aprovação em plenário. Não há o compromisso do PSDB.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu queria tirar uma dúvida com V.Exa.

Está parecendo que, para haver destaque em plenário, é preciso fazer uma concessão. Eu não estou entendendo isso. Destaca-se o que quiser no plenário. Ninguém precisa fazer o favor de deixar destacar matéria.

Que história é essa de dizer que a gente vai aceitar que seja destacado no plenário? Cada partido vai destacar quantos quiser dentro do que regimentalmente possa. Não é preciso pedir autorização para destacar matéria em plenário.

Que história é essa? A gente aceita que seja destacado em plenário? O que é isso? Vamos votar hoje aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL quer orientar, Sr. Presidente. Vamos para a orientação de bancada.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na verdade, Sr. Presidente, a reunião serviu para melar a votação. E o acordo que era para haver não houve. Conseqüentemente, quem vai pagar o pato são os agentes penitenciários, os agentes do socioeducativo e os guardas municipais, que vão ficar assistindo ao trem da história passar e não vão ter chance de chegar lá.

Mas nós vamos continuar com a nossa posição a favor deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu mantenho o meu compromisso de um partido do Governo apresentar o destaque — a não ser que a Oposição queira apresentar. E eu me empenharei pessoalmente na aprovação.

Esse compromisso está mantido, e eu sou um homem de palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso não adianta nada. Quem manda lá é o Meirelles e o Temer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tudo bem. Vamos ver, vamos ver, vamos ver. Eu mantenho esse compromisso.

Deputado Arnaldo, eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu tinha vislumbrado a possibilidade de ganhar o destaque com a posição do PSDB. Na hora em que o PSDB muda de posição, a coisa fica complicada.



O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCI - Sr. Deputado, o PSDB tem 3 votos: 2 votos mudaram de posição, mas 1 voto continua ainda com a sua posição firme.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tudo bem.

Mas, quando 2 votos do PSDB mudam de posição, matematicamente computando, não dá para ganhar, Sr. Presidente. Então, eu aceito o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Estão retiradas as duas emendas. Vamos seguir em frente. Existe esse compromisso firmado.

Destaque nº 7, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP.

O Deputado Edmilson e o Deputado Arnaldo Faria de Sá falarão favoravelmente, e os Deputados Bilac Pinto e Darcísio Perondi falarão contrariamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, esta emenda é no sentido de resolver uma situação... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos lá, Sr. Deputado.

Vamos fazer o seguinte: vamos tentar retomar a atenção.

(Não identificado) - Qual é o número da emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Arnaldo, V.Exa. é o autor. Por favor, faça a sua explanação, explicando inclusive qual é a emenda.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, atualmente as ações de acidente do trabalho tramitam pela Justiça Estadual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, eu peço silêncio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, elas tramitam na Justiça Estadual e, como são ações contra o INSS, têm duplo grau de jurisdição. Em recurso, é o Tribunal de Justiça do Estado que resolve.

Se for aprovada a proposta que está dentro da emenda constitucional, essas ações passarão para a Justiça Federal.

Então, veja a seguinte situação: para aqueles que moram no Amapá, no Amazonas, na Bahia, em Goiás, no Maranhão, em Minas Gerais, em Mato Grosso, no Pará, no Piauí, em Rondônia, em Roraima e no Tocantins, as ações de segundo grau correrão em Brasília. Essa é uma coisa fora de contexto. As ações dos Estados de Alagoas, do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Sergipe correrão



em Recife. As ações do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Mato Grosso do Sul correrão em São Paulo. As ações do Paraná e de Santa Catarina correrão no Rio Grande do Sul.

A pessoa teria que contratar outro advogado em Brasília, ou no Recife, ou em Porto Alegre, ou no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, para dar sequência à ação.

As ações de acidentes de trabalho na Justiça Estadual têm levado em média 2 anos. Na Justiça Federal, as ações levam aproximadamente de 7 a 8 anos e há processos inconclusos há mais de 10 anos.

Portanto, em defesa dos acidentados do trabalho, eu peço que seja mantido o texto atual da Constituição Federal e não a alteração proposta pela emenda, mantendo a competência da Justiça Estadual, muito mais lógica, para os trabalhadores de cada Estado.

Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, essa questão foi examinada por mim com muito cuidado. Ouvi a justificativa do Deputado Arnaldo Faria de Sá e conversei também com o Governo, que alega que há uma diferença muito grande de jurisprudência e que foi isso que motivou essa proposta de mudança constitucional do Governo.

Mas eu realmente penso que a argumentação trazida pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá é muito plausível e razoável. Eu diria até que uma posição contrária a ela seria indefensável. Imagine uma pessoa que sofra um acidente em um Estado e depois, numa segunda instância, tenha que recorrer em outro Estado. São pessoas mais pobres, pessoas humildes.

Então, não incorporei esse destaque no primeiro momento, no meu relatório, até para tomar um conhecimento maior desse assunto. Mas quero dizer que o Relator apoia o destaque feito pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Pepe Vargas.

V.Exa. tem 5 minutos, Sr. Deputado.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar o Relator pela sensibilidade de dizer que apoia a proposta do Deputado Arnaldo Faria de Sá no destaque de votação que ele faz.

De fato, hoje as questões relativas a acidentes de trabalho e doenças profissionais correm na Justiça Estadual, que está mais próxima inclusive do cidadão.

Além de todas essas questões dos Estados que o Deputado Arnaldo Faria de Sá comenta, há vários Municípios brasileiros que não têm vara federal. Então, isso também vai fazer com que esses cidadãos tenham que se deslocar para outros Municípios, tenham que contratar advogados em outros Municípios.

Da forma como isso está posto na proposta, de fato acaba dificultando o acesso à Justiça por parte de segurados do Regime Geral de Previdência Social, o que seria um equívoco grave, uma ofensa a um direito elementar de qualquer cidadão, que é o direito de acessar o sistema de Justiça.

Obviamente, o cidadão, ao peticionar sua causa, terá que receber uma decisão judicial. É muito mais fácil o Estado acabar deslocando um advogado da União, um advogado do INSS para fazer a defesa, do que um cidadão que tem poucos recursos fazer esse deslocamento.

Então, o Relator Arthur Maia, ao apoiar a proposta, demonstra uma sensibilidade que queremos aqui reconhecer, independentemente de outras divergências que podemos ter nesse ponto. Mas acho que temos que saber reconhecer também as questões que são colocadas.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - E pedimos aqui o apoio de todos os Deputados para que votem favoravelmente a esse destaque de votação em separado.

Há outro detalhe importante: na Justiça Estadual, as defensorias estaduais, que são muito mais presentes do que as defensorias federais, têm condições de atuar. Mas um defensor público estadual não pode atuar na Justiça Federal. Esse é outro fator que ensejará que aqueles hipossuficientes, as pessoas que não têm recursos econômicos para contratar um advogado e buscam as defensorias



públicas, possam eventualmente buscar um direito que consideram que lhes está sendo retirado.

Então, queremos aqui encaminhar favoravelmente ao destaque do Deputado Arnaldo Faria de Sá e pedir que todos os Deputados votem favoravelmente.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, por toda a base, gostaríamos de apoiar a proposta do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Pedimos o encaminhamento favorável e o consenso do voto simbólico de todos, em homenagem à proposta do Deputado, que tem muito bom senso e que certamente favorece a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existe um acordo de votação nominal. Mas, em havendo quase um consenso, pergunto se podemos fazer votação simbólica. *(Pausa.)*

Ninguém se opõe? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Por nós, pode fazer, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, seria bom haver apenas a orientação das bancadas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu quero falar. Deem-me licença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. quer orientar?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu quero apenas...

(Não identificado) - Sr. Presidente, todos votam a favor, em homenagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A Deputada Jandira... Opa! O que é isso? *(Manifestação no plenário: Invadiram! Invadiram! Sai correndo, Relator!)*

(O plenário é invadido por manifestantes.)

(A reunião não se encerrou formalmente devido a grave tumulto no plenário.)